
NAÇÃO E DEFESA



ANO V — N.º 14 — ABRIL-JUNHO DE 1980
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL — PORTUGAL

DIRECTOR

General CONCEIÇÃO E SILVA
Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de Redacção:

Coronel Silva Carvalho, Capitão-de-mar-e-guerra Ferreira da Costa, Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho, Coronel piloto aviador Marçal de Jesus, Coronel Aleu de Oliveira, Coronel Manuel Marques (secretário), Tenente-coronel Espírito Santo, Tenente-coronel piloto navegador Franco Taveira.

Propriedade, Redacção e Administração:

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
Calçada das Necessidades, 5 — 1300 LISBOA

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Por número (num mínimo de quatro)	40\$00
Preço de venda avulso	50\$00

EDITORIAL	5
PORTUGAL, ÁFRICA E A POLÍTICA EXTERNA AMERICANA <i>Jorge Braga de Macedo</i>	11
AS COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS NO DOMÍNIO DA POLÍTICA EXTERNA <i>Jorge Miranda</i>	33
DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS <i>João Baptista Comprido</i>	43
OS MILITARES E O PODER <i>Magalhães Mota</i>	57
POLÍTICA DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES <i>J. Viana Baptista</i>	65
ESTRATÉGIA E ÁREAS CULTURAIS <i>Adriano Moreira</i>	75
O PATRIOTISMO, O FUTURO E PORTUGAL <i>Teresa Bernardino</i>	91
O MUNDO ÁRABE E ISLÂMICO <i>Manuel Rodrigues</i>	103
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRÁFEGO MARÍTIMO DOS AÇORES <i>Cruz Júnior</i>	155
CURSO DE DEFESA NACIONAL — ACTIVIDADE NUCLEAR DO INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL <i>Guilherme de Sousa Belchior Vieira</i>	173

EDITORIAL

EDITORIAL

Terminou a 12 de Junho deste ano o II Curso de Defesa Nacional organizado pelo IDN durante o primeiro semestre de 1980.

Primeiro curso com a duração total de quase seis meses, em que auditores civis e militares tiveram o ensejo de, lado a lado, se debruçarem sobre a realidade mundial actual com justo ênfase sobre o que dela é constituinte a pequena parcela do mundo português, hoje reduzida à sua dimensão original, foi este período de estudo e reflexão a verdadeira expressão da missão principal do Instituto da Defesa Nacional tão claramente enunciada no articulado do decreto-lei que lhe dá forma. Foi, sem dúvida, uma actividade extraordinariamente produtiva em que, do confronto de diferentes inteligências e mentalidades orientadas para sectores tão diversos da vida nacional e agrupadas à volta de um objectivo comum, nasceu um consenso sobre o que, na época presente e em face da nossa actual constituição geográfica, deverão ser os objectivos nacionais permanentes.

De três grupos de trabalho constituídos e como quinta essência da muita troca de opiniões desenvolvidas ao longo deste longo período de convivência intelectual activa, apareceram as definições que traduzem o pensar de quem tão dedicadamente foi à procura, no tempo e no espaço, dos factores que afirmam a nossa presença no mundo como nação identificada e soberana.

Trabalhos importantes e efectuados com plena seriedade de objectivos teriam necessariamente de chegar a conclusões comuns, excluídas, claro, as diferenças de forma na roupagem de que se revestiram.

Interessante é notar, no entanto, que apenas num destes trabalhos apareceu uma referência à «Formação Integral» do indivíduo não como base fundamental de toda a evolução positiva

mas apenas como um interesse nacional a atingir através de desenvolvimento da educação e cultura.

E aqui parece-nos que o verdadeiro cerne de toda a problemática actual é mais uma vez relegado para segundo plano em presença de valores mais imediatos que são confundidos com as causas primárias de uma felicidade ou harmonia que se pretende atingir, a todo o custo, e que, teimosamente, vai escapando a todas as tentativas honestas feitas através das mais diferentes ideologias postas em prática ao longo dos tempos.

Na realidade de que serve a procura de uma solução comum a toda uma nação, compromisso impossível para a satisfação de interesses tão antagónicos e irreconciliáveis, cada vez mais exacerbados por uma luta estéril sem tréguas nem fim, quando já nos bancos das diferentes escolas do País se procura moldar a virgem mentalidade infantil de acordo com ideologias políticas opostas e incompatíveis levando a origem do fosso à própria formação dos nossos filhos.

Não será esta forma de prostituição mental mais degradante ainda do que a física?

Não estará a verdadeira solução de todos os problemas sociais na criação de um homem novo, mais consciente dos verdadeiros valores eternos hoje tão desprezados em face dos transitórios benefícios materiais, homem que olhe para o seu semelhante não como um concorrente, que há que eliminar, mas sim como um irmão que há que ajudar?

E, se assim é, não será afinal já a altura de se começar a pensar que a chave da solução de todos os problemas sociais, nacionais, internacionais, mundiais, tem de começar a ser construída hoje para poder abrir todas as portas do amanhã?

Não será então o objectivo nacional permanente, primário e mais importante a «Formação Integral do Indivíduo» não apenas através da educação cultural e técnica mas também através de uma formação interior mais perfeita numa verdadeira comunhão de ideais mais de acordo com os tais valores eternos tão esquecidos hoje em dia?

Será sim esse o verdadeiro investimento que poderá levar a nação portuguesa à coesão, à força, à riqueza, à afirmação, perante o mundo, do pioneirismo no descobrimento de uma nova era que, todos nos apercebemos, está já, sem dúvidas, a projectar a sua sombra no presente.

PORTUGAL, ÁFRICA E A POLÍTICA EXTERNA
AMERICANA

PORTUGAL, ÁFRICA E A POLÍTICA EXTERNA AMERICANA (*)

NOTA DA REDACÇÃO: *Tendo chegado ao conhecimento da Comissão de Redacção a existência de um volume de depoimentos de especialistas americanos ao Congresso dos EUA acerca dos interesses americanos em África onde se dava um apanhado da política externa portuguesa relativamente àquele continente, pareceu útil dar a conhecer esse apanhado ao público português. Agradecemos ao autor do artigo a revisão da tradução da Sr.ª D. Fernanda Osório Dias da Silva do depoimento e de partes da discussão subsequente, orientada por Stephen Solarz, Congressista Democrático pelo Estado de Nova Iorque e Presidente da Comissão de África em que participam, além do autor, Ruth Morgenthau, Professora de Relações Internacionais na Universidade de Brandeis (EUA) e consultora que foi do Embaixador Andrew Young nas Nações Unidas, e Patrick O'Meara, Professor de Ciência Política na Universidade de Indiana (EUA).*

I

DEPOIMENTO

PORTUGAL E ÁFRICA DESDE A REVOLUÇÃO DE 1974

1. *Introdução*

Portugal foi a primeira e a última potência colonial. A peculiaridade da expansão ultramarina portuguesa foi sobretudo visível em África, apesar de a preservação das fronteiras coloniais no Brasil ter também sido singular.

(*) Depoimento à Comissão de África do Congresso dos EUA em 13 de Novembro de 1979 e de partes da discussão subsequente. O original foi publicado em *U. S. Interests in Africa*, Hearings before the Subcommittee on Foreign Affairs, House of Representatives, Washington, D. C.: U. S. Government Printing Office, 1980, p. 369-379 e 382-388.

O princípio da colonização efectiva, adoptado pelas principais potências europeias na Conferência de Berlim em 1885, foi objecto de uma persistente resistência. Ao ponto de Portugal ter retardado uma exploração económica sistemática dos recursos coloniais quase até à pressão da descolonização do período do pós-guerra. A aceleração do desenvolvimento económico das duas maiores colónias africanas, Angola e Moçambique, nos anos de 50 e 60, foi acompanhada por um grande surto migratório de colonos. Depois de 1961, esse surto aliou-se ao aumento de forças militares destinadas a conter os movimentos nacionalistas.

A ideologia de Portugal enquanto nação com vocação multicontinental conduziu à recusa total de discutir a independência das colónias. Mesmo com dirigentes nacionalistas com a craveira de Amílcar Cabral. Mesmo quando a situação militar era insustentável como na Guiné-Bissau.

Depois do golpe militar de 25 de Abril de 1974, foi também dramática e peculiar a descolonização portuguesa. As Forças Armadas Portuguesas foram incapazes de resistir à deterioração acelerada da sua capacidade operacional durante o processo. Na verdade, a independência de Angola em Novembro de 1975 coincidiu com a inversão da tendência pró-comunista da revolução e a tentativa do estabelecimento de uma ordem democrática europeia em Portugal.

Consequentemente, o objectivo mais conspícuo da política externa desde essa altura passou a ser a integração europeia. Este último cenário leva não só a pôr em questão que exista presentemente uma política africana portuguesa mas também a perguntar o que ela poderá ter de relevante para a política externa dos Estados Unidos da América. Talvez paradoxalmente, uma resposta afirmativa à segunda pergunta não depende de uma resposta afirmativa à primeira questão.

Pode-se, com efeito, argumentar que as relações portuguesas com África são relevantes para os Estados Unidos, por justamente parecerem contra-intuitivas.

Elas apontam para a pertinácia dos «cinco séculos de coexistência», a que o falecido Presidente da República Popular de Angola, Dr Agostinho Neto, se referia em Janeiro de 1979. Esta pertinácia é particularmente notável visto, por um lado, os regimes metropolitano e ex-colonial serem ideologicamente opostos e, por outro, quer as capacidades quer as realizações bilaterais terem sido mínimas. Na verdade, para avaliar os efeitos da recente

expansão soviética ou cubana em África, relativamente à qual se pode dizer que as ideologias são iguais e que as capacidades e realizações são evidentes, bem como para analisar a resposta apropriada dos Estados Unidos a essa expansão, as relações portuguesas com África nos últimos quatro anos são quase como uma «experiência controlada».

Para entender isso, é analiticamente conveniente distinguir não apenas as ex-colónias portuguesas de outros países africanos mas também entre aquelas. De facto, a noção de uma comunidade de expressão portuguesa, respeitante aos períodos colonial e pós-colonial, não tem grande interesse porque ignora a segunda distinção referida. Houve apenas uma reunião informal em Luanda dos cinco dirigentes das ex-colónias, em Junho de 1979, e caso o tema das relações com Portugal tenha sido abordado nessa reunião, ele não consta do relatório final.

De um ponto de vista de política internacional global, a distinção principal entre os «Estados de vanguarda», Angola e Moçambique, e as restantes ex-colónias africanas, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe. Esta distinção também decorre da natureza das relações com Portugal, as quais são descritas como excelentes pelos chefes dos pequenos estados equatoriais, ao passo que são notórias as tensões com as outras duas nações, relativamente às quais os interesses em jogo são também muito mais elevados. Em consequência, depois de se analisar a relação da política interna com a descolonização, ir-se-ão rever as realizações e problemas nas relações bilaterais, usando as distinções acima referidas.

2. Política interna e descolonização

Durante a maior parte de 1975, Portugal esteve sujeito a um regime militar caracterizado pelas obediências ideológicas concorrentes das principais figuras. Essas obediências podem caracterizar-se superficialmente como segue. Em contraponto com oficiais conservadores e liberais, personificados por membros da Junta de Salvação Nacional como Galvão de Melo, J. Silvério Marques e A. Spínola, surgiram quer seguidores da ortodoxia soviética como Rosa Coutinho, também da Junta, ou o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, quer personagens da linha maoísta-populista como Otelo Saraiva de Carvalho, comandante operacional, quer ainda personalidades influenciadas pelo eurocomunismo, como o membro do Conselho da Revolução Melo Antunes.

Apenas os partidos políticos da esquerda foram capazes de providenciar como que uma «base social de apoio» às tendências dos dirigentes militares. Assim, o Partido Comunista apoiou Gonçalves e a União Democrática Popular (UDP), um grupo maoista com poder na área industrial de Lisboa e no Alentejo, apoiou Otelo. Por sua vez, o Partido Socialista, seguido por grupos alinhados à sua direita, apoiou Melo Antunes. Foi durante este período conturbado que se procedeu à descolonização de Moçambique e Angola, enquanto o processo de independência da Guiné-Bissau se desenrolava mais calmamente na sequência da declaração do General Spínola de 27 de Julho de 1974 acerca do direito dos territórios ultramarinos à autodeterminação e da subsequente aprovação da Lei n.º 7/74.

O trauma da descolonização foi inversamente proporcional ao controle dos territórios que as Forças Armadas Portuguesas exerciam em Abril de 1974. Trauma menor na Guiné-Bissau, onde o controle era praticamente inexistente, foi significativo em Moçambique onde a região sul estava sob controle português até 1973, e dramático em Angola onde anos de disputa entre os três movimentos de libertação haviam proporcionado uma posição particularmente favorável ao Exército colonial.

É também interessante notar que o controle militar português era por sua vez proporcional ao número de colonos e ao nível de prosperidade económica do território.

A importância destas diferenças torna-se saliente tendo em linha de conta que a luta pelo poder em Portugal evitou que o Exército colonial tomasse parte activa na descolonização. Esta incapacidade teve consequências drásticas no território onde a acção do Exército colonial poderia ter sido mais relevante, nomeadamente Angola. O acordo de independência, assinado em Alvor, Portugal, em Janeiro de 1975 representava uma tentativa de reconciliação dos três movimentos de libertação, a qual teria requerido um grande empenho na manutenção da ordem em Luanda, a capital da província onde simpatizantes do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) ligados à facção política de Agostinho Neto não enfrentavam praticamente oposição.

No Verão de 1975, o MPLA tomou posse de Luanda e isso originou um êxodo maciço de colonos. A guerra civil em Angola tornou-se uma guerra entre a capital e o interior, o qual era controlado pela aliança entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), apoiada pelo Zaire,

e a União para a Independência Total de Angola (UNITA), apoiada pela África do Sul.

Luanda estava já cercada pelas forças da referida aliança quando, nas vésperas da independência em 11 de Novembro de 1975, a cidade foi defendida por tropas cubanas com material soviético. A desilusão em Portugal acerca do destino da mais próspera colónia foi, porém, ofuscado quer pelo problema do repatriamento dos refugiados, de enormes proporções, quer pela tentativa de golpe militar do 25 de Novembro e as suas consequências. De tal modo que, enquanto o Brasil foi das primeiras nações não comunistas a reconhecer o Governo de Luanda, Portugal foi das últimas.

Em princípios de 1976 o regime político em Portugal começou a aproximar-se das democracias ocidentais e a política externa tomou outro rumo. O não alinhamento retórico foi completamente abandonado pelo Partido Socialista e partidos à sua direita e o «slogan» eleitoral «A Europa connosco» foi usado quer para solicitar a entrada na Comunidade Económica Europeia quer para obter a ajuda financeira desta, dos Estados Unidos e do Japão.

Os pontos fulcrais da política externa no período pós-descolonização foram assim condicionamentos impostos pelo «déficit» da balança de pagamentos e pelo projecto de integração europeia, ambos os quais levarão o Governo a pôr ênfase nas características económicas e políticas de tipo ocidental, à custa da dimensão africana.

A África tornou-se deste modo a única saída para o espírito revolucionário. A consequência desta projecção na política externa dos conflitos da política interna pode ser descrita como o «síndrome das diplomacias paralelas». Mensageiros especiais do Primeiro-Ministro ou do Presidente da República às ex-colónias têm sido tão importantes como o canal institucional do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Tais mensageiros têm invariavelmente estado conotados ideologicamente à esquerda dos sucessivos Ministros dos Negócios Estrangeiros. Assim, a demissão do Dr. Medeiros Ferreira em Outubro de 1977, um golpe fatal para o primeiro governo do Dr. Mário Soares, parece ter sido consequência directa dos mensageiros especiais do Primeiro-Ministro às ex-colónias.

Além disso os mensageiros especiais de Soares tinham uma finalidade diferente da dos mensageiros especiais do Presidente da República, General Eanes. No primeiro caso, um objectivo principal era o de aumentar a

dimensão africana da Internacional Socialista, tendo a sua prossecução, pelo menos ao princípio, sido afectada pela visão do Presidente do Senegal, Leopold Senghor. No segundo caso, o objectivo era sinalizar o aumento da intervenção do Presidente da República na política externa, numa base puramente nacional, mas com ênfase maior no não alinhamento do que o demonstrado pelos diplomatas profissionais.

3. Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé

As relações destes pequenos Estados são largamente determinadas pelas suas necessidades de ajuda externa pelas dificuldades que eles enfrentam com Estados vizinhos mais poderosos. S. Tomé teme a excessiva influência do Gabão que se diz estar por trás dos dois atentados ao Presidente Pinto da Costa. Por seu turno, a Guiné-Bissau, ligada a Cabo Verde através do Governo do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), tem enfrentado uma disputa acerca das águas territoriais com a Guiné-Conakry. A cooperação militar com a União Soviética é baseada na origem da tecnologia militar da resistência bem como em acordos comerciais, os quais se têm todavia revelado uma desilusão. Apesar de algumas relações comerciais existentes com o Brasil e com Moçambique, o Presidente Luís Cabral, irmão de Amílcar, tem declarado repetidamente que os laços predominantes são com Portugal. Assim, estes Estados tentaram activamente conseguir junto das Nações Unidas a eleição para o Conselho de Segurança em Outubro de 1978 de Portugal em vez de Malta, o candidato do movimento de não alinhados à qual eles pertencem. No mesmo sentido Luís Cabral visitou Portugal em Janeiro de 1978, Aristides Pereira, Presidente da Guiné-Bissau, fê-lo em Janeiro de 1979 e em Outubro de 1979 foi a vez de Pinto da Costa. Eanes visitou a Guiné-Bissau em Fevereiro de 1979. Não obstante os vários acordos que Portugal assinou com estes países terem tido uma execução lenta e ocasional, estes Estados também facilitarão a relação de Portugal com outras ex-colónias. Assim, o primeiro encontro entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Angola e Portugal teve lugar em Cabo Verde em Setembro de 1976, altura em que foi discutido o estabelecimento de relações diplomáticas. O primeiro encontro entre os Presidentes da República das duas nações teve lugar em Bissau em Junho do mesmo ano. O sucesso do encontro entre Eanes e Neto tem levado a evocar o «Espírito

de Bissau» sempre que se pretende acelerar o progresso das relações entre Portugal e Angola.

4. *Angola*

Como se disse, a descolonização de Angola foi a mais dramática.

Em Maio de 1974, o General Costa Gomes, segundo na hierarquia da Junta e ex-Comandante Militar de Angola, declarou a um vespertino lisboeta que julgava que ela «continuará portuguesa». No Verão de 1974, Spínola tentou puxar para si o processo de descolonização de Angola, o que se diz ter levado a acelerar a sua substituição pelo mais esquerdista Costa Gomes depois do golpe de 28 de Setembro de 1974. A passividade das tropas portuguesas durante o período de transição, que rapidamente se transformou em guerra civil, foi ressentida pelos três movimentos de libertação assim como pelos colonos, por razões evidentemente diversas. O apoio mais significativo do MPLA-Neto em Portugal sempre foi o Partido Comunista, que não o Socialista. Por outro lado, desde a independência que o Governo Angolano tem protestado acerca do facto de Portugal consentir actividades anti-MPLA por parte da UNITA, da FNLA e da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) no território nacional.

Do lado português, o problema dos prisioneiros portugueses em Angola e refugiados angolanos em Portugal impediu melhores relações. No campo financeiro, a nacionalização por Angola da banca, bem como de outros empreendimentos pertencentes ao Estado Português, envolve indemnizações da ordem dos cinquenta milhões de contos, as quais os angolanos se recusam a negociar.

Depois do golpe do Comandante Nito Alves em Maio de 1977, a política de Neto mudara na direcção do Ocidente tendo sido assinado em Bissau em Junho de 1978 um Acordo Geral de Cooperação entre Portugal e Angola. A aprovação do Parlamento Português foi bastante demorada, apesar das insistências do Ministro angolano dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Jorge. O acordo comercial de Janeiro de 1979, assinado durante a visita a Luanda do Ministro do Comércio português, teve também problemas de execução. De facto, o primeiro encontro do Comité Luso-Angolano, criado pelo Acordo de Bissau, realizou-se um ano depois de o mesmo ter sido assinado e pouco andamento se tem verificado.

O falecimento de Neto em Moscovo em 11 de Setembro — no momento em que as suas relações com a UNITA pareciam melhorar — torna difícil avaliar o futuro próximo das relações bilaterais. É certo que o novo Presidente, Eduardo dos Santos, enviou uma mensagem a Eanes agradecendo a presença deste no funeral de Neto, o que foi interpretado como revelando interesse nas relações futuras. Contudo, Eanes cancelou a sua projectada visita a África, particularmente a Angola, talvez devido à proximidade das eleições portuguesas em 2 de Dezembro de 1979.

5. Moçambique

As relações com Moçambique têm sido consideradas das mais difíceis. Os portugueses atribuem o facto à posição antiocidental e pró-soviética do Presidente moçambicano Samora Machel (trata-se da única ex-colónia com base militar soviética) enquanto os moçambicanos acusam Portugal de pretender perpetuar a mentalidade colonial. A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) mantém ainda assim relações regulares com o Partido Comunista Português e com alguns dos militares envolvidos no acordo de Lusaca, Zâmbia, no Verão de 1974, no qual a sua legitimidade foi reconhecida.

Moçambique foi a colónia portuguesa onde a influência cultural da África do Sul e da Rodésia era mais sensível. Depois da independência, continuou a guerra de fronteiras com as tropas rodesianas, ajudada possivelmente por moçambicanos brancos. Por outro lado, julga-se que tenha operado em Portugal um grupo rival, a Frente Unitária de Moçambique (FUMO). Outro aspecto, considerado revelante para a dificuldade das relações bilaterais, relacionado com o primeiro, é o de, durante o período colonial, o próprio Samora Machel ter tido uma coexistência cultural mínima com Portugal.

No caso de Moçambique, consequentemente, as «diplomacias paralelas» são mais evidentes. A situação é de quebra das relações intergovernamentais desde princípios de 1978, quando um cidadão português foi executado durante a estada duma delegação oficial portuguesa no país. Numerosos enviados presidenciais diligenciaram no sentido de serem libertados alguns prisioneiros portugueses e de se travar o fluxo para Portugal de refugiados, muitos dos quais asiáticos. Presentemente, afirma-se que se encontra naquele território Oteló Saraiva de Carvalho, ele próprio natural de Moçambique.

O contencioso financeiro envolve as dívidas da Hidroelétrica de Cahora-Bassa, 85% das acções da qual são detidas pelo Estado Português, que vende energia eléctrica à África do Sul. As obras começaram em Abril de 1969 e ficaram concluídas em Abril de 1977. O outro problema não resolvido é o da compensação das dívidas irrecuperáveis à banca nacionalizada portuguesa, nacionalizada moçambicana em Janeiro de 1978.

Decerto, Moçambique nomeou o seu terceiro Embaixador (depois da Tanzânia e das Nações Unidas) para Portugal e uma missão a Portugal durante o governo do Primeiro-Ministro Maria de Lurdes Pintasilgo salientou o apreço da República Popular pela ex-metrópole lamentando também a falta de interesse dela. Ainda assim, Machel continua a ser o único dirigente de uma ex-colónia que nunca se avistou com o Presidente da República Portuguesa.

6. Conclusão: raízes sociais da política externa

As realizações da política de Portugal relativamente a África têm sido mínimas e os recursos que o País usou para o efeito têm ficado muito àquem das necessidades, tendo, por outro lado, sido conduzidos através de canais «ad hoc». A política africana tal como a política do Estado em geral têm sido seriamente obstruídas por governos com a duração média de seis meses e pelas graves dificuldades económicas internas.

A política africana tem sido frequentes vezes discutida tomando as ex-colónias em conjunto e considerando as relações com esse conjunto como uma «alternativa» à integração europeia susceptível de preservar o «Socialismo Português» e os elos deste com o Terceiro Mundo. Esta retórica é, é claro, precisamente igual ao dilema do antigo regime de optar entre a Europa e a África.

Por outro lado, o Partido Socialista tem encarado a África em termos do alargamento intercontinental da Internacional Socialista. Em Outubro de 1979, numa reunião desta organização em Lisboa, a política da «linha da frente» contra a Rodésia foi aceite, o que significou uma vitória para o Vice-Presidente português Soares.

A rápida integração dos refugiados da África, nomeadamente no comércio de retalho e na agricultura intensiva, não apagou o trauma da descolónização. Os governos das ex-colónias têm solicitado trabalhadores especia-

lizados e pessoas com experiência africana e os candidatos têm sido pouco numerosos. Esta reticência pode derivar também da dúvida acerca da capacidade do Governo Português em proteger os seus nacionais residentes nos regimes marxistas dos novos Estados.

Todavia, o interesse dos meios de comunicação é de longe superior ao verificado em qualquer país europeu. Por isso, e sem contar com fortes laços pessoais entre individualidades actualmente no poder em Portugal e na África ex-portuguesa, parece possível afirmar que as relações entre Portugal e África têm pertencido e continuarão a pertencer à raiz social da política externa de todas as partes envolvidas.

A importância destas raízes é provavelmente mais notória num país pequeno de emigração como Portugal do que num país grande como Angola, mas parece duradoura em ambos. De facto, as realizações portuguesas em África têm sido baseadas menos em políticas sólidas do que na tradicional capacidade dos portugueses em se adaptarem ao contexto africano.

Para resumir, os pontos evidentes dos últimos quatro anos apontam para a irrelevância da política externa divorciada das suas raízes sociais. E, após reflexão, isto pode não ser tão contra-intuitivo como parece.

Jorge Braga de Macedo

Professor Auxiliar de Economia e Assuntos Internacionais na Universidade de Princeton, E.U.A.

II

DISCUSSÃO

Sr. Solarz: Gostaria que respondessem, resumidamente, na perspectiva das ex-colónias acerca das quais falaram, a esta pergunta. Até que ponto os interesses em África dos franceses, portugueses e britânicos coincidem, e até que ponto eles divergem?

Comecemos pela França.

Sr.º Morgenthau: Penso que a coincidência de interesses vem através da Comunidade Económica Europeia e o Acordo de Lomé.

Têm sido os franceses a dirigir a manobra, embora os portugueses (dentro ou fora da Comunidade?), ainda assim, tenham em dado momento sido, sem dúvida, o cerne dos países externos à CEE. Ainda assim os franceses tiveram de, simultaneamente, julgo eu, fazer modificações na sua política europeia e africana e houve uma íntima interligação no modo como conduziram ambas.

De maneira que, do acordo de Roma até ao de Lomé, incluindo todos os subacordos acerca da energia atómica, dos minerais estratégicos, do acesso a investimentos, das questões cambiais e assim por diante, foram parte da rede de acordos económicos conduzindo a uma relação envolvendo a CEE e os Estados Associados Africanos, Caraíbas e Pacífico.

Quando a Grã-Bretanha aderiu ao Mercado Comum, eu diria, verificou-se nova percepção acerca do significado de toda a África para a comunidade europeia incluindo as suas ex-colónias. Preservar uma esfera prioritária europeia para a África tem de facto o acodo da Grã-Bretanha, da Bélgica, da França e da Alemanha.

Houve assim um crescimento progressivo a partir dos pequenos conflitos e irritações do período colonial, para um novo conceito de afinidade com África, que consiste em afastar a América e manter o Japão sob controle, considerando que se trata de uma esfera de acção para o comércio e investimento bem como uma fonte de bens de consumo para a Europa. Diz-se, por exemplo, em conferências económicas, que a América Latina é o produtor externo de géneros de consumo para os Estados Unidos, e a África está a caminho de ser o produtor externo de géneros de consumo para a Europa na próxima fase da industrialização.

De facto, no estabelecimento da Comunidade Económica Europeia há uma fase de nacionalismo económico estreito, mas à escala continental ou semicontinental relativamente a nós e a outros concorrentes.

Penso que foi como isso surgiu.

Sr. O'Meara: Gostaria de encarar o problema de ponto de vista diferente do da Professora Morgenthau. Muito depende na verdade da especificidade das relações. Julgo que neste momento a Nigéria está numa posição muito diferente da, digamos, de uma nação pequena como o Lesotho. Estamos a tratar de laços muito fortes entre a Grã-Bretanha e suas ex-colónias. É um ponto muito importante de que temos de estar cientes. Há obviamente recompensas para a Grã-Bretanha quando esta favorece certas áreas. Estou sempre interessado em ver o género de ajuda que é facultada a um país como o Malavi, onde ingleses apreciaram os desenvolvimentos que ali se efectuaram.

Há um certo pressentimento de que os investimentos terão um rendimento. Isto é outro exemplo de um estado africano conservador.

O problema do tipo de dimensão cultural que a Professora Morgenthau referiu antes, a relação francesa, está em larga medida ausente. Julgo que há laços mas não tão profundos como no caso da França.

Gostaria de dizer que também existem dimensões punitivas, às quais se poderá voltar daqui a pouco. As alusões que fiz aos Conservadores como Alex Douglas-Home em termos da nacionalização da Tanzânia, a questão da ligação da Tanzânia com a China «versus» o tipo de relações com o Malavi.

Sr. Solarz: Até que ponto e em que forma coincidem os interesses dos ingleses e americanos em África e até que ponto e em que forma eles divergem?

Sr. O'Meara: Quanto à divergência dos ingleses e americanos pelo menos na área da África do Sul, que tenho estudado, gostaria de antecipar a ideia de que haverá uma convergência; tem havido forte convergência entre interesses ingleses e americanos.

Penso porém que, em termos de petróleo, deveríamos encontrar política diferente pois este torna-se um facto muito mais crucial no que respeita à Nigéria.

Sr. Solarz: Deixe-me prosseguir com este ponto.

O que é que explica o facto de, ao contrário dos franceses, que parecem ter enviado tropas para aqui, para ali e em toda a parte em África, os ingleses tenham hesitado em fazer o mesmo.

Porque estão eles tão renitentes em usar forças militares para a implementação da sua política externa em África, relativamente aos franceses?

Sr. O'Meara: Esta é uma pergunta interessante. Pode fazer-se essa pergunta em termos da própria Rodésia depois da Declaração Unilateral de Independência.

Sr. Solarz: Mesmo agora, eles escondem-se debaixo das saias do Commonwealth. Seria inacreditável pensar que os franceses fizessem o mesmo.

Sr. O'Meara: Daqui a pouco inclinar-me-ei perante a Professora Morgenthau. Uns pensam que já não se deve encarar a Grã-Bretanha como uma grande potência. É uma potência importante, mas iludimo-nos ao dizer que é uma grande potência militar.

Sr. Solarz: A França tão-pouco é uma superpotência.

Sr. O'Meara: É verdade, mas a Grã-Bretanha está também envolvida na Irlanda do Norte. Isso é um factor significativo. Hesita em espalhar as suas tropas.

Sr. Solarz: Talvez possa reflectir para a acta e submeter uma resposta. Penso ser uma pergunta interessante. Talvez seja o trauma do Suez, não sei.

Sr.^a Morgenthau: Julgo ser a prática orçamental inglesa, que é bastante diferente. Sempre conduziram a sua política colonial com a ideia de cada coisa no seu devido lugar, opondo-se a gastos a partir do Orçamento Central. Não têm linhas de crédito disponível. Pelo contrário, a prática orçamental francesa e a maneira de o Governo Francês afectar recursos revela marcas deixadas por Napoleão e restauradas por De Gaulle, as quais se reflectem na rapidez com a qual aparecem verbas disponíveis para os compromissos aqui, ali e em toda a parte.

Sr. Solarz: Professor Macedo?

Sr. Macedo: Creio que há uma divergência no curto prazo mas possibilidades de uma convergência no longo prazo entre os interesses dos Estados Unidos e os de Portugal.

No que respeita à África, a divergência do curto prazo deriva de, conforme mencionei, Portugal estar presentemente mais interessado em entrar para a Comunidade Europeia e de, quando tal se verificar, Portugal ser uma parte marginal da CEE. Portanto, o peso da política da CEE será, como já foi anteriormente referido, provavelmente da maior importância. Partilho a posição da Professora Morgenthau que a Europa tentará, de facto, conservar ali uma área de influência, apesar de ter mais dúvidas acerca das implicações para a América do Sul que ela referiu.

Contudo, no longo prazo, uma longa tradição histórica tornar-se-á relevante. Portugal, como nação independente há oito séculos, tem seguido uma política de compensar o seu reduzido poder negocial com os seus vizinhos, em particular a Espanha, com um vizinho mais distante, historicamente a Inglaterra. Este princípio aplica-se à política do antigo regime, a qual se baseava no interesse geopolítico óbvio dos Açores. Assim Portugal, em vez de ser um parceiro menor, deverá tentar diversificar um pouco, e jogar a cartada atlântica em maior grau. Já tentou fazer isso com o Brasil. Este, evidentemente, tem as visões próprias acerca de África e, portanto, a aliança poderá não ser tão fácil como a que liga Portugal a um país com interesses globais como os Estados Unidos, e por isso nos parece que haverá uma convergência no médio a longo prazo, sendo a duração desse período a longo prazo entendida em termos da situação interna em Portugal, nos Estados Unidos e na Europa.

Sr. Solarz: Poderia cada um de vós comparar resumidamente a preocupação da população na França, na Grã-Bretanha e em Portugal acerca da presença das tropas cubanas em África com a preocupação existente no nosso próprio país. Diriam que é parecida com a preocupação dos Estados Unidos, ou será de maior ou menor grau? Como se explicam as diferenças — se é que existem — quanto ao grau de preocupação causado pela presença cubana em África.

Sr.^a Morgenthau: Primeiro do que tudo eu diria que, no longo prazo há uma grande convergência política entre os franceses e americanos em África. Não usaria esse argumento nem diria tão-pouco que há uma tremenda

convergência entre a política dos Estados Unidos e da Europa em África quanto a muitos pontos concretos.

Estou a falar agora não tanto no político como no económico. Isso é uma questão. Em relação a Cuba, julgo que os franceses têm andado muito preocupados.

Antes de tudo, talvez ainda mais que os franceses, alguns dos Estados africanos de expressão francesa têm andado particularmente preocupados. É muito difícil ter uma conversa com Senghor sem que este assunto seja abordado. Ele sente-o grandemente e preocupa-se com a presença cubana na África Ocidental.

Sr. Solarz: Estando os franceses espalhados por toda a África, em que bases podem eles protestar acerca da presença cubana?

Sr.^a Morgenthau: Penso que, para um país como o Senegal, o convite aberto que fez aos franceses para reforçarem a sua presença no Senegal está directamente relacionado com a preocupação da presença cubana em África.

Em todas as reuniões no Continente Africano, um número de Estados africanos moderados de expressão francesa levanta esta questão como problema primordial. Eles estão cientes que basta um insignificante número de tropas para se notar a diferença e, no caso do Senegal, este estava bastante preocupado com a reduzida presença cubana na área da África Ocidental e queria contrabalançar essa presença duma maneira ou de outra, de forma que existe uma preocupação comum em vários Estados africanos, a qual foi comunicada ao franceses, convidando-os a reforçar a sua presença ali.

Sr. Solarz: Diria então que a preocupação dos franceses é paralela à nossa?

Sr.^a Morgenthau: Sim.

Sr. Solarz: Qual é a posição inglesa, Professor O'Meara?

Sr. O'Meara: Isto não diverge muito da posição inglesa, mas é importante notar que os Conservadores, especialmente os da ala direita do

Partido Conservador, estão extremamente preocupados com esta presença, e penso que teriam uma posição mais dura acerca da presença cubana do que, digamos, teria David Owen.

Sr. Solarz: Como é que avalia o facto de os Conservadores não parecerem dar muita importância à participação activa americana na iniciativa diplomática no Zimbabwe-Rodésia enquanto os Trabalhistas puxavam a aba do casaco dos americanos quanto a esta questão?

Sr. O'Meara: Penso que o contexto é diferente. Conforme mencionei no meu testemunho, Lord Harlech nas suas viagens em África ficou bastante a par do facto de haver a preocupação de ter a Grã-Bretanha como uma potência principal, resolvendo o que é um problema deles.

Penso também que o plano anglo-americano, como digo no meu testemunho, era um plano sem futuro. Teria de haver uma nova iniciativa. Vejo as coisas nesses termos.

Foi um contexto novo.

Sr. Solarz: Professor Macedo?

Sr. Macedo: Temos de ter em consideração que há uma grande diferença quando fazemos aquela comparação entre Portugal e os Estados Unidos a qual se refere ao nível de atenção medido pela atenção dada pelos meios de comunicação a questões africanas. Nos meios de comunicação portugueses há um grande interesse pela África, conforme digo no meu testemunho. Tendo essa diferença em conta, a preocupação é menor e é-o por uma razão interessante. A maior parte das pessoas pensa que os cubanos se irão arrepender da aventura. O horizonte relevante para um país como Portugal não é o mesmo do que o relevante para os Estados Unidos. A atenção é maior e assim tem maior diversidade, mas julgo que a preocupação é menor nesse sentido.

Sr. Solarz: Esteve há dias no meu gabinete Jonas Savimbi e disse-me que falava quatro ou cinco idiomas africanos o que, argumentou, estava na origem da sua simpatia junto da população do mato. Disse também que o falecido Presidente Neto falava apenas português e não conseguia dialogar com o povo angolano na sua própria língua. É verdade?

Sr. Macedo: O Dr. Neto também falava Quimbundo, uma língua oriunda da periferia de Luanda. Além disso ele era uma personalidade absolutamente dominante na própria Luanda e não era mistério algum que todos em Luanda o aceitavam. A língua Quimbundo é porém secundária do ponto de vista das línguas tribais do país. O Dr. Savimbi fala Umbundo, linguagem dos Ovimbundo, dos quais é o dirigente. Essa tribo conta com dois terços da população de Angola e uma grande parte da área. A terceira língua, falada no Norte, é o Bacongo. Não sei se Savimbi a fala, e, apesar de admiração que tenho pela sua experiência política e resistência militar, penso que ele gosta de exagerar.

Sr. Solarz: Quando Neto falava para o povo angolano, em que língua o fazia?

Sr. Macedo: Eu diria Quimbundo. Isto não lhe dava possibilidade de falar para todos ou mesmo à população de Angola como as outras línguas, mas não é verdade que Neto só falava português.

Sr. Solarz: Uma outra pergunta num ponto histórico. A UNITA recebeu a ajuda da África do Sul antes de Cuba vir em auxílio do MPLA?

Sr. Macedo: Há uma certa disputa acerca desse assunto. É do meu conhecimento pessoal que havia conselheiros cubanos em Angola, muitos deles amigos de pessoas ligadas ao MPLA antes da independência.

Parece-me que a data da partida do primeiro comboio marítimo cubano foi em princípios de Novembro, portanto, muito perto da data da independência. Creio que a ajuda da África do Sul à UNITA foi anterior a essa data. Mas penso, como provavelmente já referi, que essa ajuda é realmente um caso que se baseia no facto de Savimbi ter viajado anteriormente pela Europa e tentado demonstrar como quer a pressão política e militar do Zaire quer a potencial pressão militar da União Soviética representavam ameaças para o Ocidente, dadas as divisões do próprio MPLA.

Conforme referi no meu testemunho, este último aspecto era realmente crucial. Na altura, a existência de três facções no MPLA era susceptível de conduzir o problema de Angola para uma internacionalização. Savimbi tentou obter a cooperação europeia. Não sei se teve tempo de solicitar a vossa ajuda, ou se aos seus pedidos foi dada alguma resposta. Creio que não

Por isso só lhe restava atirar-se, se me permite a expressão, em desespero nas mãos da África do Sul.

É possível que isso tenha sido anterior à presença cubana, mas daí não se retira qualquer argumento por uma razão que penso ser bastante importante. É que Savimbi foi o dirigente que esteve mais cedo consciente do perigo da nação angolana e sabia da situação difícil do MPLA e como Neto estava em minoria dentro do aparelho do partido. Isto mostrou-se outra vez, em Maio de 1977, quando Nito Alves tentou o golpe.

Sr. Solarz: Apesar disso, ainda pensa que as tropas da África do Sul chegaram a Angola primeiro que os cubanos?

Sr. Macedo: Deixe-me ser mais incisivo e pôr os pormenores em ordem. O que é notável quanto à chegada das tropas cubanas não é a data mas sim quão rápidas e eficientes elas foram em termos da sua tecnologia militar e também da sua homogeneidade, pois de facto os cubanos mostraram-se peritos no equipamento que possuíam.

No caso quer da coluna da UNITA mais África do Sul quer da coluna Norte da FNLA mais Zaire, deve destacar-se a importância dos colonos portugueses afectos à UNITA que, de certo modo, tinham pensado em permanecer. Muitos deles tinham preparação militar o que é crucial dada a falta de preparação dos guerrilheiros.

Por isso mesmo a perícia cubana, um grupo homogéneo mas vindo do exterior, é mais chocante. Apenas para lhe dar um exemplo que julgo relevante, o comandante-chefe da coluna da FNLA era um dos melhores coronéis do Exército Português e chegou às portas de Luanda precisamente quando as tropas cubanas intervieram. Foi quase uma questão de horas.

Sr. Solarz: Uma pergunta final. A que se atribui o facto de as ex-colónias portuguesas, sem excepção, aparecerem com o que se pode designar de governos marxistas, enquanto as ex-colónias francesas e inglesas, talvez com uma ou duas excepções, não produziram governos de orientação marxista?

Será esta generalização acertada?

Sr. O'Meara: Depende da maneira como a descreverem. A abordagem de Tanzânia representa uma forma de socialismo africano que difere grandemente do modelo político do Quênia.

Não podemos fazer uma declaração geral.

Sr.^a Morgenthau: O marxismo foi, em grande parte na África Equatorial, a língua política do nacionalismo africano.

Sr. Solarz: Não tenho a certeza qual é a frase apropriada. Certamente, no plano conceptual, há uma distinção entre Angola e Moçambique por um lado, e Cabo Verde, ou mesmo a Zâmbia ou a Tanzânia por outro.

Sr.^a Morgenthau: Estava pensando na Argélia, na Guiné, no Mali e até no Congo.

Aqui o capitalismo do Estado, usando a linguagem marxista, prevalece e a primeira linguagem política, mesmo a do Presidente Nufet, foi aprendida em grupos de estudos comunistas, organizados por comunistas franceses no tempo da Frente Popular Francesa.

O que aconteceu foi que a necessidade de governar os Estados africanos recém-independentes tornou a política externa efectiva bem diferente daquilo que esperávamos. Não havia presença cubana e os modelos de política externa eram diferentes, mas eu julgo que será o nacionalismo africano a dar o passo em frente, mesmo em Angola onde há uma presença, uma forte presença, de tropas cubanas.

Por trás da linguagem marxista penso estar frequentemente uma posição nacionalista.

Sr. Macedo: Penso também que, a um nível importante, a insistência retórica marxista-leninista nos novos Estados independentes de Portugal é qualitativamente diferente dos moldes de socialismo africano que têm sido propostos por alguém como Senghor.

Julgo que a razão tem a ver com o facto de a descolonização das colónias portuguesas se ter dado depois de quinze anos de guerra de libertação, o que conduziu a uma maior assimilação da necessidade de uma ideologia para sustentar, por assim dizer, uma nação-estado emergente.

Mas o ponto mais importante, aquele em que insisto na minha declaração, e que é caso único na descolonização ocidental, é que são as próprias Forças Armadas que, numa súbita inversão de ideologia de um ponto de vista conservador para um que chamaria maoista-populista, conduzem o

processo de descolonização. Ora dada a força dessa inversão as Forças Armadas perderam logo o controle desse processo.

Esta razão é crucial para o facto de os regimes se terem tornado monoliticamente marxistas, ao contrário dos outros países onde a descolonização foi mais controlada. Isto verifica-se relativamente à descolonização dos ingleses, dos franceses e mesmo à dos belgas.

**AS COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS
NO DOMÍNIO DA POLÍTICA EXTERNA**

AS COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS NO DOMÍNIO DA POLÍTICA EXTERNA

1.1 — Os dois princípios fundamentais, entre si estreitamente conexos, que presidem à estruturação do poder político na Constituição são o da separação dos órgãos de soberania e o da sua interdependência (artigo 114.º, n.º 1).

1.2 — O primeiro traduz-se na atribuição a cada órgão de poderes específicos, a que correspondem actos típicos; o segundo implica sempre a articulação — imposta pela unidade do Estado e pela prossecução do interesse público — entre os órgãos e traduz-se, muitas vezes, num recíproco condicionamento ou na participação numa mesma função do Estado (tal como teoricamente pode ser definida).

2.1 — A Constituição não autoriza a política externa *qua tale* (ou a direcção da política externa, como aparentemente fazia o artigo 81.º, n.º 7 da Constituição de 1933); não a separa, horizontal ou verticalmente, de quaisquer outros sectores da política do País (da política financeira, da política social, etc.)

2.2 — Nenhuma norma se lhe refere *ex professo*. Existem, sim, por um lado, normas que contemplam algumas das suas manifestações — as mais importantes, naturalmente — e, por outro lado, regras gerais do sistema de governo que sobre ela se projectam.

2.3 — À luz dessas normas verifica-se ser complexo o quadro jurídico em que se devem mover os órgãos do poder, expressão da complexidade geral do sistema constitucional, e cujo deslindar somente uma atenta interpretação e a observação da prática permitem efectuar.

3.1 — Sem contar com os tribunais (entre os quais a Comissão Constitucional, nos termos do artigo 282.º), quer enquanto aplicam normas de direito internacional (art. 8.º) quer enquanto, eventualmente, julgam da sua cons-

titucionalidade (artigos 207.º e 280.º), todos os órgãos políticos de soberania interferem nas relações internacionais do Estado Português e, bem assim, os órgãos das regiões autónomas.

3.2 — O Presidente da República interfere aí por virtude das seguintes prescrições.

3.2.1 — Ele «representa a República Portuguesa» (artigo 123.º), o que, não sendo só por si uma função exclusiva, mas apenas uma definição, é uma repercussão ou uma reminiscência do princípio tradicional do *jus raepresentationis omnimodae* dos Chefes do Estado e vale como *tête de chapitre* de outras normas [como o artigo 132.º — sobre ausência do território nacional — e os artigos 138.º e 139.º, n.º 3, alínea b)].

3.2.2 — O Presidente nomeia (e exonera) os embaixadores e os enviados extraordinários, sob proposta do Governo [artigo 138.º, alínea a), 1.ª parte]: representante do Estado nas relações internacionais, cabe-lhe conferir designar os representantes junto doutros Estados, organizações internacionais e demais sujeitos de direito internacional.

3.2.3 — Acredita os representantes diplomáticos estrangeiros [artigo 138.º, alínea a), 2.ª parte].

3.2.4 — Ratifica (em sentido lato, abrangendo a ratificação propriamente dita e a adesão) os tratados internacionais, depois de devidamente aprovados [artigo 138.º, alínea b)].

3.2.5 — Assina os decretos de aprovação pelo Governo dos acordos internacionais (dos acordos em forma simplificada) [artigos 137.º, n.º 1, alínea b), 2.ª parte e 200.º, alínea c)].

3.2.6 — Declara a guerra em caso de agressão efectiva ou iminente e faz a paz, mediante autorização do Conselho da Revolução [artigo 138.º, alínea c)].

3.2.7 — Em caso de veto político de decreto da Assembleia sobre relações externas (seja resolução de aprovação de tratado internacional, seja, eventualmente, lei), ele só terá de ser promulgado se a sua confirmação obtiver maioria de dois terços de Deputados presentes, e não maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções, como é regra geral [artigos 139.º, n.º 2, e 139.º, n.º 3, alínea b)].

3.2.8 — O Presidente da República representa o território de Macau nas relações internacionais, podendo essa representação ser delegada no Governador do território (artigo 306.º e artigo 3.º, n.º 2 do Estatuto aprovado pela Lei n.º 1/76, de 17 de Fevereiro).

3.2.9 — Compete ao Presidente da República — assistido pelo Conselho da Revolução e em conjugação com o Governo — praticar todos os actos necessários à promoção e à garantia da autodeterminação de Timor Leste (artigo 307.º).

3.3 — O Conselho da Revolução (enquanto subsistir, até à primeira revisão constitucional) interfere pelo seguinte.

3.3.1 — Como órgão de consulta e apoio do Presidente da República, pode aconselhá-lo no referente à prática de qualquer dos actos compreendidos nos artigos 138.º, 139.º, n.º 3, alínea *b*), 306.º e 307.º [artigo 145.º, alínea *a*)].

3.3.2 — Como órgão de condicionamento do Presidente, da sua autorização dependem a declaração de guerra e a feitura de paz [artigo 145.º, alínea *b*)], a ausência do território nacional [artigos 132.º e 145.º, alínea *d*)] e, quando se trate de Presidente da República interino, os actos concernentes aos representantes diplomáticos (artigo 140.º).

3.3.3 — Como órgão político e legislativo, compete-lhe aprovar os tratados e os acordos militares que respeitam a assuntos militares [artigo 148.º, n.º 1, alínea *b*)], embora esta competência tenha de ser exercida em conjunto com o Governo ou com a Assembleia da República.

3.3.4 — Como órgão de garantia da Constituição, exerce fiscalização da constitucionalidade de tratados e acordos internacionais — de todos, sem excepção — seja fiscalização preventiva [artigos 146.º, alínea *a*), 277.º e 278.º], seja fiscalização *a posteriori* [artigos 146.º, alínea *c*), 280.º, n.º 3 e 281.º]; e exerce-a também quanto a leis e a decretos-leis respeitantes às relações externas (mesmo preceitos).

3.3.5 — Ainda como órgão de garantia da Constituição, compete-lhe recomendar aos órgãos legislativos as medidas legislativas necessárias para tornar exequíveis as normas constitucionais respeitantes às relações internacionais, que não sejam exequíveis por si mesmas [artigos 146.º, alínea *b*), e 279.º] — mas deve considerar-se bastante remota a verificação desta hipótese,

porque tais normas (com as do artigo 7.º), de ordinário, serão tornadas exequíveis através de convenções internacionais, e não de leis.

3.4 — A Assembleia da República releva nos seguintes planos.

3.4.1 — Pertencem à sua reserva de competência legislativa determinadas matérias com incidência ou incidência possível na posição internacional do Estado, ainda que sem serem de relações externas *stricto sensu* [para efeito do artigo 139.º, n.º 3, alínea *b*)], tais como as condições gerais de empréstimos e outras operações de crédito [artigo 164.º, alínea *d*)], a definição dos limites das águas territoriais e dos direitos de Portugal ao fundos marinhos contíguos [artigo 164.º, alínea *i*)], a aquisição, a perda e a reaquisição da cidadania portuguesa [artigo 167.º, alínea *a*)], a capacidade das pessoas [artigo 167.º, alínea *b*)], a organização da defesa nacional [artigo 167.º, alínea *f*)] e o sistema monetário [artigo 167.º, alínea *s*)] — sendo as duas primeiras normas de reserva absoluta e as outras normas de reserva relativa, ou seja normas que admitem autorizações legislativas ao Governo (artigo 168.º).

3.4.2 — A Assembleia compete fazer, em concorrência com o Governo leis sobre quaisquer aspectos de relações externas susceptíveis de tratamento por lei [artigo 164.º, alínea *d*)] — *v. g.*, organização diplomática e consular — e pode submeter a ratificação decretos-leis sobre as mesmas matérias [artigos 165.º, alínea *c*), e 172.º], salvo os concernentes à organização do Governo para tais relações (artigo 201.º, n.º 2).

3.4.3 — Compete-lhe aprovar, em reserva absoluta [artigo 164.º, alínea *f*)], os tratados:

- que versem sobre matérias da competência legislativa exclusiva da Assembleia (ou sejam, matérias dos artigos 164.º e 167.º);
- de participação de Portugal em organizações internacionais (melhor dizendo, tratados constitutivos de organizações internacionais e quando seja caso disso, de adesão a certas organizações internacionais), de amizade, de paz, de defesa e de rectificação de fronteiras;
- que, versando embora sobre outras matérias (inclusive militares), o Governo lhe submeta (ficando então precludida, nesses casos, a competência de aprovação do Governo).

3.4.4 — A Assembleia pode apreciar os actos do Governo de política externa [artigo 165.º, alínea *a*), 2.ª parte], designadamente através de perguntas orais e escritas [artigos 159.º, alínea *b*), e 180.º, n.º 2] e de interposição [artigo 183.º, n.º 2, alínea *a*)].

3.4.5 — Carece de assentimento da Assembleia, se estiver em funcionamento, a ausência do Presidente da República do território nacional (artigo 132.º, n.º 1); o assentimento é, porém, dispensado nos casos de passagem em trânsito ou de viagens sem carácter oficial de duração não superior a dez dias (artigo 132.º, n.º 2).

3.5 — O Governo releva pelo seguinte.

3.5.1 — Compete-lhe propor a nomeação (bem como a exoneração) dos embaixadores e dos enviados extraordinários [artigo 138.º, alínea a)].

3.5.2 — Os actos do Presidente previstos no artigo 138.º e no artigo 137.º, n.º 1, alínea b) carecem de referenda ministerial [artigos 141.º, n.º 1 e 200.º, alínea a)].

3.5.3 — Compete ao Governo, e só a ele, negociar e ajustar convenções internacionais — todos os tratados (solenes) e todos os acordos (em forma simplificada), incluindo os que requerem a aprovação do Conselho da Revolução, ou sejam, os tratados e acordos militares [artigo 200.º, alínea b)].

3.5.4 — O Governo aprova todos os acordos em forma simplificada — em conjunto com o Conselho da Revolução, quando sejam acordos militares [artigo 200.º, alínea c), 1.ª parte].

3.5.5 — O Governo aprova os trabalhos internacionais, cuja aprovação não seja da competência da Assembleia da República ou que a esta não sejam submetidos — sendo conjuntamente com o Conselho da Revolução os trabalhos militares [artigo 200.º, alínea c), 2.ª parte].

3.5.6 — O Governo tem competência legislativa concorrencial com a da Assembleia da República no domínio das relações externas [artigo 201.º, n.º 1, alínea a)] e competência legislativa reservada no que tange à sua própria organização para esse efeito (artigo 201.º, n.º 2).

3.6 — Os órgãos das regiões autónomas relevam também, no tocante a assuntos de interesse específico para elas, em consequência da concepção de autonomia político-administrativa adoptada pela Constituição.

3.6.1 — Com efeito, é uma das atribuições das regiões autónomas participar nas negociações de tratados e acordos internacionais que directamente lhes digam respeito [artigo 229.º, n.º 1, alínea l)].

3.6.2 — Pela natureza das coisas, tais órgãos devem ser (conquanto a Constituição o não diga) os governos regionais (artigo 233.º, n.ºs 1, 4 e 5).

4.1 — Passando da análise espectral dos poderes e actos para uma consideração mais ampla na perspectiva do sistema constitucional, não custa reconhecer que é no plano das relações entre Presidente da República Assembleia da República e Governo e, sobretudo, entre Presidente e Governo que se põe o problema da condução da política externa.

4.2 — O Governo é o órgão de condução da política geral do País e o órgão superior da administração pública [artigos 185.º, n.º 1 e 203.º, n.º 1, alínea *a*)], sem acepção de matérias — salvo as relativas às Forças Armadas (artigo 148.º). Cabem, pois, na sua competência a política externa e a administração diplomática.

4.3 — O Governo, todavia, responde politicamente perante o Presidente da República e a Assembleia da República (artigo 193.º), podendo o Presidente livremente exonerar o Primeiro-Ministro, ouvido o Conselho da Revolução [artigos 136.º, alínea *f*) e 147.º, alínea *a*)], e a Assembleia provocar a demissão do Governo, aprovando moções de rejeição do seu programa ou moções de censura e não aprovando moções de confiança (artigos 195.º a 198.º), nomeadamente por motivos de política externa.

4.4 — Há diferenças assinaláveis entre o binário Governo-Assembleia da República e o binário Governo-Presidente da República, com não pouca incidência no campo da política externa.

4.4.1 — A responsabilidade política do Governo perante o Parlamento encontra-se sujeita a regras muito mais rigorosas e limitativas do que a responsabilidade do Governo perante o Presidente da República. Onde, um maior e mais constante influxo que o Presidente pode exercer sobre o Governo do que aquele que pode exercer a Assembleia.

4.4.2 — A interferência directa e específica da Assembleia da República na vida internacional do Estado circunscreve-se à aprovação dos tratados e das principais leis, sem embargo da utilização de mecanismos de fiscalização como as perguntas e as interpelações.

Ao invés, o Presidente aparece no exercício dos três tradicionais direitos internacionais do Estado — o *jus legationis*, o *jus tractuum* e o *jus belli* (artigo 138.º) — e não aparece simbólica ou decorativamente, porque é eleito por sufrágio universal e porque o Governo responde perante ele.

4.5 — Embora a condução da política externa — a definição das suas grandes opções e a sua execução quotidiana — pertença ao Governo, os actos mais significativos em que se patenteia dependem também de actos do Presidente da República.

4.5.1 — Assim, dele dependem a designação dos representantes do Estado junto de outros sujeitos de direito internacional; a ratificação de tratados (que, como resulta de costume internacional muito antigo, é acto livre do Presidente); ou a assinatura de decretos de aprovação de acordos em forma simplificada (que pode ser recusada, em termos de veto absoluto, como é regra quanto a quaisquer decretos do Conselho da Revolução e do Governo).

4.5.2 — Mas, uma vez que o Presidente pratique tais actos, eles estão sujeitos a referenda ministerial, o que implica que, se eles não podem ser impostos ao Presidente, tão pouco o Presidente os pode impor ao Governo ou pode produzir os seus efeitos à margem do Governo.

4.6 — Dos dois aspectos acabados de sublinhar — corolários imediatos do acenado princípio da interdependência dos órgãos de soberania — decorre transparentemente a necessidade de uma concertação prática entre Presidente e Governo no domínio da política externa.

4.6.1 — Tal concertação prática ou «solidariedade institucional» (na expressão feliz que tende a generalizar-se e que não tem de implicar coincidência ou coincidência total de projectos políticos) dificilmente, contudo, pode ser descrita em exactos conceitos jurídicos. Situa-se mais na esfera da política concreta e a sua elaboração ou o seu apuramento têm de se induzir da prática.

4.6.2 — Em termos jurídicos, o que pode seguramente afirmar-se é o dever de informação do Governo ao Presidente da República sobre todas as acções de política externa a empreender — informação prévia e não apenas *a posteriori* ou perante factos consumados.

5 — Afora o regime geral acabado de indicar, há dois regimes especiais ou excepcionais (conforme se entender) de política externa do Estado — os atinentes a Macau e a Timor — em que avulta mais a presença do Presidente do que a do Governo, pois é o Presidente que assume directamente as responsabilidades de Portugal frente a esses territórios.

5.1 — Quanto a Macau, como se viu (3.2.8), a condução da política externa cabe ao Presidente da República, sem nenhuma interferência do Governo.

5.2 — Quanto a Timor (3.2.9), a condução da política externa é atribuída em comum ao Presidente da República, assistido pelo Conselho da Revolução, e ao Governo, o que torna mais necessária a conjugação de acção de um e de outro.

5.3 — De notar que os actos do Presidente da República respeitantes a Macau e a Timor não estão sujeitos a referenda (artigo 141.º); são actos portanto, em que é deixada ao Presidente da República uma latitude e uma autonomia sem paralelo noutros aspectos da política externa.

Jorge Miranda

Professor da Universidade de Lisboa
e da Universidade Católica Portuguesa

DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Talvez que a imagem mais sugestiva e forte da necessidade de considerar as relações internacionais como a arte e a ciência da sobrevivência da Humanidade seja a resposta à seguinte pergunta, que já não deixa hoje estupefacto o cidadão medianamente informado sobre o que vai pelo mundo: se a civilização viesse a acabar nas próximas décadas, tal poderia ser devido, com maior probabilidade, a calamidades ou catástrofes naturais ou à exacerbação das relações entre povos, nações ou Estados?

Como a fome, a peste, as pragas, os cataclismos vão sendo, apesar de tudo, cada vez mais controlados na sua ocorrência e largamente superados nos seus efeitos, seria com certeza para as relações internacionais que o cidadão questionado inclinaria a sua resposta.

E não sem fundamento.

Os Estados dispõem hoje de instrumentos de acção nacional, em especial na forma de armas e de ideologias, que se tornaram, como nunca, veículos perigosos de conflito internacional, guardando no seu seio um potencial infinito de escalada de destruição mútua e genocídio.

Os Estados talvez sejam ainda hoje capazes de controlar o que se passa no interior das suas fronteiras físicas tradicionais, mas dominam muito pouco o que se passa fora delas, quer por iniciativa dos outros, quer até por sua própria determinação.

2. As relações internacionais são hoje certa área cinzenta de acção humana, em progressiva redução e em que se abraçam irresistivelmente a interdependência dos povos e o seu domínio imperfeito e incompleto.

Ninguém escapa à carteira dos negócios mundiais como ninguém é capaz de a encher à sua vontade. Aqui, o estudo das relações internacionais é já capaz de ensinar que só podemos ajustar o mundo à medida dos nossos interesses ou desejos se, e quando, começarmos, primeiro, por nos ajustarmos a ele, tal e qual ele é.

Já é lugar-comum a afirmação de que as relações internacionais são tão velhas como a própria Humanidade, porque os grupos, mais ou menos organizados, que desde sempre a formaram, sempre se inter-relacionaram movidos pelos mais variados motivos: interesses, pensamentos, hábitos, lealdades, costumes, os quais acabaram por gerar cooperação, concorrência, competição ou conflito entre eles.

Se, por um lado, a concepção dos modos de tirar partido das fricções, das disputas e dos antagonismos precederam de longe o estudo de os eliminar, de os evitar ou de os mitigar, nem por isso as relações internacionais, partindo embora com substancial atraso e desvantagem e numa época de avanços dramáticos em campos que directamente as influenciam, renunciaram ao desafio e esforço dirigido no sentido de lhes conferir certa credibilidade sistemática autónoma, posto que tributárias de outros ramos do saber.

Conhecem-se os acontecimentos e os factos; especula-se e lançam-se hipóteses, mas a experimentação é impossível na maior extensão do conteúdo das relações internacionais e, por isso, as leis eventualmente deduzidas não valem mais do que médias, de amplitude mais ou menos extensa. Isto é, há margem larga para duvidar que as relações internacionais constituam uma ciência no sentido clássico do termo. Outra coisa, porém, é definir e tratar o objecto ou abordar o seu conhecimento por intermédio de qualquer método que não seja o científico, acmenos na medida em que se procure abstrair ou afastar influências emocionais, mantendo a todo o custo a objectividade, a certeza e a universalidade.

Só por teimosa resistência (limitação simpática da natureza humana) se não enxerga que a sociedade contemporânea exige uma revisão corajosa das fronteiras tradicionais das ciências, dos seus métodos, dos seus próprios domínios, porque a compreensão e extensão cada vez mais vastas do saber amalgamaram franjas, criaram conhecimento interdisciplinar, prepararam e abriram o caminho para novas aventuras, definiram novos interesses e esforçaram maravilhosas investigações.

É a curiosidade intelectual que se enreda no fenómeno e é a crise que lhe acelera o ritmo, lhe alarga o horizonte e lhe aprofunda a sondagem. A mudança de hoje (qualquer mudança) já só pode ser tratada em poli-cromático cenário da ciência. São os colóquios, as mesas-redondas, os seminários, as conferências entre cientistas, nacionais e internacionais, e

os institutos, os centros, as associações de estudos, os ventres matriciais da disciplina potencial, da nova teoria, da ciência contemporânea e do seu avanço.

As relações internacionais vêm sofrendo esses tratos há umas dezenas de anos, acelerados depois do último grande conflito mundial.

Notou-se uma manifesta incapacidade, por parte de qualquer ramo das ciências sociais, para, por si só, abranger a natureza e a complexidade crescente dos fenómenos internacionais. Quer o Direito, de tradição europeia, quer a Ciência (ou a Sociologia) Política, de tradição americana, e muito menos a História pioneira, não conseguiram conter no seu seio a explosão fantástica das relações internacionais que teve lugar ao dobrar da metade do nosso século. Não bastaram a reprodução fragmentária daquelas disciplinas, em certos casos, ou a anexação de estudos de problemas conexos, noutros casos, reunidos ou não em quadro dum ramo de ciência tradicional, para dominar uma matéria que, em breve, haveria de requerer a delimitação do seu campo próprio, do seu método, dos seus conceitos e das suas teorias.

Hoje, as relações internacionais constituem uma disciplina autónoma no elenco curricular do ensino superior da maioria dos países e, em alguns deles, há já anos que conferem os mais elevados graus académicos.

Mas isto não significa que o seu campo e método e as suas relações com disciplinas vizinhas ou contribuintes sejam matéria de consideração pacífica. Ainda hoje os especialistas de relações internacionais consagram boa parte do seu tempo àqueles problemas e quantas vezes descaem para posições bizantinas que lhes fazem esquecer o objecto das suas investigações ou os conduzem a uma nova escolástica que tem pouco a ver com a realidade.

Pode talvez dizer-se que não há um único ramo das ciências sociais que não tenha (ou possa ter) a ver, a títulos diversos, com problemas internacionais, mas nenhum deles os abarca na sua totalidade. Já foram contadas 32 disciplinas diferentes que se interessam pelas relações internacionais, mas cada uma delas só privilegia um dos seus aspectos.

Ora, a ambição das relações internacionais é precisamente ultrapassar estas particularidades e constituir-se num domínio de saber não apenas pluridisciplinar, mas transdisciplinar, donde possa perspectivar uma visão global dos fenómenos internacionais, construir o todo e torná-lo inteligível, porque é dele que brotam, aparentemente de súbito e sem prenúncio, os chamados acontecimentos internacionais.

E esse todo é o agrupamento humano, seja ele (ou venha a ser) comunitário, sistêmico ou societário. É um todo que tem hoje a marca internacional e que abreviadamente se designa, não sem polémica terminológica, por sociedade internacional.

3. Não se incorrerá em pena inapelável por omissão se, em vez de se expor, ou sequer referir, as visões actuais da natureza da sociedade internacional e as correntes de pensamento que fundamentam a sua análise, se limitar preferivelmente o ensaio à prosaica enunciação de alguns dos problemas concretos que mais preocupam os especialistas de relações internacionais, num esforço dirigido denexo global.

E o primeiro é, sem dúvida e paradoxalmente, a própria sociedade internacional, em si, como realidade das próprias relações internacionais.

É curioso notar como correntemente, e quantas vezes inconscientemente, se pretende fazer política internacional ou simplesmente proceder a análises, sem se ter estudado a sociedade internacional. É por isso que não nos deve espantar o calibre e a frequência de certos erros, porque afinal têm mais lógica do aquela que a nossa ingenuidade se recusa a atribuir-lhes.

As imagens distorcem em geral a realidade, mas talvez valha a pena correr o risco, quando se assemelha a situação carente acima indicada à do pretenso médico que não estudou o corpo humano. E como «de médico e de louco todos nós temos um pouco», talvez, também, por isso, de relações internacionais todos nós saibamos... muito. Há, no entanto, um pormenor importante: a sociedade internacional é estudável e a sua análise constitui o abecedário das relações internacionais, a sua composição, a sua estrutura, a articulação dos elementos, a sua natureza profunda, a sua influência subtil sobre as próprias relações internas, a sua permanente mutação.

As questões e problemas postos em relações internacionais têm sido abordados, quer sob a forma de teoria, havendo naturalmente concepções várias, quer sob a configuração empírica da casuística, onde a temática tem sido microscópica e torrencial.

Mas as polémicas que têm sido geradas entre teorias e empirismos, bem como entre os teóricos e entre os empiristas, não traduzem mais do que versões complementares duma mesma preocupação do conhecimento

e não oposição de fundo quanto à filosofia, objecto ou autonomia desse conhecimento.

É natural que assim seja. Trata-se de matéria sem fronteiras, porque já hoje engloba a Terra e a Humanidade inteiras. A sua complexidade é esmagadora e a sua heterogeneidade avassaladora. E como se tal não bastasse, a única tendência estável e coerente é a mudança.

Não se pode dizer que os pressupostos prevaletentes na cena internacional sejam encorajantes ou facilitem o aparecimento duma teoria geral das relações entre as unidades sociais dominantes, colectivas ou individuais, no sentido de constituir um conjunto de proposições de validade universal e de desejável valor preditivo. Mas o que não parece controverso é que qualquer progresso feito na compreensão das relações internacionais, na forma ou não de «leis» verificáveis, foi sempre preferível à sua ignorância.

Por isso, não parece que possa haver oposição entre os que pensam sem observar e os que observam sem pensar. Podem, quando muito, polemizar-se os métodos de observação e de pensamento, por um lado, e os laços que entre uns e outros existem, por outro lado. Mas separar a teoria da prática em relações internacionais seria introduzir visões particulares e parciais e, portanto, subjectivas, nos fenómenos internacionais. E aqui, sim, parece residir o antagonismo real entre o conhecimento ideológico, que explica os fenómenos à luz do imaginário, e o conhecimento científico, que procura a verdade no laço que une a prática à teoria.

4. Sabe-se como a prática das relações internacionais se tem tornado cada vez mais decisiva e facilmente se imagina o esforço que tem sido feito no sentido de a acompanhar e apoiar. Nas últimas duas décadas, sobretudo, verificaram-se progressos espantosos que se têm traduzido em alterações básicas, principalmente estimuladas pelo encontro extremamente fértil entre os avanços recentes ocorridos nas modernas ciências do comportamento (Psicologia, Sociologia e Antropologia) e os aprofundamentos levados a cabo nas disciplinas mais antigas de História, Economia e Ciência Política.

Em teoria, aquelas sínteses geraram novos métodos de investigação, a introdução valiosíssima de procedimentos estatísticos na análise, o emprego de técnicas de simulação e um aumento muito sensível de elementos empíricos susceptíveis de verificação.

É por isso que o estudo das relações internacionais vem assumindo cada vez mais um estatuto profissional, tornando obsoleta muita literatura

e retórica que tiveram a sua utilidade num passado recente e muita prática que se baseou em intuições e até mesmo em instintos ou revelações.

Quando hoje se diz que o mundo encolheu, já nem a inalterabilidade das suas dimensões físicas consegue reduzir o simbolismo da imagem, o qual traduz fielmente a realidade estreita da vida internacional. Mas, se em certos domínios da actividade humana as coisas se simplificaram, no campo das relações internacionais tornaram-se infinitamente mais complexas, porque as transacções e as interacções que as caracterizam, por efeito catalisador da pulverização dos actores políticos, aumentaram exponencialmente em quantidade e espécie.

Tudo parece indicar que a projecção ao longo é a unidade teilhardiana do mundo. Mas o caminho é largo, mal se distinguem as bermas e a marcha é por ora só comum, porque são comuns a natureza humana, as necessidades humanas e as aspirações humanas. Tudo o resto, que também é principal, é iniludivelmente diverso.

No entanto, a diversidade dos nossos dias já só pode ser mantida em estreita interdependência, a qual, em corrida galopante e aparentemente imparável, abate todas as fronteiras e invade todos os domínios. Todas as nações, grandes ou pequenas, são pelo menos interdependentes em termos da política e de segurança e também nenhuma delas pode aspirar a atingir ou a manter certo nível de bem-estar e de justiça social, sem os progressos e as contribuições alheias nos campos da ciência, da tecnologia e da cultura.

A interdependência é um estado normal das relações entre os povos e já se encontra teorizada com certa profundidade nas suas ligações com o poder, através de duas das suas dimensões principais: a sensibilidade e a vulnerabilidade.

O fenómeno da internacionalização transformou-se em fenómeno nacional de facto, nos padrões de actuação dos estadistas e já hoje na consciência dos povos. É o que já se chama a «internalização» da política internacional.

A independência ou a servidão, a soberania ou a submissão, acabaram por sofrer a prescrição histórica dos extremos e transformaram-se, pela razão e pela realidade, em saudável e moderna interdependência.

Mas o ritmo da mudança é de tal modo vertiginoso e o sentido do equilíbrio de tal modo essencial que os povos, ao mesmo tempo que se tornam interdependentes no domínio do poder e da política, começaram já

a esboçar claramente a tendência para recobrar ou defender certas dimensões de independência, lá onde podem dispor de valores que lhes afirmam uma autêntica identidade nacional.

5. Mas, para além destas questões fundamentais que continuam a aparecer, como no passado, sob certa forma de contradição — nacionalismo e internacionalismo, identidade e transformação, nação e mundo —, outras há que persistem no centro das relações internacionais, ou porque têm que ver com a própria natureza humana ou porque as respostas tradicionais que lhes têm sido dadas não conseguem despir-se de certa subjectividade, até hoje resistente ao esforço científico e objectivo.

A paz e a guerra só recentemente têm conhecido alguma unidade indispensável de investigação e de estudo. É simplesmente impensável e doloroso tentar comparar o desenvolvimento verificado, ao longo de milénios, na arte de fazer a guerra com o conhecimento das suas determinantes. Isto significa que não é hoje difícil saber-se o que é a guerra e, sobretudo, como fazê-la, mas continua-se ainda longe de conhecer porque se faz. Aqui, como sempre que nos movemos da área «o quê» para a área «porquê», são necessárias novas formas de engenho e de saber que tardam em aparecer.

A «ciência da paz» surgiu há uns 20 anos através da corrente crítica de abordagem do estudo das relações internacionais. E talvez ainda hoje a maior dificuldade que se lhe apresenta seja a de evitar que os «pacifistas» pesquem nas suas águas para alimentarem fins inconfessados ou simplesmente por alienação emocional ou ainda por ambos os motivos.

Do conceito alargado e activo de paz, aquela escola de pensamento acabou por fundar uma verdadeira crítica social internacional, investigando «a natureza dos conflitos e a natureza da paz», desdogmatizando a pesquisa e arbitrando entre ideologias abraçadas pelos homens políticos. A distinção e passagem da «violência directa» para a «violência estrutural» introduziu uma nova dimensão e originou uma marcada reorientação no eixo da investigação da paz, concentrando o esforço na crítica e na reconstrução das estruturas sociais injustas.

Esta «tecnologia da paz» foi sumamente enriquecida com o desenvolvimento científico assumido pela teorização dos conflitos, uma das muitas miniteorias, mais viradas para a textura do que para a estrutura das relações internacionais, esta objecto das teorias maiores.

E, naquele sentido, também as crises têm sido objecto de esforços de investigação com vista à sua antecipação. As teorias apontam idealmente para a sua prevenção, mas as realidades exigem que se resolva primeiramente a problemática de as evitar, o que depende, por sua vez, da disponibilidade duma previsão tanto quanto possível exacta, completa e oportuna.

Mas a política externa das nações continua a atribuir prioridade à preservação da sua independência e segurança. A prossecução e protecção dos seus interesses económicos vem depois. Mas directa e profundamente envolvida com esses interesses está a preocupação de resistir a qualquer penetração ou manipulação das outras nações, em especial por via ideológica, mas também o esforço descarado em exercê-las em sentido contrário.

Particularmente a segurança nacional tem-se tornado cada vez mais irredutível e inalienável e os recursos que lhe são atribuídos continuam a ser paradoxalmente proporcionais à importância e poder de cada nação, sem que seja claro quem ameaça gravemente a independência nacional de quem.

A explicação parece residir numa espécie de «lei de Parkinson» da segurança nacional: o sentimento de insegurança duma nação cresce numa relação directa com o seu poder. Quanto maior e mais poderosa é uma nação mais a sua classe política e, por vezes, a sua população se assumem destinadas ou obrigadas a pôr em ordem os negócios do mundo ou, pelo menos a mantê-los naquela ordem a que aspiram ou simplesmente lhes interessa.

A segurança ao nível das duas superpotências é hoje um espectáculo macabro e esquizofrénico de sobressaturação militar.

A força ou a fraqueza das nações, a sua prosperidade ou pobreza, colocam questões de desigualdade de valores relacionados e restabelecem polémicas profundas sobre figuras políticas corolárias tidas por pacíficas ou sumidas no esquecimento. Mas toda esta temática condiciona cada vez mais os povos nas suas interacções. O estudo das assimetrias e das diferenças de distribuição, da sua natureza e da dimensão e sinal das gradações e mudanças são hoje fundamentais no estudo das relações internacionais.

E que dizer da liberdade e da opressão sentidas, consentidas ou impostas; da revolução e da estabilidade, que preocupam as sociedades políticas, as suas camadas dirigentes ou as classes privilegiadas, desesperadamente incapazes de descobrir mecanismos de controle para os processos vastos de mudança dos sistemas e dos padrões?

Está-se longe ainda de prever os efeitos de tais processos, uma vez iniciados, no plano interno dos Estados e muito menos se teorizou a sua influência sobre outras unidades políticas e sobre a estabilidade da vida internacional.

Uma outra temática analítica que vem também alargando o campo das relações internacionais diz respeito às percepções que os povos e os estadistas têm de si próprios e uns dos outros. Apesar dos altos padrões de racionalidade que estruturam a teoria da decisão, há ocorrências reais da vida humana que não se compadecem com o vincado cunho de abstracção e de remotividade que caracterizam aquela teoria.

É fundamental conhecer-se sobre que matérias e até que ponto as percepções dos governos e dos eleitorados são realistas ou ilusórias, porque nesse conhecimento está implícita a capacidade dos governos e das nações para controlarem o seu comportamento na vida internacional e para prever as consequências das suas acções.

6. É difícil parar na abordagem avulsa do conteúdo analítico moderno das relações internacionais, porque a cada traço de fronteira que se avista logo outro se perfila mais longe no horizonte, numa sucessão de limite imprevisível, porque as próprias questões tendem a ser interdependentes. Eventuais respostas ou partes de respostas que se possam encontrar para cada questão vão influenciar muito provavelmente o tratamento de algumas ou de todas as outras questões.

Em imagem feliz e conhecida, bem pode ilustrar-se a situação dizendo que, assim como as entradas duma cidade acabam por levar ao seu centro, também os principais capítulos da análise das relações internacionais permitem penetrar mais fundo nas complexidades do seu único problema central: saber como é que tantas nações diferentes, que nascem, actuam e desaparecem da cena internacional, são capazes de viver juntas, em estado misto de interdependência e independência limitadas e num mundo que não perspectivam da mesma maneira, mas que são incapazes, individualmente, de dominar e de que dependem objectivamente em termos de paz, de liberdade, de felicidade e de sobrevivência.

A ordem mundial, tão apregoada como já desvirtuada, só como um estado de espírito inicial pode vir a ter sentido. E, como tal, tem de estar acima dos elementos ideológicos redutores que se candidatam à sua pater-

nidade paroquial e lhe retiram o alcance global e o primado claro dos seus objectivos essenciais e elementares de vida social da Humanidade como um todo.

Apercebe-se estar em marcha uma transformação rápida e provavelmente profunda do mundo em que vivemos. Este sentimento é participado largamente pelos intelectuais, mas há diferenças substanciais em relação à análise da natureza daquela transformação e, conseqüentemente, quanto à resposta que ela reclama.

Uns consideram que a passagem da ordem internacional para a ordem mundial deverá dar origem a uma novo esquema de interdependência mundial, mais justo na distribuição da riqueza e do poder; para outros, está em causa o próprio sistema político mundial, sendo concebível o aparecimento de novas formas de organização política universal numa linha tendencial de desintegração do Estado-Nação; outros, ainda, assumem a transformação na sua verdadeira dimensão universal, através duma economia global e duma cultura global, que envolvam uma governação mundial.

Têm menos de uma década os estudos criteriosos empreendidos sobre integração política mundial, muito embora há muito mais tempo se tenham constituído organizações de propósitos gerais universais, mas que mais não têm alcançado do que certos objectivos internacionais. Menos ambiciosas têm sido as organizações regionais e/ou funcionais, mas bem mais frutuosa têm sido os resultados que vão alcançando no domínio da integração.

A única certeza que hoje existe é que ninguém é capaz de prever o futuro. Mas sabe-se a razão dessa impossibilidade. E, por isso, se podem conceber planos e recursos susceptíveis de enfrentar riscos calculados, limitações certas e oportunidades agendadas para prazos úteis.

A demografia, a alimentação, a energia e o investimento parecem constituir a problemática do futuro que já começou.

Não existe opção e as contas estão feitas.

Em 30 anos seremos o dobro e precisamos de comer, também, pelo menos o dobro. Cada unidade alimentar disponível vai requerer mais energia e esta vai exigir mais investimento por unidade.

A conta final mundial montará muito provavelmente a quatro vezes o capital que o mundo usa hoje.

São na realidade problemas à escala da Humanidade inteira que se podem ser humanamente resolvidos por decisão humana.

Daqui advém a importância crescente das relações internacionais. Mas a sua complexidade é também enorme para poderem ser apreendidas à primeira vista. Ora, reconhece-se ser esta a tendência natural no indivíduo. E tanto mais quanto ele deixou de ser o objecto remoto ou quase esquecido no campo internacional, para começar a ser sujeito de parte inteira na sociedade internacional.

As relações internacionais começaram por isso, também, a ser demasiado importantes para serem deixadas só aos especialistas.

Se de facto a vida de cada um de nós é tão profundamente afectada pelas relações internacionais e pelas respostas que cada um tem para lhes dar, então é necessário que cada um sinta o dever de criar ou melhorar a sua capacidade para compreender, decidir e agir conscientemente naquele domínio da vida humana.

Lisboa, Junho de 1980

João Baptista Comprido

Professor de Relações Internacionais
da Universidade Livre de Lisboa

OS MILITARES E O PODER

OS MILITARES E O PODER

O leitor desprevenido terá dificuldade em identificar o autor dum texto — ou a época em que ele foi escrito — que diz mais ou menos isto:

«Uma nova doença espalha-se pela Europa: atingiu os governos e fá-los manter um número incomensurável de militares. A doença tem os seus ataques mais fortes e torna-se necessariamente contagiosa porque quando um Estado aumenta os seus exércitos os outros aumentam imediatamente os seus, de modo que apenas se ganha a ruína comum. Cada país tem tantos homens em armas como se o seu povo estivesse em risco de extermínio; e chama-se paz a este esforço de todos contra todos.»

A verdade é que não há na citação muito mais do que aquilo que costuma designar-se por «tradução livre» como, por exemplo, substituir a expressão original «príncipes» por governos.

É que o texto é de Montesquieu e vem em «O Espírito das Leis», mais rigorosamente citando, no capítulo XVII do livro XVIII.

Julgo estar aqui um desafio salutar à nossa capacidade de pensar os problemas da defesa. Nem lhe falta a agressividade habitual aos desafios.

Desafio tanto mais salutar quando tem havido algum pacto de silêncio ou algum pudor (ou temor) em abordar os problemas de defesa em correlação com os problemas do poder político.

Desafio ainda a que vamos tardando em corresponder. Apesar de, nos últimos anos da vida política portuguesa, a presença militar ter sido extremamente forte e uma guerra, e as suas sequelas, «marcarem» politicamente, pelo menos as duas últimas décadas da nossa história colectiva.

O texto de Montesquieu rouba «actualidade» a questões que, geralmente, são consideradas como nossas contemporâneas.

Há, com efeito, quem pense que os problemas de defesa se passaram a colocar de maneira inteiramente nova após a II Guerra Mundial.

A Guerra foi *mundial*; e não foi só a verificação do poder de fogo, nem a capacidade de mobilização dos vários exércitos. Foi, fundamentalmente, a verificação de que o suporte desses aparelhos militares foram povos inteiros, sofrendo nos seus bens e na sua carne a mesma guerra que os seus soldados.

«Até então a ideia do povo em armas era apenas uma imagem literária», escrevia em 1947 um jornalista americano.

Mas pensam-se também, e de alguns sectores com angústia, as consequências desta globalização da guerra. Há quem pense que o monolitismo é considerado condição de resistência militar duma sociedade; há quem se interrogue sobre se «o mimetismo do duelo aproxima do totalitarismo as nações que o combatem».

Creio que é, em boa parte, quando se descobre que é o *Poder* que permite a mobilização total, para o ataque ou para a defesa, que leva a uma reflexão aprofundada sobre o papel do Poder nas sociedades contemporâneas.

Há, ao mesmo tempo, quem considere este após guerra como época da «má consciência» no pensamento sobre defesa. Para muitos, *defesa* é só uma maneira mais cómoda e menos assustadora de falar de guerra.

Defesa global seria então e apenas um modo «mais simpático» de falar em guerra total, atirando o lado «antipático» para o inimigo, o que faz a guerra.

É a época, por isso, em que o humor anota diferenças subtis: a «nossa» bomba é boa e é para a paz, a do «outro» é má e para a guerra. A bomba é igual e a diferença que a torna boa e pacífica é apenas o ser nossa ou alheia.

* * *

Penso que esta meia dúzia de pontos é suficiente para sublinhar aspectos diversos duma mesma realidade.

A reflexão só ganhará, porém, se a retomarmos numa perspectiva histórica.

Uma primeira e imediata verificação é a de que a ordenação, por ordem cronológica, dos «factos» militares do último milénio é a revelação — no sentido fotográfico do termo — de sucessivas aproximações da guerra mundial e total ou, pelo menos, dum crescente envolvimento das populações nos conflitos.

Os tempos medievais são os das lutas de pequena duração e envolvendo exércitos pouco numerosos.

A «Guerra dos 100 Anos» não é, vista com olhos contemporâneos, mais que uma sucessão de campanhas breves, envolvendo reduzidos efectivos.

Mais ainda: os contingentes eram cedidos pelos vassallos ao rei e esta cedência, temporária naturalmente, era objecto de negociação política.

O rei solicitava a ajuda e não raras vezes a «pagava» em doações de terras conquistadas ou em aumento do poderio dos vassallos.

Este, um quadro por todos conhecido.

Mas que este tipo de reflexão tenha servido numa obra clássica⁽¹⁾ não para fazer a história natural do crescimento do «peso» militar mas a introdução a uma outra história natural do crescimento — a do Poder — parece-me, só por si, um outro e salutar desafio.

Desafio a todos nós.

Por mim, este é apenas um contributo que pretende, ele também, ser estimulante.

• • •

Poupemos tempo e espaço dando como adquirido que no mundo de hoje, cada vez mais complexo e interdependente, em que as evoluções e mutações se processam a um ritmo acelerado, é mais que nunca necessária uma visão de conjunto.

Um *projecto global* à dimensão dos problemas é uma exigência evidente.

Por isso, e em boa medida como consequência disto mesmo, os conceitos são também globais e as tarefas de âmbito pluridisciplinar.

É assim com a *defesa*.

Para salvaguarda da segurança colectiva, da integridade do território, da prossecução livre dos objectivos nacionais, para garantir a um povo que possa continuar a tomar nas suas mãos o seu futuro, o Estado moderno tem de recorrer a todo um conjunto de meios, dos quais os militares são apenas uma parcela.

Mas assim sendo, é perfeitamente vão tentar iludir que essa globalidade, para não ser totalitária, tem limites que lhe são essenciais e próprios.

(1) Refiro-me a «Du Pouvoir» de Bertrand de Jouvenel, edição de Hachette Littérature.

No espaço territorial próprio de cada Estado e no povo aí fixado existem concepções variadíssimas do homem e do próprio futuro desejável para todos.

O nosso tempo é também o tempo da *pluralidade*.

Creio que isso nos obriga, muito directa e frontalmente, a colocar o problema de defesa tendo em linha de conta essa mesma realidade plural.

É aliás o que se passa com toda a acção colectiva.

Para que uma opção se possa realizar é absolutamente necessário que dela estejam convencidas o maior número de pessoas.

Há aqui muito de semelhante com o *projecto político* que para ser político tem por condição a viabilidade. Isto é, para que um projecto seja político, necessita ter aderentes e a sua viabilidade é tanto maior quanto o número de pessoas dispostas a assumi-lo.

A defesa não é, também, apenas racionalidade. É igualmente vontade e vontade temperada pela sensibilidade.

Em todos os períodos da história os homens tiveram concepções diversas, digamos mesmo que muito diversas, da sua existência pessoal e colectiva.

O pluralismo não é uma invenção moderna.

Mas não deixa de ser verdadeiro que as sociedades tradicionais se poderiam mais facilmente considerar como universos próprios ou circuitos fechados. As próprias condições da existência dessas sociedades, e em particular a dificuldade ou ausência de comunicações, contribuía poderosamente para esse fechar sobre si próprias ligado a uma situação que poderá qualificar-se como culturalmente mais estruturada que os Estados modernos.

Como é próprio do universo fechado, o pluralismo é aí vigorosamente combatido.

É como se o grupo aguentasse mal qualquer diferença e a ela reagisse como factor capaz de pôr em causa a sua coesão. A regra é a da *unicidade*.

Pensar diferente, é então ser dissidente ou traidor. Ser marginalizado, preso ou considerado louco.

A democracia, tal como a entendo, não é compatível com isto.

O pluralismo é, para mim, um valor. Não só a preservar e defender como a conquistar e a exigir.

Para aqueles que pensam deste modo, não há mais que «lamentar» o pluralismo.

Nem aberta nem veladamente. Repito, veladamente. Cada vez que se criticam as discordâncias e se procura abafá-las pela calúnia, pelo insulto ou apenas pelas formas de censura que vão do silêncio às deturpações do que se disse ou fez, há um «lamento» velado pela existência do pluralismo.

Cada vez que se apela aos «homens fortes», à ausência de compromissos, às rupturas (por mais que se crismem de democráticas) é a existência do pluralismo que é posta em causa.

Instrumentos em si democráticos surgem, inclusivamente, como álibis a esta lamentação.

Creio que é um pouco o que se passa entre nós com a polémica — ou falsa polémica — do referendo. No fundo, transformar em «sim ou não» uma escolha complexa, é querer reduzir a pluralidade, é considerar «mau» que haja várias opiniões sobre o mesmo assunto.

Certo é, e assim regresso ao tema essencial, não ser verdade que o pluralismo tenha por limite a pulverização.

A existência de um Estado pressupõe que a diversidade não é total. Por mínima que seja, existe uma vontade de viver em conjunto, de subsistir enquanto unidade nacional.

Penso que é este o significado pleno da expressão *defesa nacional*.

A nação não é, apenas, a noção relativamente estática de comunidade cultural, no entanto já de si diferente da de Estado (?).

Nação é, mais que isso, uma vontade de ser comunidade política própria, uma intenção de viver junto e em conjunto viver a aventura de um futuro comum.

Não é só um *querer* herdado. É, acima de tudo, um *querer* reafirmado no presente e para o futuro.

(Apesar de séculos de história comum, é neste século que a Noruega decide separar-se da Suécia...)

É isso que se defende.

Ou seja, a *defesa nacional* tem de encontrar e situar-se no plano do que une, na esfera do consenso, na liberdade e na tolerância.

(?) Como é sabido, há Nações que não são Estados ou que por vários Estados estão repartidas e Estados que não correspondem a Nações.

É apontado um exemplo típico para vários autores: o dos EUA que teriam começado por ser Estado sendo a comunidade nacional resultante da vida em comum e da unidade de governo.

Defende-se mal uma sociedade dividida, não se defende com o menor dos apoios sociais possíveis.

Defesa nacional não é um problema de maioria de metade mais um.

A isenção partidária das Forças Armadas que a Constituição consagra (artigo 275.º, n.º 1) assenta aqui.

Mas o problema não é só a isenção partidária ou de não poderem as Forças Armadas «aproveitar-se da sua arma, posto ou função para impor ou influenciar ou impedir a escolha de uma determinada via política democrática» (artigo 275.º, n.º 2, da Constituição da República); o problema é, sem medo das palavras, o de reduzir as Forças Armadas a um elemento *nulo politicamente*.

Não é o simplismo do «regresso a quartéis». Nem o recusar de cidadãos de corpo inteiro.

Não é uma diminuição ou sequer servidão: *é identificar as Forças Armadas com a Nação*. Respeitando a sua pluralidade e, por isso mesmo, apenas identificadas com a base de consenso colectivo.

Daqui se deduz, por exemplo, que não podem as Forças Armadas assumir projectos bipolarizadores.

Não há, nem pode haver Nação em armas contra uma parte de si própria.

* * *

Dispensó-me de tirar conclusões.

Um diálogo que se inicia — e acima de tudo o que esta intervenção pretende ser — é um desafio ao debate — é, por natureza, apenas um passo no caminho duma reflexão comum.

Magalhães Mota

POLÍTICA DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

POLÍTICA DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

1. Toda a evolução social é baseada na relação entre os homens, o que implica o estabelecimento de contactos, ou seja a necessidade de deslocar pessoas e bens ou transmitir informações até junto de outras pessoas. Inicialmente, essas formas de relação assumiam carácter exploratório e eram objecto da iniciativa isolada dos sujeitos interessados; só em épocas modernas começaram a ser objecto de organização e de exploração por agentes especializados que assumiam os trabalhos e riscos da actividade contra pagamento pelos utilizadores. Por outro lado, toda a civilização evoluiu no sentido da ampliação dos espaços de influência, e a concorrência entre impérios de poder fomentava o desejo da redução dos tempos envolvidos nas deslocações de pessoas, nas trocas de bens e na transmissão de informações; pretendia-se bater a concorrência ou os inimigos aumentando os valores característicos das acções de transporte ou de comunicação, isto é, melhorando os atributos em termos de capacidade, alcance e velocidade; mais tarde surge a preocupação da segurança, da regularidade e da economia.

É a partir do princípio do século XIX que se assiste a uma aceleração notável das actividades referidas em consequência do desenvolvimento tecnológico.

2. Inicialmente eram os próprios interessados nas relações que se deslocavam; cedo porém começam a encarregar agentes de se deslocarem por sua conta e mais tarde de fazerem deslocar os objectos de interesse nas relações. Muito mais tarde reconhece-se a vantagem de estabelecer relações através da simples troca de informações. É pois assim que se estabelece a primeira grande distinção de formas de relação — as deslocações directas de pessoas, os transportes de mercadorias e as telecomunicações. É irreversível a tendência para a substituição das primeiras pelas últimas.

3. Durante algum tempo considerou-se que os sistemas de transportes e comunicações constituíam um factor estruturante de desenvolvimento.

Este é um tema tão controverso quanto importante pelas suas consequências em termos de formulação das opções políticas. Pode porém afirmar-se que os sistemas de transportes e comunicações são estruturantes nos territórios subdesenvolvidos e que são condicionantes nos restantes. Mas a noção de nível de desenvolvimento é relativa e dinâmica; portanto, parece mais rigorosa a informação de que o *valor estruturante dos sistemas de transportes e comunicações varia na razão inversa do nível de desenvolvimento do território*. Os exemplos dos chamados países do Terceiro Mundo tornam evidente esta afirmação e nestes casos também se evidencia que a utilização dos meios tecnológicos não é sujeita a uma evolução progressiva; efectivamente em certas zonas de África, da Ásia ou mesmo da América do Sul passa-se do camelo, do cavalo ou da piroga directamente para o avião, e do mensageiro a pé para a rádio e só depois se estabelecem sistemas de transporte rodoviário, ferroviário, telegráfico, etc. Considerando que a maior parte de Portugal atingiu já um estádio de desenvolvimento razoável, é lógico concluir que as opções políticas para os sistemas devem ser consideradas como condicionantes; daqui se infere que a estratégia dos investimentos neste sector deve subordinar-se à das opções sociais e económicas, respondendo portanto à procura. Elimina-se assim, e também por razões de limitações financeiras, a hipótese de uma estratégia de investimentos em sobrecapacidade. Também se torna claro que as opções políticas de carácter social e económico terão de ser fixadas previamente ao estabelecimento dos planos sectoriais de transportes e comunicações.

O desenvolvimento tecnológico vem pondo à disposição meios sucessivamente mais sofisticados mas que implicam em geral infra-estruturas mais custosas em termos de tempo de realização e de capital; por outro lado, a sua obsolescência é cada vez mais rápida. Todas estas circunstâncias implicam *uma perspectiva dinâmica de planeamento com horizontes muito longos em termos indicativos e muito curtos em termos imperativos*; estas condições são difficilmente conciliáveis com os financiamentos imediatos. Com efeito, projectam-se infra-estruturas que só se terão operativas e pagas depois de 15 anos e que, em termos económicos de amortização, deixam de ser úteis antes pelo prazo de 10 anos, em parte por intercorrências com a evolução das condições de tráfego, das características tecnológicas, e em parte devido ao seu alto custo actualizado, cerca de 70 anos.

4. A evolução tecnológica tem vindo a marcar a organização dos sistemas em termos *modais* (transportes ferroviários, rodoviários, marítimos, aéreos, comunicações postais, telegráficas, telefónicas, rádio, etc.). Contudo, já pelo reconhecimento da necessidade de subordinar o plano à política, já pela aceitação das características evolutivas da procura e das transferências intermodais, *é essencial que toda a organização dos sistemas, tanto no planeamento como na gestão, se passe a fazer em termos vocacionais.* Alguns exemplos relacionados com a evolução das concentrações habitacionais, pólos de desenvolvimento industrial, relações entre zonas urbanas e rurais, regiões insulares e países estrangeiros tornam evidente a importância desta orientação. Reconhecendo-se, por outro lado, a necessidade de responder com os sistemas mais adequados às situações sociais e económicas, é preciso cuidar muito intensamente de estabelecer articulações intermodais eficientes e instrumentos que, sem violentar a liberdade de escolha, permitam regular a distribuição das procuras entre os diferentes modos; esses instrumentos deverão ser essencialmente tarifários, ou seja, indutores de tendência da procura.

5. É frequente considerar-se indiscutível que os sistemas de transportes e comunicações são serviço público de carácter social; tal afirmação não é correcta principalmente no que concerne às ligações com o estrangeiro. Há pois que distinguir, em cada caso, qual a medida em que esses sistemas são (ou devem ser) agentes de intervenção económica cujo valor não será imputável directamente ao interesse social da satisfação de necessidades básicas, mas antes deverá ser equacionado em termos de complementaridade ou sinergia de circuitos económicos internos ou externos.

6. Vejamos agora os sistemas a partir dos seus componentes: infra-estruturas, equipamentos, energia e recursos humanos. Embora variável em cada um dos modos, podemos afirmar que a dependência de importações e de tecnologias estrangeiras é muito grande, e que o custo unitário de cada factor componente é geralmente superior ao verificado em sistemas idênticos no estrangeiro. Esta situação poderá sugerir investimentos importantes tendentes a diminuir o grau de dependência nacional e o dispêndio em divisas; haverá, contudo, que ponderar a dimensão muito pequena do País, que inviabiliza qualquer tentativa que não seja acompanhada por possibilidades de exportação de tecnologia competitiva. Os exemplos da cons-

trução de material automóvel, material ferroviário, naval e de telecomunicações atestam *a necessidade de uma política realista de articulação com a indústria sem subsidiação artificiosas que ocultem a realidade dos custos, da qualidade, dos prazos de entrega, etc.* Por outro lado, torna-se evidente a necessidade de um grande *esforço de produtividade que permita custos menores, sem o que, para a manutenção de preços baixos, teremos de recorrer cada vez mais à subsidiação.*

7. A detenção e a exploração dos factores componentes podem ser atribuídas a meios privados ou a meios públicos. No passado, atribuía-se em geral aos Estados o encargo de estabelecer as infra-estruturas, deixando-se à iniciativa privada a sua exploração. Esta situação não seria derivada de uma opção mas antes da concepção estruturante já referida. Actualmente, é de considerar como mais importante o aspecto económico associado; de facto, os investimentos em infra-estruturas, mesmo consideradas de longa duração, impõem mobilizações de capital geralmente só ao alcance de entidades públicas. Porém, o sistema de investimento a fundo perdido, rejeitada que seja a característica estruturante, é dificilmente justificável. Daqui se conclui pela *necessidade de desenvolver sistemas de taxas de utilização que, devidamente aplicadas, poderão gerar meios de autofinanciamento para manutenção, reposição e substituição por obsolescência.* Haverá contudo que os enquadrar na realidade financeira das organizações de exploração. No quadro geral português encontramos três sistemas diversos em evolução: os transportes rodoviários em que a infra-estrutura tem sido, praticamente, fundo perdido; os transportes marítimo e aéreo em que existe um sistema de taxas de utilização da infra-estrutura que tende para a adequação àquela perspectiva; os transportes ferroviários e as telecomunicações em que as entidades exploradoras têm sido responsáveis pelo investimento nas infra-estruturas, urgindo alterar o sistema, neste último caso, pela distorção que vem causando à estruturação financeira da exploração.

8. Em qualquer dos casos, e numa sociedade moderna, é *indiscutível que ao Estado cabe a função de garantia de satisfação das necessidades públicas, mas tal não deve identificar-se necessariamente com a responsabilidade da gestão.* Para a primeira terá a administração pública de assumir o papel normativo e fiscalizador, devendo ainda o Governo proporcionar a organização dos investimentos, assumir a tutela técnica que garanta

a segurança, qualidade e regularidade, e estabelecer, em função de opções sociais, as condições de acesso e de preço. Para a gestão da exploração, têm todos os países desenvolvidos concluído pela vantagem de a entregar a unidades empresariais autónomas — públicas ou privadas consoante a opção do respectivo sistema económico —, pois os Estados dificilmente desenvolvem e mantêm uma capacidade de gestão directa compatível com os requisitos de exploração.

9. Sempre que se considera um serviço público, poderá equacionar-se o seu valor social cuja medida poderá simplesmente definir-se pela diferença entre um custo real e um preço fixado por opção política, traduzindo um desejo de corrigir distorções de encargos cujo controle está fora do alcance da escolha imediata do cidadão utilizador. É assim, por exemplo, no caso do transporte pendular suburbano cuja procura é determinada pelos preços da habitação e da política de solos urbanos, pelas infra-estruturas escolares, pela política de emprego, etc. *A diferença entre o custo real e preço deve ser traduzida em indemnizações compensatórias a atribuir às empresas exploradoras, as quais deverão, nestes casos e por razões óbvias, ser empresas públicas.* Sendo as indemnizações compensatórias subsídios não reembolsáveis, põe-se o problema da *justiça da sua distribuição em função da origem dos fundos*, o qual só encontrará solução adequada pela aplicação de uma lei de finanças locais, isto é, considera-se essencial que o esforço e o benefício estejam associados e dependentes das opções dos directamente interessados.

10. A natureza não reembolsável de tais indemnizações coloca outras dificuldades, designadamente quanto à transparência dos custos e a uma criteriosa gestão dos mesmos; por isso, há que desenvolver sistemas de contabilidade analítica precisa, que eliminar quaisquer outros subsídios e que clarificar, se não mesmo eliminar totalmente, bonificações que não são mais do que subsídios cruzados. Os casos dos transportes ou do acesso às telecomunicações em condições gratuitas para certas classes, bem como os transportes bonificados de certos produtos, são exemplos esclarecedores.

11. A avaliação das funções sociais e a transparência contabilística são considerações que devem informar a política de transportes e comunicações. Há que considerar porém as grandes opções condicionantes do plano: de

carácter social, de desenvolvimento económico e de segurança. Fixadas estas e respeitando as considerações anteriores, será linear a formulação do plano técnico e financeiro. Citaremos como exemplos a preferência por meio ligeiros quando a estratégia de desenvolvimento esteja pouco definida (transporte rodoviário), a concentração dos eixos pesados (ferroviários) para transporte de matérias-primas a distâncias grandes, a especialização de diferentes portos numa mesma zona, etc.

12. Toda a organização complexa do sector que constitui o sistema vascular do País pode sofrer roturas de consequências inquantificáveis seja por perturbações da ordem social e política, seja por actos ilícitos de terrorismo, por acções bélicas, ou por cataclismos naturais. Tem-se por evidente que o *estabelecimento de níveis de segurança mais altos num sistema isolado implica custos incompatíveis por não serem proporcionais aos resultados*; em consequência, parece sempre preferível optar por sistemas paralelos (de redundância alternativa). Esta opção, estrategicamente correcta tem obviamente custos também elevados. Haverá pois que procurar rentabilizá-la em termos de custos marginais de utilizações secundárias, não sendo admissível contabilizar o acréscimo de investimento sobre o projecto de empreendimento económico. Estas reflexões aplicam-se muito claramente no caso dos portos, no transporte de minérios para centros industriais por vias ferroviárias ou/e fluviais, nas telecomunicações por cabo ou/e satélite, etc.

13. As considerações anteriores permitem traçar com facilidade os limites de responsabilidade para as diversas funções, sendo clara a função que incumbe ao Estado. Os órgãos políticos, o Governo, a administração pública, as empresas públicas e os empresários privados desempenharão as funções necessárias, respectivamente, para a formulação das opções e dos planos, farão a normalização, a fiscalização e a exploração. Mais difícil se torna, e importa desenvolver, a solução das interfaces como, por exemplo, da coordenação entre utilização civil e militar, em que não basta a vontade mesmo que expressa em diplomas legais; cremos necessário um desenvolvimento contínuo de relações do tipo horizontal que, favorecendo a vivência dos problemas sob perspectivas diversas, possam contribuir de forma pragmática para a definição de responsabilidades por consenso.

14. A organização actual dos transportes e comunicações em Portugal não responde aos princípios expressos. A adequação aos mesmos não é exequível nem a curto prazo, nem unicamente por via de diplomas legais. Efectivamente, várias direcções-gerais desenvolvem as funções normativas e fiscalizadoras do sector, excepto no tocante às comunicações; e exercem ainda funções de exploração no que concerne às actividades portuárias. Dezassete empresas do sector público gerem o investimento e a exploração das infra-estruturas aeroportuárias, ferroviárias e de comunicações, bem como toda a gestão dos transportes e comunicações exteriores e interiores nos modos rodoviário, ferroviário, marítimo, aéreo, postal e de telecomunicações. Integram o sector público, neste caso, cerca de 135 000 trabalhadores.

15. Toda esta realidade humana e técnica cobre o País, incluindo as Regiões Autónomas, pensando-se ser muito importante que o desenvolvimento de estudos se faça considerando mais importante as zonas de influência do que as identidades de cada organização. É neste sentido que se procuram orientar, por exemplo, as acções de coordenação de transportes suburbanos e urbanos das áreas metropolitanas trabalhando com diversos modos de transporte sobre várias autarquias; ou os estudos integrados das vocações de três portos no Centro-Sul e quatro no Norte com as suas ligações intermodais ao interior; ou os modos alternativos/complementares de transportes do Norte transmontano para as zonas industriais do Centro-Sul; ou ainda a revalorização geográfica de Portugal como centro de tráfego de telecomunicações internacionais.

Em qualquer caso surge evidente a indispensabilidade de acções que requerem trabalho longo, em que concorrem entidades muito diversas, capazes de trazerem aos centros de decisão o contributo de experiências e preocupações variadas. A oportunidade destas exposições e de debates sobre os temas neste auditório são um exemplo que considero de grande importância.

J. Viana Baptista

Ministro dos Transportes e Comunicações

ESTRATÉGIA E ÁREAS CULTURAIS

ESTRATÉGIA E ÁREAS CULTURAIS

1. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 10 de Dezembro de 1948, parecia um ponto final na querela das superioridades relativas dos sistemas culturais, e nos conflitos que secularmente invocam tal fundamento para mobilizar as forças em confronto.

Não se tratava apenas de repetir, com maior solenidade e suposta audiência, que «*todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos*», mas sobretudo de finalmente tornar existencial a regra de que nenhuma diferença será reconhecida, quer provenha da raça, quer da cor, sexo, língua, religião, opinião política ou qualquer outra, origem nacional ou social, fortuna, nascimento ou diferente situação.

S. Paulo não desdenharia ter sido o redactor de tão nobres palavras, mas infelizmente conta-se que Jacques Maritain, ao ser interrogado sobre se os responsáveis pelo texto tinham chegado a acordo, respondeu que sim mas que não sabia sobre o quê.

Sublinhava assim que a única triunfadora era a semântica, e por isso, em 1962, num ensaio que chamei *Geração Traída*, os seguintes comentários procuravam exprimir a distância entre as palavras e os factos:

«Aqueles que atingiram a maioria na década de quarenta bem podem considerar-se os representantes de uma geração traída. Todos nos lembramos da mobilização das consciências para a defesa da liberdade do homem contra os totalitarismos que cobriam a humanidade de vergonha pelo simples facto de a dominarem pelo medo. Nunca, no caminho do calvário do Ocidente, tinham morrido tantos milhões de homens sucumbidos ao peso de uma cruz demasiadamente pesada para ser transportada até ao fim. Nesses anos tumultuosos, nações inteiras, e tantas que não podem contar-se pelos dedos, alimentaram-se exclusivamente da esperança num mundo melhor e a isso sacrificaram, quase alegremente, a totalidade da sua juventude. Homens cuja vida não

conhecera um só dia de plenitude encontraram ainda forças e meios para gravarem no coração dos filhos as promessas dos chefes em que todo o Ocidente acreditou: nunca mais uma nação seria destruída em benefício de outra; todo o homem poderia amar a Deus como quisesse e teria o direito de não ter medo; a liberdade contra a miséria ficaria inscrita para sempre na carta dos direitos do homem; os interesses puramente económicos nunca mais seriam considerados legítimos contra o núcleo de convicções morais em que se traduzia o nosso ideal de justiça e liberdade do homem e dos povos.

Depois, nem sequer ainda enterrados mas já esquecidos os mortos, a Estónia, a Letónia, a Lituânia, a Hungria e assim por diante faziam-nos perceber o que era isso de nunca mais uma nação poder ser destruída em benefício de outra; a igreja do silêncio e o silêncio de tantos povos escravizados demonstraram o alcance do direito de amar a Deus e de não ter medo; o caudal de refugiados, que constitui um dos graves problemas do nosso tempo, o alargamento do trabalho forçado a zonas vastíssimas do Mundo, a aceitação no convívio internacional de Estados que legalmente consagram a escravatura, definiram o que se entendia por liberdade contra a miséria; os Estados condutores que se declararam contra uma concepção materialista do mundo e da vida não encontraram outra bandeira que não fosse o enriquecimento e o bem-estar económico para encabeçar o seu programa, e assim definitivamente nos esclareceram sobre o sentido do idealismo que pregaram. Não para evitar qualquer escusada dureza em relação a tais chefes, mas para benefício da nossa tranquilidade de espírito, seria útil encontrar uma palavra diferente de traição para designar o procedimento de que todos fomos e estamos a ser vítimas.»

2. A Declaração correspondia pelo menos a um facto político de importância mundial, que era o fim da supremacia política europeia nos Trópicos, a derrocada dos impérios coloniais que as democracias ocidentais tinham construído, e o termo do governo indisputado do mundo pela etnia branca. Aquilo que Kipling tinha chamado *o fardo do homem branco* chegava ao fim, e a UNESCO assumia o encargo de inventariar todas as respostas que os homens deram, em quaisquer latitudes e tempos, aos desafios do mundo e da vida, para as reunir como acervo comum da humanidade.

A sua *History of Mankind*, que anda esquecida por esconsas prateleiras e que o mercado dificilmente fornece, destinou-se a servir tal objectivo pacifista e congraçador.

Pela primeira vez tornar-se-ia efectiva a regra da igualdade dos homens, e o *Direito Internacional* passaria a exprimir a subordinação dos poderes soberanos ao interesse ou bem comum do género humano concebido como um só rebanho instalado na Terra.

A ONU, as agências especializadas, o reforço da jurisdição do Tribunal Internacional de Justiça, a codificação do direito sobre o mar territorial e a zona contígua, a convenção sobre o mar alto, a convenção sobre a conservação dos recursos biológicos do alto mar, a convenção sobre a plataforma continental, a convenção sobre as relações diplomáticas, a suspensão das pretensões sobre a Antárctida, o regime de exploração do espaço, tudo se inscreve no projecto de plasmar a nova esperança, definindo o *património comum da Humanidade*.

Do ponto de vista ocidental, ou mais restritamente europeu se quisermos autonomizar o fenómeno americano, toda a questão se traduzia em pôr um ponto final na Era Gâmica, e aceitar que chegara ao extremo limite a possibilidade de *construir o Euromundo*. Este projecto, cristocêntrico, existiu, desenvolveu-se, deixou marca até agora não apagada, e teve um épico que se chamou Luís de Camões, o qual merece uma atenção mais profunda do que transformá-lo em pretexto de conflito de presidências de festividades.

De facto, o seu poema não se limita a consagrar o troço do caminho andado até 1572, data do aparecimento do livro, antes constitui um *manifesto político* que toma partido em relação ao futuro. Aceita uma concepção do Estado ao serviço duma *missão nacional*, que acreditava inscrita num *desígnio ocidental*, e vinculada a um *propósito transcendente*. Não canta os que condenaram o projecto de ser senhor «*da Índia, da Pérsia, Arábia e da Etiópia*», nem os que amaldiçoam «*o primeiro que, no mundo, nas ondas vela pôs em seco lenho*»; canta sim os que «*por mares nunca dantes navegados passaram ainda além da Taprobana*», «*e entre gente remota edificaram novo Reino, que tanto sublimaram*».

A Europa que descreve no Canto III é plural em vários sentidos, mas com todos os seus povos conscientes de pertencerem à «*Soberba Europa*», que se identifica pela lei daquele «*que do Céu à Terra, enfim, desceu para subir os mortais da Terra ao Céu*».

Nela identifica «o Reino Lusitano», cujos lusíadas, afirma o Canto II, «*novos mundos ao mundo vão mostrando*», de tal modo que «*por eles, de tudo enfim senhores, serão dadas na terra leis melhores*». Por isso lhe parecia «*estar o Céu determinado de fazer de Lisboa nova Roma*».

Quando, em 1885, a Conferência de Berlim definiu autoritariamente as regras de ocupação das terras ainda não efectivamente senhoriadas, parecia que o projecto tinha chegado à consumação. Todo o poder político efectivo do globo era ocidental, por muito debilitada que estivesse a soberania lusitana, o Direito Internacional era de raiz europeia, o critério do progresso do mundo confundia-se com a ocidentalização, a etnia branca detinha o governo real em toda a parte, mesmo no continente americano onde todas as revoluções tinham sido obra de europeus transplantados, capitalistas, liberais, cristãos de comportamento quando não de credo.

Nesta longa caminhada, ainda que muitos dos tratados então em vigor começassem por invocar a Santíssima Trindade, o critério da fé religiosa deixara entretanto de ser o grande identificador das áreas culturais, a começar pelo Ocidente dominador. Uma concepção laica generalizada do Estado, um legado político expresso em fórmulas de legitimidade democrática e de constitucionalismo organizacional, um comportamento privado moldado na herança jurídica romana corrigida pela contribuição cristã, uma vontade de poder compartilhada, a segurança da superioridade cultural científica e tecnológica, a arte de exportar capitais produtivos, o domínio dos transportes, e a por vezes inconsciente identificação étnica, pareciam definir melhor os suportes da missão assumida de colonizar o mundo.

3. Por isso analistas como Toynbee e Panikar definem os ocidentais como os grandes agressores dos tempos modernos, esquecidos por exemplo de que Viena estava de joelhos em face dos turcos no século XVI. Por outro lado, omitem a doutrinação constante no sentido de que o poder ocidental em expansão não deveria destruir as culturas com as quais se ia defrontando.

Não é justo esquecer o combate de homens como Bartolomeu de Las Casas ou, para não tornar fastidiosas as citações, o Padre António Vieira. Este último parece de resto ser leitura proveitosa ainda hoje para soldados e civis, porque de tudo se informava e sabia, incluindo as artes militares.

Não se empenhou apenas na defesa dos judeus, sistematizando em 1641 as «razões apontadas a El Rei D. João IV a favor dos cristãos-novos para se lhes haver de perdoar a confiscação de seus bens, que entrarem no

comércio deste reino». É também a defesa dos índios, tão viva no voto que exarou «*sobre as dúvidas dos moradores de São Paulo acerca da administração dos índios*», como fizera no Sermão da Primeira Dominga da Quaresma pregado em São Luís do Maranhão em 1653, e no Sermão de Santo António proferido igualmente nesse ano na mesma cidade.

Aquilo que sobretudo parece merecer destaque é o facto de Vieira ter compreendido que as diferenças culturais andavam a radicar-se numa óptica racista, que foi o terrível legado do tempo que vivemos.

- a) Quando a UNESCO se organizou, em 1945, logo no preâmbulo do Acto Constitutivo se proclamou que «a grande e terrível guerra que agora acabou foi tornada possível pela negação do ideal democrático da dignidade, da igualdade e do respeito da pessoa humana e pela vontade de lhe substituir, explorando a ignorância e o preconceito, o dogma da desigualdade das raças e dos homens».

Em 1949, acedendo a uma solicitação do Conselho Económico e Social, resolveu: 1) investigar e difundir os dados científicos pertinentes às questões raciais; 2) preparar uma campanha de educação baseada nesses dados. Deste modo tomavam forma velhas preocupações de Masaryk e Benes, e finalmente a Proclamação de 18 de Julho de 1950 fazia a solene afirmação da igualdade do género humano, sustentando que «os antropólogos só podem estabelecer uma classificação racial sobre caracteres puramente físicos e fisiológicos».

Tal verificação não impediu que seja política e socialmente viva uma teoria de mitos raciais que assume frequentemente o papel identificador das zonas e dos estratos culturais.

Os principais mitos identificados pela UNESCO foram o *judaico*, o *ariano*, o *mestiço* e o *negro*.

O primeiro, atingindo um povo forte do seu Livro, com um passado carregado de perseguições e um presente incerto, mostra-se diariamente capaz de abalar a paz mundial pelos corolários decorrentes da fundação do Estado de Israel.

O segundo, serviu de ingrediente emocional à mobilização nazi da II Guerra Mundial, e presidiu à desesperada tentativa de organizar a Europa segundo um esquema de subordinação hierárquica dos povos.

O mito dos mestiços, que absorveu tudo o que é suposto pejorativo nas etnias que se cruzam, sem que tenha sido possível implantar a convicção contrária da soma das virtudes, mostra-se activo na instabilidade da vida civil dos países onde cresceram em número, incluindo os Estados Unidos da América.

Finalmente o mito negro implantou-se firmado nos dois pilares de tráfego dos escravos e da verdadeira guerra civil que as grandes democracias ocidentais travaram para ocupar a África no século passado.

Este último, sem exclusão dos outros, foi o que maior relevo teve na experiência doutrinária portuguesa, porque os índios sempre encontraram notáveis defensores, especialmente entre os jesuítas e o seu drama processou-se numa época em que o mundo estava longe de constituir a unidade em que se transformou. Mas os negros para além da escravatura e do tráfego, fizeram defrontar todos os princípios das grandes democracias ocidentais, ao ocuparem a África com o problema que não abandona o poder político, e que é a falta de autenticidade.

Da experiência anterior, essa questão da autenticidade teve manifestações importantes em livros como a brochura de 1772, do Reverendo Thomas Thompson, intitulada *Como o comércio de escravos negros na Costa de África respeita os princípios de humanidade e as leis da religião revelada*; ou como a dissertação do Reverendo Josiah Priest, de 1852, chamada *A Bible Defense of Slavery*; ou, já em 1900, no livro de Carrol, *The Negro as a Beast*, onde procurava coligir as provas de que os negros não pertencem ao género humano e que a sua constituição é particularmente simiesca.

Longe estávamos de Las Casas quando no século XVI sustentava que a igual dignidade de todos os homens andava amesquinhada pelos factos do poder, pelo que Gabriela Mistral o considerou «*uma honra do género humano*».

O facto é que a falta de autenticidade política que embaraçava os teólogos e moralistas manteve-se com a divisão da África entre as potências que tinham proclamado o constitucionalismo liberal o Estado de Direito, a democracia, a soberania popular, a laicidade do poder, os direitos do homem. Mudaram os princípios, mudou

nas metrópoles a sede do poder, mas não mudaram os factos, agora avultados pela efectiva ocupação do interior da África, pela imposição das exigências da industrialização, pelo regime do trabalho e da agricultura, pelo desaparecimento de quaisquer zonas imunes à intervenção ocidental.

- b) Quando, em Abril de 1955, reuniu em Bandung a Conferência daqueles que Soekarno chamou *Les Peuples Muets du Monde*, a cor da pele assumia o relevo de matriz identificadora de uma vasta área colonizada pelos ocidentais, ou, se quisermos uma fórmula mais brutal e exacta, pelos brancos.

Foi uma excelente altura para lembrar as páginas alegres de *Stalky and Company*, nas quais Rudyard Kipling explicou como se preparou uma geração de ingleses para sustentar «*sob os céus distantes, do homem branco o mais pesado fardo*». A Conferência marcou o ponto de arranque para a expulsão do homem branco da Ásia e da África.

Lembrar que a autenticidade era outro caminho possível, reivindicar a validade do colonialismo missionário, apelar para a igualdade efectiva, lembrar Anchieta, Las Casas, Suarez, São Francisco Xavier, António Vieira, ou até evidenciar que novos princípios não seriam o dique que impediria a corrente contínua dos factos da política, tudo foi silenciado pela definição racista das áreas em confronto. A doutrina portuguesa da igual dignidade de todas as etnias, o lusotropicalismo sistematizado pela análise sociológica, a miscigenação dignificada pela filiação reconhecida, eram acordes ensurdecidos por um clamor que cobria, com o seu fragor, a luta de sempre pelo domínio político, agora com novos competidores, mas estes sem possibilidade de formularem objectivos originais para uma terra que continua a mesma. A luta pelo poder manteve-se como fenómeno permanente e dominante.

4. Ao contrário daquilo que imaginaram apressados catalogadores de outras componentes identificadoras das áreas que assim ganharão expressão política autónoma, não foi o *património cultural participado* que finalmente se impôs, foi sim a *linha ideológica* adoptada pelos poderes de novo instalados que se tornou dominante na definição do perfil dos campos que se extremaram.

- a) A etnia branca, nas zonas onde o soviétismo não alcançou o poder e como que sobressaltada pelo dedo acusador de Bandung, parece desorientada em busca de uma identificação própria mas filiada em valores.

Na Europa, antiga sede do governo do mundo, correu para Genève: ver se descobria o que é isso de ser europeu, cavando ruínas em busca das raízes romanas, judaicas, cristãs e gregas. Ao mesmo tempo que reencontra, limpa, alinha e avalia aquilo que vai inventariando, também reconhece que dificilmente se identifica ainda com um centro de poder, vê crescer dentro de si as correntes que em nome da cultura desfeiteiam o Estado, e reconhece-se dependente em todos os domínios da segurança.

Quando procedem à análise global do ocidentalismo, o que no transmitem pelas vozes autorizadas de Aron, Galbraith ou Marcuse é que somos mais um modo de viver do que um projecto de futura vida, todos submetidos ao esquema da industrialização, da afluência e do consumo, ameaçados de ver ruir o sistema por uma crise de alimentação de energia e de matérias-primas.

Acontece que esta maneira de viver ultrapassa de facto os alinhamentos ideológicos, espalha-se por uma vasta área que ocupa o norte do mundo, dá sentido à América Latina e identifica longínquas ilhotas ocasionais onde o esquema ocidental da vida se implanta mais fortemente.

As sociedades que vivem em regime soviético e as que vivem segundo o legado político ocidental, por grande que seja a diferença do seu relativo desenvolvimento, todas parecem em conjunto obedecer a essa moldura em que a máquina substitui o músculo, o computador toma o lugar da memória, a produção é submetida a uma extrema divisão de trabalho, o urbanismo cresce, a expectativa de vida aumenta, as fatalidades naturais são menos desastrosas e frequentes. Para os povos que, partindo do contraste da cor da pele, foram descobrindo que podiam encontrar afinidades com outros povos que também foram colonizados pelo Ocidente, toda essa zona lhes parece rica, em contraposição àquela que habitam e que por contradição lhes aparece pobre. Julgam descobrir que há uma *cultura rica*, como há uma *cultura pobre*, sendo que estes são agrários

submissos às exigências da terra e das estações, sem tecnologia própria que lhes consinta o salto em frente, fornecedores de matérias-primas e de braços, incapazes de produzir ao menos os quadros suficientes para o manejo de uma administração que obedeça à divisão dos poderes e à especialização de funções.

É a zona dos 3A (Ásia — África — América Latina), o grande campo que circunda a cidade planetária que nasceu e cresceu principalmente na parte norte do globo. A pobreza atenua o racismo porque são variadas as etnias que mergulham na mesma condição, tal como a riqueza produz ocasionais apaziguamentos entre os campos separados pelas ideologias, intervalos de «détente» ou de coexistência pacífica que parecem os compassos de paragem exigidos pela revisão de todas as máquinas.

Assim como Nehru, Sukarno, Kenyatta, Lobumba, foram animadores do racismo identificador da revolta, foi Mao-Tse-Tung, um dos maiores estadistas contemporâneos, quem melhor teorizou a definição de uma área da pobreza, identificada pela condição e modo de vida, politicamente mobilizável contra os ricos, animada pela convicção de que o campo pode vencer a cidade, como ele próprio demonstrara na China. Uma vasta zona cultural e política, sempre mal conhecida pelos ocidentais, mas com uma experiência histórica longa, com o talento e sabedoria secular de organizar grandes espaços, grosseiramente votada ao isolamento diplomático por duas décadas, tomava a iniciativa de definir uma nova frente de combate em direcção à qual se procuram agora lançar as pontes que vão sendo chamadas diálogo norte-sul, cooperação norte-sul, ou nova ordem económica mundial, com as variações semânticas a acompanhar as opções ideológicas dos intervenientes.

- b) Nada porém impediu que a linha dominante seja a da ideologia orientadora dos poderes que se instalam. Quando a etnia branca se reconheceu industrializada, afluyente e de consumo, politicamente só encontrou mobilização nos projectos ideológicos dos governos em exercício, todos inseguros a respeito da obediência das retaguardas, nenhum firme na convicção de que os sistemas defensivos não estão realmente à mercê da conquista do poder por outras formações

ideológicas, tão receosos do voto, como da greve, do golpe de Estado ou da revolução.

As fronteiras terrestres perderam a importância do passado, a identificação cultural subalternizou-se, a linha ideológica salta os mares com desprezo pelo antigo peso da continuidade geográfica, as sociedades não obedecem à ética do bem comum mas sim à teoria dos conflitos.

Com frequência crescente, o poder exerce-se no sentido de alterar os valores da sociedade civil e não para os servir, a própria luta pelo acesso ao domínio político passa por uma campanha de substituição dos valores que exprimem a cultura tradicional e identificadora, impondo outras respostas aos problemas da vida da família, da propriedade, da religião, da contratação.

Parece certo que o sistema cultural esteve sempre exposto a essa tensão entre o adquirido, que se exprime em modelos de conduta e a intervenção de projectos de mudança, que variam apenas nos métodos. Quando se fala na herança cristã do Ocidente omite-se que a implantação do cristianismo foi uma revolução, nem sempre apoiada no consentimento e no pacifismo. Nisto poder-se-á pretender que portanto não há novidade, e que os ideologismos desempenham essa função renovadora, usando eventualmente a força.

Intervém porém aqui o problema dramático das escalas de valores que todas são indemonstráveis racionalmente, e que inevitavelmente vão acompanhadas de alternativas que as negam. Na famosa expressão de Max Weber cada um escolhe o seu Deus ou o seu Diabo e não poderá fundamentar a escolha em pressupostos lógicos. A questão das ideologias é que define projectos de sociedade que o poder adopta, e este não se baseia necessariamente, para a sua implantação, no consentimento da maioria à mudança proposta. Na generalidade dos casos dos poderes políticos em exercício no mundo, é um poder militar ou militarizado que conduz a mudança em nome das ideologias, com rara atenção à vontade dos povos.

E por isso as fronteiras ideológicas são as características do nosso tempo, dividindo as nações por metades, os velhos continentes por compartimentos, as sociedades civis por grupos em conflito existencial. São duas Alemanhas, dois Vietnams, duas Coreias, duas Angolas, duas Europas, vários projectos de França ou de Itália

duas NATOS, vários projectos para uma só nação, um só continente, uma só defesa. A tomada do poder decide o projecto. É uma Polónia católica submetida ao sovietismo, um claro exemplo de conflito entre a cultura e a ideologia, são os povos sem escrita submetidos por toda a África Negra à violência estrutural das fronteiras herdadas do colonizador e ao projecto ideológico dos poderes que o substituíram. Deste último conflito, o genocídio dos Ibos, sacrificados à política da estabilidade das fronteiras artificiais que a OUA aceitou, é apenas um dos exemplos mais conhecidos e dramáticos.

As sociedades, do ponto de vista político, tendem para deixarem de ser identificadas pela religião, pela ética, pela maneira de viver, porque alinham nos cálculos estratégicos segundo o programa ideológico dos governos.

Os sistemas culturais passam a instrumentais e, em vez de serem servidos pelo poder, são manejados pelo poder para a realização das suas metas.

A filosofia soviética, negadora dos nacionalismos clássicos, internacionalizadora das solidariedades, é em nome da Santa Pátria Russa que levanta um muro de vinte milhões de mortos diante do invasor alemão.

Numa Europa educada por uma geração de relativistas, de cépticos, de freudianos, é nas Pátrias que o general De Gaulle procura a base possível da defesa, e por isso sai da NATO com escândalo imediato dos parceiros, para que os factos, na observação posterior de Kissinger, lhe venham a dar a fraca razão que ainda vive neste continente ameaçado de finlandização.

Na América Latina, a revolução em marcha, que já vai separando Cuba e os Andes do resto, apela para o idealismo que animou Bolívar, copia-lhe as atitudes e os métodos, assim como mobiliza, com o exemplo de Camilo Torres, a fé tradicional das populações. O projecto ideológico tenta conseguir a obediência generalizada da sociedade civil pela utilização dos valores culturais, sempre que não os pode substituir.

5. Admitamos, nem que seja pelo vício da sistematização, que o *sovietismo*, o *legado ocidental*, e o *neutralismo*, absorvem a totalidade das divergências ideológicas em acção. Simbolizemos em Marx, Erasmo e Ghandi,

sem erro clamoroso, as matrizes teóricas do processo, só para não alinhar outros nomes menores que parecem logo tirar altura ao problema.

Quando Lenine, Roosevelt ou Nerhu afirmam empunhar as mesmas bandeiras que aqueles ergueram, a única coisa que servem ininterruptamente, embora com variações apreciáveis, é o processo do poder político que instrumentaliza a cultura em favor das ideologias, e usa as ideologias como instrumento do domínio político.

Nenhum deles se considerou habilitado a sacrificar ambições do Estado a princípios proclamados, foram anticolonialistas nas zonas geográficas dos competidores e nunca nas suas, admitiram as revisões das fronteiras que fossem alheias, desenvolveram até onde puderam o princípio aristocrático da hierárquia das potências, pavimentaram a marcha imperial com milhões de mortos.

São de facto os herdeiros e sustentadores da clássica teoria maquiavélica do poder, e os mais conservadores apoiantes da soberania aglutinadora das diferenças étnicas e culturais.

A Rússia é um império multicultural e multirracial, onde a variável política não admite desafios, sem esquecer a afirmação constitucional, para fins de imagem, da soberania de cada uma das unidades integradas no todo.

O sonho da Grande-Índia só adoptou um compasso de espera quando as montanhas de mortos que custou a divisão a que presidiu Lord Mountbatten tornaram impossíveis todos os movimentos.

Na bandeira da insurreição que consagrou a independência dos Estados Unidos da América, a chuva das estrelas já não permite distinguir as modestas treze iniciais, e não está dito em parte alguma que há um limite. As leis da história de que falava Marx, a razoabilidade que praticou Erasmo, o pacifismo que pregou Gandhi, tudo tem relação invisível com as leis que guiam a luta pela aquisição, manutenção, expansão e exercício do poder político em todas as épocas e circunstâncias. O pobre Abel não pára de receber golpes, e Caim não se cansa de agredir.

É por isso que os grandes factos políticos do nosso tempo continuam a derivar da matriz maquiavélica, e não do proclamado ideal da UNESCO, nem da esquecida doutrina dos teólogos quinhentistas, nem do pacifismo que venera a memória de Sócrates ou Thomas Moore mortos de morte violenta, e de Erasmo que morreu angustiado. A matriz verdadeira não tem expressão na Declaração Universal dos Direitos do Homem, que manda

respeitar por igual todas as culturas, tem antes desenvolvimento na Acta Final de 1 de Agosto de 1975, da Conferência de Helsínquia, na qual, sob a invocação dos grandes princípios, o que se procura é estabilizar precariamente as fronteiras de interesses entre os blocos em competição.

A verdade parece ter aflorado em duas intervenções recentes. A primeira de Fidel de Castro quando, na Conferência de Cuba de 1979, tentou conseguir que os não alinhados definitivamente aderissem ao bloco soviético, devendo-se certamente ao velho presidente Tito esse serviço de evitar o pior, porque o desequilíbrio procurado quase inevitavelmente conduziria à guerra. A segunda intervenção é da responsabilidade da China, que esqueceu dezenas de anos de isolamento, colocou em surdina as ideologias, adiou o problema da unificação, para lucidamente mobilizar a opinião mundial para o entendimento do conflito estratégico, da permanência dos interesses estaduais acima das proclamações doutrinárias, da real competição pelo domínio do mundo que está em curso.

6. A instrumentalização dos sistemas culturais em benefício das ideologias, a utilização das ideologias para a cobertura dos objectivos do processo político, tudo não se passa sem protesto em nome dos valores. Não valerá a pena lembrar a acção dos etnólogos e antropólogos em benefício da preservação das sociedades sem escrita, muitas vezes levando o seu afã ao extremo limite de as transformar em material de museu. Pela África fora, um revolucionarismo impaciente tem-se mostrado implacável na destruição das chefiarias e estruturas tradicionais que embaraçam os projectos de mudança, e por isso mais aniquilador no sentido da ocidentalização do que foram os expulsos colonizadores.

Não há muito que se possa fazer contra isso, salvo aprender que não se esgotará facilmente a lista das razões que levam os donos do poder a transformar uma geração em estrume do que pensam dever ser o futuro.

Todavia, no plano em que actua essa invenção que foi o Estado, tem de registar-se o crescente movimento de protesto da sociedade civil, que passa por sua criadora, contra a criatura que se libertou e parece obedecer a leis próprias de subsistência e evolução.

Aquilo a que chamam o movimento dos novos filósofos, porque dizem de novo coisas muito antigas, é uma das expressões desse crescente desgosto contra a manipulação a que o poder se entrega com frequência

excessiva, e que está na origem da náusea que faz crescer as probabilidades da deserção em caso de emergência e de confronto.

A multiplicação das contra-sociedades, o florescimento das religiões de consolo, e esse fenómeno atemorizador que são os poderes erráticos que se multiplicam e usam todas as capacidades tradicionais do Estado sem possuir nenhuma das suas características, são crescentes sinais do descrédito em que está caindo a velha invenção.

Mas aquilo que sobretudo avulta é o clamor pelo regresso ao perdido tipo de sociedades éticas, cuja matriz cultural profunda radica em valores superiores que as gerações reverenciam.

Inscribe-se neste movimento o renascimento do constitucionalismo do Maomé, apelando enlouquecido para o Livro que considera espezinhado pela agressão ocidental, e a transformar cada acto de protesto numa espécie de encenação do juízo final. Peregrino na Europa, e pregando aos católicos dos Estados Unidos da América, anda o expulso Dalai-Lama a consagrar monges e a clamar por um regresso à ética de que se considera depositário. Finalmente, a explosão do Verbo que se chama João Paulo II, incansável na crítica tanto importa nos países de Leste como nos do Ocidente verberando os vícios em todos os lugares porque aquilo que encontra em todos eles é o Estado desvinculado duma ética superior, e por isso ágil na manipulação das culturas e das crenças.

Dizia Vieira, no Sermão da Terceira Domingo, pregado na Sé de Lisboa: «ora eu vos quero conceder o que não tendes, e supondo convosco que verdadeiramente podeis tudo; ouvi, agora, o que ignorais, e porventura nunca ouvistes. Cuidais que o poder tudo, consiste em não haver coisa alguma a que se não estenda o vosso poder; e é engano manifesto. O poder tudo consiste em poder algumas coisas, e não poder outras: consiste em poder o lícito e o justo, e em não poder o ilícito e o injusto; é só quem pode e não pode desta maneira, que é todo-poderoso.»

Fica-se na impressão de que o descrédito crescente do Estado, tal como o conhecemos, anda a ter expressão no protesto das sociedades civis, e que este protesto não faz mais do que traduzir, em várias línguas, as palavras do pregador.

Adriano Moreira

O PATRIOTISMO, O FUTURO E PORTUGAL

O PATRIOTISMO, O FUTURO E PORTUGAL

Se «a vida não pode ser reparada, mas somente recriada por um regresso às fontes»⁽¹⁾ há que ter em larga conta a diversidade dos tempos e a mudança nos homens.

Ao repensarmos o país que fomos, e queremos ser deparou-se nos a urgência de reanalisar o conceito de patriotismo, tantas vezes exaltado, mas tão poucas explicitado, sem premeditados objectivos político-ideológicos sectaristas, não raro, deturpadores da sua real significância. Nesta conformidade, pareceu-nos útil enunciar previamente alguns aspectos sintomáticos da complexa problemática que o envolve e que, mais adiante, tentaremos delinear sucintamente. A primeira questão que entrevemos consiste em saber se o sentimento patriótico constitui hoje um conceito ultrapassado ou se, pelo contrário, ele é, cada vez mais, justificativo e impulsionador da continuidade nacional de qualquer país, neste difícil epílogo do séc. XX. Sendo a ideia de pátria tão recuada, mas tão importante ao longo da evolução humana, como pode manter-se sem assumir um carácter retrógrado e mesmo estagnante na sociedade a que hoje se aplica? Terá o patriotismo tendência para desaparecer, submergindo sob a forma dos crescentes imperialismos?

Perante estas questões só se nos afigura como resposta plausível a total reformulação do conceito e a sua readaptação a este presente que, cada instante, faz futuro. Na verdade, o patriotismo que era sentido pelo homem do séc. XII não se identifica com o adoptado no séc. XVI ou com o necessário nos séculos XIX ou XX. De facto, só regenerando o sentido da expressão *pátria*, confrontando-o e adaptando-o aos condicionalismos actuais, afeiçoando-o à conjuntura que cada nação sustenta, será possível consignar-lhe a dimensão definidora dessa tão discutida identidade nacional,

(1) Mircea Eliade, *Aspects du mythe*, p. 43.

preservando convenientemente o seu significado ao respeitar as suas ancestrais raízes.

Mas, quais os factores determinantes na sobrevivência da individualidade política das nações, cuja dimensão territorial reduzida põe em constante perigo frente às grandes potências ideológicas ou militarmente absorventes e aniquiladoras da real independência de cada pátria? Será que, hoje, as armas desses países ou o heroísmo dos seus homens permitirão e garantirão a sua eficaz defesa contra qualquer ataque de uma superpotência munida de material bélico nuclear, sem rival no extermínio de tudo o que representa uma vontade ou uma presença humana? De facto, como salientava o espírito perscrutador de Vitorino Nemésio em *Era do Atomo Crise do Homem*, opúsculo publicado em 1976, «o potencial atómico» equi valendo «ao poder político», torna «diferente uma potência mundial de 1914... de uma potência de hoje», na medida em que «então o poder de golpe consistia nas armas certeiras e pesadas, fuzilaria e canhões...» e «hoje... as cidades do aço e do carvão como que se humilharam diante das reservas instaladas muito longe, nos desertos e finisterras, destinada a cofrar os ciclotrões e as plataformas de lançamento dos engenhos espaciais» (2). Com efeito, já escrevia Einstein, em 1950, que «precisamos de *um modo de pensar essencialmente novo*, se quisermos que a humanidade sobreviva» (3). Neste contexto, as armas das pequenas e médias nações não se podem restringir ao material bélico que possuem, havendo que encontrar outras capazes de substituir a sua fragilidade material. Pensamos que o único recurso ao seu alcance é a sua obra Espiritual manifestada concretamente nos seus progressos culturais, científicos e morais.

Só nesta perspectiva se vislumbra a permanência de cada identidade nacional e a sua projecção a nível planetário. Mas em que raízes histórica mergulha tão singular problemática?

Desde o séc. XVIII que as ideias de *pátria*, *patriotismo* e *nação* vão sendo equacionadas, mas sempre de modo bastante vago e ambíguo. É o que se aplica a Voltaire quando define a pátria como «uma propriedade, um campo, uma aldeia, uma família» e não apresenta qualquer significado para a expressão patriotismo (4).

(2) *Ob. cit.* pp. 21 e 22.

(3) *Ibidem*, p. 138.

(4) *Dicionário Filosófico* cit. por J. Touchard. *História das ideias políticas*, vol. 4, p. 10

Posteriormente, Frederico II, em 1779, nas *Cartas sobre o amor da pátria* ou *Correspondência de Anapistémon de Philopatros*, tentará explicar a importância do sentimento nacional ao escrever: «O amor da pátria não é um ser de razão, existe realmente.» Será, no entanto, a Revolução Francesa que retomará o interesse pelo conceito de nação. Sieyès entende-a como «uma lei comum e uma representação comum»⁽⁵⁾.

Continuador das ideias patrióticas patenteadas pela Revolução de 1789, Michelet considera o sentimento patriótico como o fundamento da paz universal, pois acentua que «a pátria é a iniciação necessária à pátria universal»⁽⁶⁾. Contudo, as primeiras décadas do séc. XIX vão ser caracterizadas pelo chamado «despertar das nacionalidades», que se encontravam sob dominação estrangeira. Desde 1815 até 1830, assistiu-se à proclamação da independência de vários povos da América Latina (em que destacamos o Brasil) e da Europa, tais como a Sérvia, a Grécia e a Bélgica. Esta movimentação autonomista dos povos vai desencadear o reaparecimento da ideia federalista que a formação dos Estados Unidos da América tinha renunciado pouco antes da Revolução Francesa. Deste modo, alguns pensadores e teóricos do Poder começam a procurar um princípio que, na conjuntura oitocentista, respondesse à tendência separatista dos Estados, para evitar uma pulverização semelhante à atingida na sociedade medieval. O princípio que se afigurou mais vantajoso, viável e vanguardista foi, sem dúvida, o do federalismo. A partir de 1841, com E. Charrière formula-se a doutrina da unificação das raças para consagrar o estabelecimento da «unidade geral da Europa» através da «absorção dos pequenos Estados pelos grandes»⁽⁷⁾. Estas ideias foram prosseguidas por Mazzini que publica, em 1849, a *Santa Aliança dos Povos* e por Proudhon que escreve, em 1863, *Do Princípio Federativo*. Ora, foram estes teorizadores que provocaram uma reavaliação sobre o que era, de facto, a pátria, o patriotismo, a nação. Não obstante, verificamos que a decadência do princípio das nacionalidades é um facto como o atestam as unificações italiana, em 1861, e alemã, em 1871.

Na verdade, a federação apresentava-se como a forma ideal para garantir a liberdade dos povos, por um lado, e como um método revolucionário,

(5) J. Touchard, *ibidem*.

(6) *Ibidem*, vol. 5, p. 108.

(7) *La politique de l'histoire*, pp. 327 e 373.

por outro, pois alargaria a todos os povos princípios descentralizadores, fundamentantes da sua autonomia.

Nesta conformidade, Hegel preocupar-se-á com a definição de Estado, assim como com o conceito de povo — nele capta uma organização única e susceptível de encarnar uma das formas sob a qual se revelava o Espírito da História. Por sua vez, Renan, em 1882, insiste na ideia de nação como «uma alma, uma herança de recordações e, sobretudo, como *um plebiscito quotidiano*» (8).

Na realidade, se o federalismo teoricamente unia as pátrias, ele revelar-se-ia também como um factor desagregador no ponto de vista prático. Assim se enquadram as perspectivas de Marx e Engels ao defenderem que «os operários não têm pátria», o que sintomatiza a decadência da ideia de pátria e do conseqüente patriotismo. Perante esta posição que leva o federalismo a transformar-se em internacionalismo puro, surgem teóricos de posição antagónica que irão levar até às últimas conseqüências a noção de nacionalismo. Com objectivos opostos ao patriotismo da Comuna de 1871, aparecem doutrinadores que deformam a ideia de patriotismo autêntico e, por isso, progressivo, em nacionalismo conservador, antiparlamentar, tradicionalista e sem visão de futuro. O pensamento dos seus máximos representantes — Barrès e Maurras — vai ter repercussões importantes em Portugal como o assinala a corrente do Integralismo Lusitano.

Em síntese, podemos afirmar que a conjuntura ideológica europeia, após o aparecimento destas teorias, culminará nos princípios do séc. XX com as mentalidades decadentistas expoentizadas em Spengler, Toynbee, P. Valery e Malraux. Mais tarde, a complexidade do contexto geral criado com a iminência de novo conflito mundial, leva Thierry Maulnier a reabilitar as doutrinas nacionalistas publicando *Au de là du nationalisme*, em 1938. Com este escrito pretende essencialmente consignar ao nacionalismo o sentido revolucionário que perdera pela sua associação a «mitos políticos alicerçados nos antagonismos económicos e degradados pela demagogia, a mediocridade e o verbalismo» (9).

Mas será, efectivamente, possível regenerá-lo depois de toda a carga psicopatológica que teóricos de intenções obscurantistas lhe insuflaram?

(8) *Ibidem*, vol. 6, p. 116.

(9) *Ibidem*, vol 7, p. 142.

Não será mais adequado dar-lhe uma nova forma a partir do conceito de patriotismo, que quase com ele foi confundido? Não será mais eficaz revivificar este sentimento comum a todo um povo e que apesar dos tortuosos caminhos percorridos ainda mostra um carácter espiritual e afectivo, capaz de superar o esquecimento em que mergulhou e as deformações de que foi alvo?

De facto, se o federalismo não teve o êxito que os seus adeptos lhe anteviram, o nacionalismo que ainda hoje sobrevive em África, na Ásia ou na América Latina, não está suficientemente prestigiado e dignificado para vir a constituir uma alternativa lúcida e válida ao complexo mundo actual. A força dos exércitos, o entusiasmo das fracções político-religiosas, a acção concertada das massas populares, em que tais nacionalismos assentam, não prevêem, não fazem prever a esperança no delineamento de uma mentalidade nova que possibilite aos povos outras formas de afirmação nitidamente vantajosas para os seus países e em que esteja arredada a ideia de dominação, pois embora se oponham flagrantemente as noções de nacionalismo e de internacionalismo, cada vez mais se interpenetram. Na verdade, quando uma nação nasce hoje ou quando se pretende impor às grandes potências, logo estas começam a digladiar-se numa rivalidade obcecante, para conseguirem exercer nela a sua totalitária influência, sem atenderem ao direito de cada povo escolher o seu próprio destino. As pátrias do mundo actual não têm o seu futuro assegurado sem uma real revisão de mentalidades se efectuar, superando-se, desse modo, as perspectivas de conflagração nuclear mundial. A decadência do Ocidente realçada, com ênfase, por Spengler no princípio do séc. XX, assume hoje notável impacte se observarmos com agudeza o incremento de um superimperialismo mitigador do sentido e dos profundos objectivos de cada nação. Por isso, urge que um renovador e decisivo espírito de missão consciencialize as grandes nações da tremenda responsabilidade de actuações irreflectidas e de imprevisíveis consequências para toda a humanidade. Que os homens não percam de vista o exemplo do mitológico Ícaro, cuja ambição desmedida o privou não só de alcançar o que almejava, como também o precipitou no implacável oceano do esquecimento. Só uma expressa recusa ideológica de todas as manifestações de imperialismo, sempre massificadoras das sociedades, poderá ainda salvar a dignidade dos povos que sabiamente se foram definindo a si

próprios ao longo de muitos séculos de luta contra as adversidades que, em cada época, defrontaram.

Reportando-nos agora ao problema específico do nosso país, como equacionar os fundamentos que hão-de conduzir ao ressurgimento, hoje, do conceito de patriotismo? Parece-nos que é indispensável sabermos em que raízes mergulha, que períodos críticos atravessou, como se perpetuou até à actualidade e com que meios sobreviveu.

Neste ensejo, consideramos que, se o patriotismo foi construído noutros povos pela unidade rácica, territorial e linguística, em Portugal esboçou-se numa conjuntura *sui generis* ligada ao próprio aparecimento da nação portuguesa e que se consubstanciou na guerra contra o Mouro — símbolo do poder do Oriente infiltrando-se lentamente no mundo cristão ocidental. Na realidade, foi para aniquilar o eminente perigo muçulmano que os *portugalenses* dirigidos pelo conde D. Henrique e mais tarde por D. Afonso Henriques se uniram numa missão, desde logo universalista, contribuindo largamente para afastar das nações europeias a progressiva ameaça turca.

Dentro do mesmo espírito de cruzada contra o Infiel se iniciou no séc. XV a expansão para o Norte de África, principal centro abastecedor das forças muçulmanas. Este carácter supranacional da cruzada vai-se acentuar no reinado de D. Afonso V. Ele assume, então, o papel de guardião do Ocidente ao ser o único rei cristão a responder ao apelo feito pelo Papa para a Europa incrementar a luta contra o inimigo comum. Foi, na verdade, a campanha do Norte de África que reafirmou o sentido universalista de Portugal. Contudo, esta feição só será completada pela dimensão atlântica que o país adquire com os Descobrimentos. Serão eles que alargarão os horizontes da Europa garantindo-lhe um novo e vigoroso sustentáculo na luta pela sua continuidade histórica. Será também o Atlântico a fortalecer o patriotismo a que Camões várias vezes apelará nos *Lusíadas* («Esta é a ditosa pátria minha amada» ou «Vereis amor da pátria, não movido de prémio vil mas alto e quase eterno») perspectivando um Portugal capaz de afrontar as ameaças político-estratégicas estranhas e persistindo na sua inalienável independência. No entanto, condicionalismos de vária ordem não permitiram à dimensão alcançada com o Atlântico preservar Portugal da dominação castelhana durante sessenta longos anos. Nesse período — 1580 a 1640 — os portugueses subjugados mas também inconformados, forjarão o primeiro grande alicerce da sua identidade nacional — o sebastianismo de raízes

messiânico-judaicas. Alimentando a esperança do povo até ao emergir da independência, personificada na figura carismática de D. João IV, permanecerá depois na sua memória, estimulando-o nos momentos difíceis e ajudando-o a ultrapassar os obstáculos que a evolução histórica envolvia frequentemente. E se o sentimento patriótico foi deformado e obliterado por longo tempo ao identificar-se com o mito sebastianista, a sua significação originária manteve-se latente na alma nacional. O declínio do sentimento patriótico acentuar-se-á com a propagação das ideias iberistas-federalistas desde meados do séc. XIX até ao limiar do séc. XX. Contudo, a implantação da República em Portugal veio trazer uma nova e profícua dinâmica aos ideais patrióticos sobretudo pelas abordagens efectuadas pelos espíritos esclarecidos de Teixeira de Pascoais, Fernando Pessoa, António Sérgio e Raul Proença.

Se Teixeira de Pascoais equaciona em termos vagos e românticos o problema da nação portuguesa ligando-o ao Saudosismo, Fernando Pessoa vai mais longe ao tentar formular toda uma teoria para justificar Portugal. Mas a ausência de estudos históricos e de documentação tornam a sua meditação pouco clara e inconsistente. A incerteza quanto às suas possibilidades são salientadas por ele próprio, ao dirigir-se a Sampaio Bruno, cuja erudição bem conhecia, para que lhe fornecesse bibliografia sobre o sebastianismo ⁽¹⁰⁾.

Apesar das múltiplas dificuldades vai reformular o mito sebástico sob a forma de um Super-Camões, criador das condições indispensáveis para a prosperidade do Portugal do futuro — a revalorização da língua, a reeducação do povo, a formação de uma elite organizadora das relações entre governantes e governados, a reconstrução do psiquismo nacional ⁽¹¹⁾, permitiriam entrever uma *superior consciência de nacionalidade* ⁽¹²⁾. Esta seria o fundamento do patriotismo que existiria, antes de tudo, em cada português ⁽¹³⁾. A Pátria portuguesa seria, como qualquer pátria, um *meio de criar uma civilização*, «não devendo entrar no conceito de pátria, pura-

⁽¹⁰⁾ Vide *Sobre Portugal. Introdução ao problema nacional*, introd. de Joel Serrão, Lisboa, 1979, p. 58.

⁽¹¹⁾ *Ibidem*, pp. 121 e 123.

⁽¹²⁾ *Ibidem*, p. 124.

⁽¹³⁾ *Ibidem*, p. 125.

mente místico, nenhum elemento de interesse nem nenhum outro conceito místico a não ser que ele domine esse conceito e o integre em si» (14).

Por sua vez, António Sérgio delinea o conceito de patriotismo com um acentuado sentido universalista de tipo hegeliano. Para ele, a ideia de Pátria resulta de uma emanação universal, pois sendo «a pátria verdadeira a do Espírito, o que liga os homens não é o sangue, nem o território, nem o re — mas sim a Ideia» (15). É, nesta perspectiva, que crítica com veemência a corrente integralista, expressão de um nacionalismo exacerbado, tendenciosamente deformado e difusor de generalizações abusivas, deturpadoras da verdadeira dimensão do sentimento nacional. Neste contexto, não podemos deixar de referir aqui o pensamento de Raul Proença patenteado na revista *Alma Nacional*, poucos meses antes da proclamação do regime republicano. Sendo o seu ponto de vista ideologicamente idêntico ao de António Sérgio é contudo, explicitado com mais acutilância. Atribui Proença às esperanças sebastianistas, que tinham conservado o sentimento patriótico até então um carácter manifestamente nefasto ao progresso real da nação, pois haviam criado no povo um sentimento de inércia ao acalentar a hipótese de que um providencial salvador viria, um dia, com a tarefa gigantesca de resolver todos os problemas nacionais. Deste modo, os portugueses continuariam *et nunc et semper* à espera... Mas revertendo à noção de pátria este livre pensador considera-a *universal*, porque «é quando pensamos que a nossa Pátria se dedicou, se ofereceu e aumentou o património de todas as pátrias que nos sentimos verdadeiramente patriotas» (16). Assim, a Pátria será tanto mais grandiosa quanto melhor conseguirmos que «ela sirva melhor do que todo o mundo, o interesse do mundo» (17). Criticando aqueles que defendem a inutilidade do patriotismo, sem verem que é um factor de fortalecimento e de redenção do povo, não deixa de admoestar, igualmente, os que se proclamavam com «chauvinismos ridículos e paixões obcecantes» (18). E mais adiante, lembrará que «a história dos nossos descobrimentos marítimos» constituiu a expressão suprema do sentimento da pátria, alguma vez manifestada pelos portugueses (19).

(14) *Ibidem*, pp. 125 e 126.

(15) *Ensaíes*, vol. I, p. 222.

(16) Vide Raul Proença e a *Alma Nacional*, introd. de F. Piteira Santos, Lisboa, 1979, p. 81

(17) *Ibidem*, p. 84.

(18) *Ibidem*, p. 84.

(19) *Ibidem*.

Das posições enunciadas, sucintamente, parece-nos ser a perspectiva assumida por Raul Proença a mais consentânea com o nosso tempo e, por isso, motivo para a encararmos como um ponto de partida seguro em qualquer reformulação do sentimento patriótico. Regressados de novo à pequena Pátria Lusitana de que, orgulhosamente, falava Camões, dimensionamo-nos ainda nas ilhas atlânticas que autonomamente se administram, no Brasil e na ex-África portuguesa, onde deixámos a nossa língua, a nossa cultura, os nossos costumes a marcar a sua história e no mundo que os nossos emigrantes ajudam a construir. É, portanto, com este carácter ainda universalista de Portugal que podemos vislumbrar a nossa pátria projectada no mundo e ao seu serviço realizando pela cultura, pela variedade das experiências e pela vontade dos seus cidadãos a sua ancestral missão de unificar povos tão diversos e distantes. De qualquer modo, terá de se realizar uma renovação do sentimento nacional, delineando-o em função dos sentimentos mais recônditos, mas autênticos das camadas populares e colocando-o num lugar de supremacia relativamente a objectivos exclusivamente partidaristas ou sectários tantas vezes falseadores da maneira de ser portuguesa. Só assim é possível a definição objectiva da identidade do nosso povo, no momento em que atravessa uma das mais graves encruzilhadas da sua história. Para que o êxito dessa tentativa seja uma certeza e não uma probabilidade, impõe-se o levantamento de toda a documentação bibliográfica e arquivística em que se traçou, com avanços e recuos, a existência desta nação de quase nove séculos.

Nela poderemos encontrar os pontos-chaves da sua evolução, esboçando-se, então, com firmeza, os caminhos a percorrer e que devem ser inseridos no contexto mundial, por meio de uma comunicação, de um diálogo, de uma difusão de ideias, mais plenamente alcançados além-fronteiras. Aliás, é neste domínio que o Estado pode dar um valioso contributo, através dos seus órgãos, salvaguardando o rico espólio histórico que deteriorando-se, dia a dia, por inadmissível incúria acabará, irremediavelmente, por se perder. É urgente que obras impressas e documentos originais, insubstituíveis ao repensamento de Portugal pelos portugueses, continuem a estar inacessíveis por razões fúteis, tais como a falta de pessoal para a recuperação das que se encontram em mau estado ou para ser possível a sua vinda do armazém até á sala de leitura. Se assim prosseguirmos sem defender convenientemente o nosso património cultural e sem possibilitarmos o seu estudo, que país

nos propomos ser no conjunto das nações preservadoras dos seus mais altos valores históricos? Além disso, há que incentivar a publicação de trabalhos sobre aspectos da história portuguesa que contribuam manifestamente para a clarificação dos enigmas que ainda persistem na nossa sociedade acerca de longos períodos da vida nacional. É esta missão profícua que, entre outros, o *Instituto da Defesa Nacional* poderá assumir, na medida em que tem por objectivo a procura de um rumo ideológico pragmático, condicionante essencial da criação de uma inequívoca justificação da defesa nacional, não prioritariamente expoentizada na força das armas, mas na força da razão patriótica, cujas raízes mergulhadas na noite longínqua dos tempos medievais se revelaram à plena luz no projecto universalista quando, veementes e audazes, os portugueses afrontaram os abismos oceânicos para erguer novos mundos no mundo. E como realça o poeta da *Mensagem*, «Deus quis que a terra fosse toda uma, / Que o mar unisse, já não separasse. / Sagrou-te e foste desvendando a espuma. // Quem te sagrou criou-te português / Do mar e nós em ti nos deu sinal. / Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez. / / Senhor, falta cumprir-se Portugal! (20)

Teresa Bernardino

(20) Fernando Pessoa, *Mensagem*, p. 57.

O MUNDO ÁRABE E ISLÂMICO

O MUNDO ÁRABE E ISLÂMICO (*)

INTRODUÇÃO

Não é tarefa fácil falar do mundo árabe e islâmico. Trata-se de uma série longa de países que se enquadram sob aquela designação, apresentando todos eles características muito peculiares.

Desde os inícios do islamismo até aos nossos dias foram bastante complexas as circunstâncias e os condicionalismos que determinaram a fisionomia de cada país ou região desse vasto mundo, pelo que se torna actualmente embaraçoso estabelecer um quadro único que se possa aplicar a todos eles.

Portugal manteve ao longo da sua história contactos muitos estreitos com árabes e muçulmanos, quer no continente quer em África e no Oriente. E muito da cultura árabe veio a ficar indelevelmente ligado à nossa. Basta pensar no que aconteceu no domínio linguístico. Muitos vocábulos árabes entraram no idioma português. Eis, a título de exemplo, algumas dessas palavras: albufeira («mar pequeno», «lago»), alcácer («castelo»), alcáçova («cidadela»), alcântara («ponte»), alcaria («aldeia»), Algarve («ocidente»), Azoia («ermida»), acepipe («passa de uva»), alcaide («chefe»), alcova («cúpula»), açougue («mercado»), alcofa, alfama («fonte de água termal»), aljube («poço»), arrais («chefe»), azeite, azeitona, alarve, adail, azenha, Almedina («cidade»), Arrábida («convento fortificado na fronteira»), Odeceixe, Odegebe, Odiáxere, Odivelas, Odemira, Odeleite, Guadalete, Guadalquivir, Guadiana. Nos exemplos referidos nota-se ou a presença do artigo «al» ou do termo «wad» que significa «rio».

(*) Palestra proferida no Instituto de Defesa Nacional no dia 25 de Fevereiro de 1980, que depois foi totalmente refundida no presente trabalho.

Sucede que, infelizmente, o que mais se conhece das relações entre portugueses e árabes respeita às lutas travadas e à reconquista cristã com todas as suas consequências. Mas muito mais havia a explorar para um conhecimento mais perfeito dos contactos havidos entre os dois povos. Isso traria certamente um enriquecimento enorme quer para nós quer para os próprios árabes.

Só agora é que parece estarmos a despertar para uma aproximação com os povos do mundo árabe e islâmico que conduza à consideração e ao estudo dos diversos aspectos da convivência humana, desde o económico ao cultural e do político ao religioso. Hoje mesmo encontra-se em Lisboa o embaixador da Arábia Saudita em Madrid e ainda nesta semana será posta a primeira pedra da mesquita a erguer em Lisboa. Não há dúvida que o interesse pelo mundo árabe e islâmico tem aumentado bastante nos últimos tempos. Recorde-se, a título de exemplo, a realização do IV Congresso de Estudos Árabes e Islâmicos em Coimbra e Lisboa, em 1968, de que se publicaram as respectivas Actas; o ensino do Árabe na Universidade Clássica e na Universidade Nova de Lisboa, continuando uma sólida tradição iniciada por David Lopes, e ainda nas de Coimbra e de Évora; a existência da Comunidade Islâmica de Lisboa com as suas diversas actividades, como a publicação da revista «O Islão»; e a versão para português do Alcorão por Suleiman Valy Mamede e por José Pedro Machado, em 1977 e em 1979, respectivamente⁽¹⁾.

Países com menos tradições que o nosso desenvolveram desde há muito tempo relações estreitas com os países árabes e muçulmanos e isso não só nas áreas do comércio, do turismo e da política mas também nas da ciência e da investigação.

Nesta aproximação a todos os títulos louvável não faltou o diálogo das diversas Igrejas, nomeadamente a de Roma que no Concílio Vaticano II dedicou à religião muçulmana uma atenção muito particular. Na declaração sobre a Igreja e as Religiões não cristãs («Nostra Aetate») lê-se a certa

(1) No nosso trabalho *A Cátedra de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra de 1640 a 1910* (Coimbra, 1974) abordamos em geral a questão dos estudos orientais, nomeadamente do hebraico e do árabe, em Portugal. Temos em preparação um trabalho sobre Paulo Hodar, sacerdote maronita da Síria que leccionou línguas orientais na Universidade de Coimbra no séc. XVIII. De 8 a 13 de Setembro vai realizar-se em Göttingen o I Congresso de Literatura Árabe Cristã, e de 9 a 16 do mesmo mês o X Congresso de Estudos Árabes e Islâmicos, tencionando apresentar em ambos uma comunicação, ainda que não possamos tomar parte em todos os trabalhos dos referidos Congressos. Abordaremos, respectivamente, os temas «Paulo Hodar professor de Línguas Orientais da Universidade de Coimbra» e «A Teologia Muçulmana no séc. XIV».

altura: «A Igreja olha também com estima para os muçulmanos. Adoram eles o Deus único, vivo e subsistente, misericordioso e onnipotente, criador do céu e da terra, que falou aos homens e a cujos decretos, mesmo ocultos, procuram submeter-se de todo o coração, como a Deus se submeteu Abraão, que a fé islâmica de bom grado evoca. Embora sem o reconhecerem como Deus, veneram Jesus como profeta, e honram Maria, sua mãe virginal, a qual por vezes invocam devotadamente. Esperam pelo dia do juízo, no qual Deus remunerará todos os homens, uma vez ressuscitados. Têm, por isso, em apreço a vida moral e prestam culto a Deus, sobretudo com a oração, a esmola e o jejum. E se é verdade que, no decurso dos séculos, surgiram entre cristãos e muçulmanos não poucas discórdias e ódios, este sagrado Concílio exorta todos a que, esquecendo o passado, sinceramente se exercitem na compreensão mútua e juntos defendam e promovam a justiça social, os bens morais e a paz e liberdade para todos os homens» (n.º 3).

E esse diálogo prossegue frutuosa e por toda a parte. Assiste-se a uma viragem na história neste capítulo. Há poucos anos foi criado em Roma o Pontifício Instituto de Estudos Árabes.

Por outro lado, é estranho que as nações se debrucem tantas vezes sobre a problemática árabo-islâmica apenas quando estão em causa interesses de ordem material, como os intercâmbios comerciais, e de estratégia político-militar. O que ultimamente tem sucedido com o problema do petróleo e com as questões do Irão e do Afeganistão aí está a testemunhar essa óptica unilateral e limitada.

Importa ir mais além. Importa conhecer a fundo a alma desses povos, a sua identidade própria, a sua civilização e a sua cultura, os seus costumes e as suas tradições, a sua história e as suas aspirações actuais.

Só assim poderemos compreender com rigor o que é o mundo árabo-islâmico em toda a sua dimensão. Antes de se tornarem famosos e cobizados pela riqueza petrolífera que possuem e antes de serem objecto de dominação por certos países que para lá convergem na mira de defenderem os seus próprios interesses e não os deles, antes de tudo isso já o mundo árabe e os povos muçulmanos se haviam imposto ao juízo dos historiadores pela imponência da sua cultura, pela originalidade do seu credo religioso e pela riqueza da sua língua. Ao longo deste trabalho teremos ocasião de recordar o que foi o apogeu da história árabe e os reflexos que teve no contexto político-cultural do tempo.

Mas admitindo mesmo que o ouro negro viesse a desaparecer nessas áreas do Globo em que a civilização árabe e a religião muçulmana dominam e mesmo que as disputas políticas quanto ao papel que desempenham esses países pela situação particular que possuem se diluíssem — se é que isso alguma vez será possível —, ainda assim a caminhada dos povos árabes havia de prosseguir. A mesma religião, a mesma cultura e a mesma língua, elos que ligam esse vasto e complexo mundo, são de facto algo de muito forte que garante necessariamente a sua sobrevivência e a capacidade de enfrentar os desafios do futuro.

Depois do que fica dito parece-nos conveniente traçar em linhas gerais a história do mundo árabe e islâmico e dizer o que ela representou para a civilização dos outros povos, sem esquecer de referir como se processou a sua afirmação permanente apesar de sacudida por tantos contratempos.

As suas fases de glória e de declínio, o contributo dado à cultura e à ciência, a importância que sempre teve o factor religioso e, finalmente, o que significou o renascimento islâmico a partir do séc. XIX — eis alguns aspectos fundamentais que há a considerar para se compreender a situação presente.

Terminaremos com a perspectiva de algumas questões mais actuais que hoje se põem à consideração dos críticos e até dos curiosos. O que se pergunta, em síntese, é o seguinte: qual será o futuro do Islão e da civilização árabe frente ao mundo moderno e às ideologias que vão surgindo?

Em suplemento a este trabalho apresentamos vários quadros: um sobre o islamismo no mundo; outro sobre os países árabes e islamizados; e um terceiro sobre a riqueza petrolífera do mundo árabe. Não se trata de dados oficiais. São apenas elementos aproximativos. A concluir damos alguma bibliografia sobre vários domínios dos assuntos versados: depois de um elenco de obras de carácter geral, seguem-se outras sobre Maomé, versões do Alcorão, Bíblia e Alcorão, Filosofia, Tecnologia e Mística muçulmanas, e revistas que se consagram a estas questões.

Temos consciência das limitações deste estudo e até da falta de exactidão de certos dados fornecidos. Pretendemos apenas apresentar um contributo para uma abordagem de índole introdutória da vasta problemática que o tema envolve. Cada um dos aspectos tratados merecia um aprofundamento que evidentemente ultrapassa os propósitos que tivemos na elaboração do presente trabalho.

SÍNTESE HISTÓRICA

Não se pode compreender a situação do islamismo na actualidade sem se ter presente como nasceu e como se desenvolveu ao longo dos séculos. Este ponto é vincado por todos os especialistas da matéria como um dado fundamental para entender o que se passa hoje no mundo árabe e nos países onde a religião de Maomé conseguiu penetrar.

O islamismo (termo que na etimologia significa submissão a Deus) surgiu nos desertos da Arábia entre os anos 610 e 632 da nossa era. O seu berço foi Meca, cidade importante pelo comércio das caravanas e grande centro de peregrinações. Trata-se de uma localidade não longe do Mar Vermelho, a meio caminho entre o Oceano Índico (Aden) e o Mediterrâneo (Gaza). Nessa altura a população de Meca em que dominavam gentes politeístas e negociantes ricos manifestava sinais evidentes de pretender sair do seu isolamento religioso.

Os economistas modernos encontram sérias dificuldades em precisar com rigor as forças que levavam os árabes a procurar ultrapassar os limites geográficos da península. Vários autores, como W. Montgomery Watt, G. H. Bousquet, M. Rodinson, escreveram estudos notáveis onde esta problemática é tratada com bastante precisão e grande objectividade⁽²⁾. Diz a este propósito um autor muito entendido nestes problemas, Jacques Jomier: «Les Arabes, en effet, poussés par des forces que les économistes essaient de préciser, ont toujours eu tendance à franchir les limites géographiques de leur péninsule. Leur commerce évidemment les obligeait à voyager. Par ailleurs la sécheresse et la pauvreté les y contraignant, certaines tribus avaient peu à peu cherché des terrains de pacage très au nord: on voit ainsi des nomades arabes s'approcher de Saint Siméon le Stylite, près d'Antioche. Ces Arabes du Nord, ceux des frontières perse et byzantine et qui commençaient à embrasser le christianisme, sont le mieux ou le moins mal connus des auteurs grecs ou syriaques»⁽³⁾.

Os árabes que neste momento mais nos interessa considerar viviam a um ou dois milhares de quilómetros mais para sul. Os documentos são raros mas parece não oferecer dúvidas que a Arábia propriamente dita

(2) M. RODINSON, W. MONTGOMERY WATT e G. H. BOUSQUET são autores de importantes trabalhos sobre questões relacionadas com o islamismo, nomeadamente sobre Maomé. Na bibliografia final apresentamos algumas obras destes estudiosos.

(3) J. JOMIER, *Introduction à l'Islam actuel*, Paris, Cerf, 1964, p. 15.

se abria cada vez mais às ideias monoteístas. Havia algumas colónias de judeus no oásis de Medina (a cerca de 400 km a Norte de Meca através das pistas do deserto). O mesmo se verificava noutro oásis entre Medina e a Síria, e no Sul da península, no Iémen.

Igualmente convém lembrar que o cristianismo penetrara no Iémen pouco tempo depois de Cristo ou, pelo menos, no séc. IV. Também havia cristãos no oásis de Nadjrân, a 800 km a sul de Meca. Os *Acta Sanctorum* relativos ao dia 24 de Outubro referem o martírio de muitos cristãos de Nadjrân em 523-524, condenados por um rei judeu pelo facto de terem oferecido resistência à rejeição da divindade de Cristo.

Na própria cidade de Meca e na Arábia central também se notava a existência de estrangeiros adeptos do monoteísmo. Eram sobretudo comerciantes, escravos e artesãos. Os documentos históricos falam da penetração do cristianismo na península arábica. No Iémen, no já referido oásis de Nadjrân, viviam certamente muitos cristãos. Não se pode esquecer que por ocasião das viagens se estabeleciam contactos entre os aderentes da religião de Jesus Cristo e outros. O que não significa que esses cristãos pertencessem todos à Igreja oficial. Em muitos casos tratava-se de seitas. O Alcorão na sura 10, 94 alude a isso: «Se tu estás em dúvida quanto ao que Nós te revelámos, interroga os que recitam a Escritura (sagrada) antes de ti.» Certamente que os escritos bíblicos e rabínicos circulavam então por aquelas paragens.

Alás o islamismo nunca se apresentou como uma religião nova. Os textos mais antigos do Alcorão fazem referência ao monoteísmo universal do qual o judaísmo e o cristianismo eram expressões particulares.

Maomé é o enviado (*rasúl*, «apóstolo», «mensageiro») de Deus para pregar em Meca e nas cidades à volta e falar-lhes do juízo eminente que se aproxima. Sobre este ponto pode ver-se, por exemplo, a sura 42, 5-7. Mas Maomé é também *nabi*, «homem de Deus». Convém, todavia, dizer que o termo *rasúl* é mais significativo pelas suas implicações políticas e legislativas. Inicialmente, Maomé era apenas o enviado de Deus aos árabes (14,4; 34, 43-44), que ainda não haviam recebido enviados. Falando do fundador do Islão, deve dizer-se que ele não tem para os muçulmanos a mesma importância que tem Cristo para o cristianismo. Escreve Y. Moubarac: «Une étude sur la naissance de l'Islam revient pratiquement à considérer l'écllosion de son livre sacré, le Coran. La personne du fondateur de

l'Islam n'a pas en effet aux yeux de ses adeptes la même importance, par exemple, que celle de Jésus pour les chrétiens. En revanche, le Coran est incomparablement plus important pour les musulmans que n'est l'Évangile pour les disciples du Christ ou la Bible pour Israël.» (4)

Mas foi só mais tarde que os sinais de universalismo contidos nas suras mais antigas se desenvolveram e foi então que se começou a insistir em que a mensagem contida no Alcorão não concordava com as doutrinas judaica e a cristã. Surgiu assim a ideia de que o Islão viera restaurar o judaísmo e o cristianismo deturpando-os do que continham de falso e apresentando a verdade autêntica onde havia hesitações e contradições. O universalismo foi desta feita ganhando terreno e impôs-se como ideia incontestada. Certos orientistas pensam, entretanto, que esta abertura é posterior a Maomé. Diz J. Jomier: «Les spécialistes de l'histoire des religions qui ont étudié les diverses sectes judéo-chrétiennes d'alors déclarent que l'Islam, du point de vue religieux, n'apporta rien de nouveau, sauf la création d'une nouvelle communauté politique, dynamique et conquérante, sauf également la consécration religieuse donnée à une langue relativement nouvelle, l'arabe. Les musulmans eux-mêmes affirment être les véritables disciples de Moïse et du Christ auxquels, disent-ils, les Juifs et les chrétiens ne sont pas restés fidèles.» (5)

Maomé nasceu cerca do ano 570 e cerca de 610 teve a certeza de ser escolhido por Deus para receber as suas revelações. Esse apelo sobrenatural constitui um dado importante para a história do Islão. A sua pregação que se seguiu logo a seguir a esse acontecimento marcou profundamente a vida da cidade de Meca. A partir das revelações recebidas (em árabe *nazzala* ou *anzala*) estava lançada a base do Alcorão (de *Qer'ân*, cuja raiz é *qry* que significa «recitar»). O Alcorão tem 114 suras (ou capítulos) e 6226 versículos (*âyât*). Como a *Fâtiha* (a sura de abertura), cada uma das suras começa com a invocação do nome divino: «*Bismi blâh al- Rahmân al-Rahîm*» («em nome do Deus, o Clemente, o Misericordioso»), excepto a nona. o Alcorão é o resultado da recensão oficial de Othmân, tornando-se assim uma Vulgata corânica. Não sabemos como se realizou esse trabalho. R. Blachère escreve na sua introdução ao Alcorão: «Le seul fait dont on soit sûr

(4) Y. MOUBARAC, *L'Islam*, Paris, Casterman, 1962, p. 15.

(5) J. JOMIER, op. cit., p. 18.

est qu'une commission a travaillé sous 'Othmân à la fixation du canon coranique. Le reste demeure vague.» (6)

Não foram poucas as dificuldades surgidas por motivos de vária ordem. Daí o êxodo para Medina em 662, data que ficou a marcar o início da Egira. Nasceria, entretanto, uma comunidade nova que era o início de uma grande religião universal. «C'était un petit groupe dirigé par Mahomet et auquel les textes coraniques rappelaient l'unicité de Dieu, le devoir de l'adorer à l'exclusion de toute idole, de le servir, de le remercier pour ses bienfaits; ils leur rappelaient également le jugement et les fins dernières, l'entraide fraternelle, la bienveillance vis-à-vis des pauvres et l'essentiel de la morale naturelle que contient le décalogue. Ceux qui avaient péché demandaient pardon de leurs fautes à Dieu.» (7)

Mas foi em Medina que se começou a elaborar uma nova legislação com os textos sagrados proclamados por Maomé, com a doutrina de jejum do Ramadão, e as normas relativas ao jejum, ao culto, ao casamento, à usura, à guerra santa, etc. A passagem por Medina teve um significado importante para o futuro do Islão. Aí se colocaram os fundamentos da nova religião.

Entretanto os sucessos militares iam confirmando a verdade. E em 630 a conquista de Meca e a purificação da Kaaba, aos gritos de Allâhu akbar («só Deus é grande») com o que se punha termo ao paganismo, marcava o fim de uma primeira fase que representava a formação de uma estrutura sólida. A oposição aos judeus foi nessa altura um facto permanente de atritos. E a obrigação de os muçulmanos se orientarem para Meca e não para Jerusalém traduzia o rompimento com os judeus. Em 632 morria Maomé, uma figura ímpar de homem religioso, um nome que revolucionava a história e lhe dava uma nova fisionomia.

Jomier sintetiza assim a personalidade desse extraordinário líder religioso: «Ainsi, vingt ans après avoir commencé à rappeler les hommes à se soumettre à Dieu et à lui-même, et malgré la révolte des tribus arabes, Mahomet laissait derrière lui une oeuvre qui allait marquer l'histoire du monde. Il proposait à ses fidèles un idéal humain conforme aux aspirations de nature humaine, fières et indomptables, lassées d'un paganisme désuet et de l'égoïsme des riches Mekkois. Outre le dogme simple et facile, les fidèles trouvaient dans la communauté une supertribu à l'intérieur de laquelle les vertus de patience

(6) R. BLACHÈRE, *Le Coran*, t. I, Paris, Maisonneuve-Besson, 1949, pp. 54-57.

(7) J. JOMIER, *op. cit.*, p. 20.

de magnanimité, d'entraide et de générosité étaient louées. L'attrait de la guerre et du butin, une toréance à l'égard des besoins séxuels de l'homme (permettant la polygamie jusqu'à concurrence de quatre épouses simultanées sans compter les esclaves concubines), l'exaltation de la force, la contagion du succès, tout cela entraîna vers l'Islam des masses auxquelles le paganisme ne disait pas grand-chose. Il ne semble pas que Mahomet ait connu du christianisme plus que ce qu'en disaient certaines sectes assez éloignées de la grande Église. La figure de Moïse, le prophète législateur et guerrier, l'a certainement beaucoup plus fasciné que celle de Jésus.»⁽⁸⁾

Depois de Maomé seguiu-se uma fase importante da história do Islão. Os califatos de Abu Bakr (632-634), de Omar (634-644), de Othmân (644-656), e de Ali (656-661) representaram uma era de notável expansionismo da nova religião. Mas nem tudo eram sucessos. Pois dentro do islamismo estalou um conflito de enormes proporções que viria a marcar toda a sua história. Foi a divisão entre os partidários de Ali e os coraixitas. A vitória de Mo'awiya sobre o primo e genro de Maomé (pois casara com Fátima) levou à criação do grupo dos chiítas (em oposição aos sunitas) e ao estabelecimento da dinastia dos Omíadas em Damasco. Os chiítas eram os adeptos de Ali; os sunitas (de *sunna*, «tradição») os que seguiram os califas da capital da Síria.

Mas outro facto importante surgia em 750 com a dinastia dos Omíadas a ser substituída pela dos Abássidas, com sede em Bagdad. Nesta altura já o império árabe se estendia do Sul de França ao Turquestão chinês e das fronteiras da Índia ao Sahara africano.

Em 1258 os mongólios tomaram Bagdad tendo o califa sido assassinado. Em 1517 o Cairo é conquistado pelos turcos otomanos e não se fala mais de califa.

No séc. XVII o sultão otomano de Istambul retoma o título de califa para reivindicar certos direitos religiosos sobre os muçulmanos dos territórios conquistados pelos russos.

Depois da revolução turca o sultanato era abolido. Foi em 1922. Notável foi na história a dinastia dos califas omíadas de Córdoba que se refugiaram em Espanha após terem recusado o reconhecimento dos califas de Bagdad.

Não se deve também omitir uma referência aos numerosos chefes de impérios pequenos os quais tomaram o título de califas, quer entre os sunitas

(8) Ibid., p. 24.

quer entre os chiitas. Por exemplo, os califas fatimitas, chiitas ismaelitas que dominaram o Egípto nos sécs. X-XI. Mas nestes casos trata-se de soberanos que reinaram em territórios limitados e não de um chefe único dum império muçulmano, unificado e arábico. O califa como personalidade todo poderosa reinando no conjunto do mundo muçulmano desapareceu no séc. IX. O que se seguiu depois foram reis e sultões que dominando neste ou naquele território continuavam a luta e expandiam o Islão por toda a parte. Na época moderna esta expansão tomou uma forma mais pacífica e melhor adaptada aos ideais políticos. O mundo muçulmano veio a tomar uma diversidade notável e politicamente muito dividido. Apenas se pode falar de unidade regional, por conseguinte. O califa desaparecido da cena depois de 1000 anos (ou mais concretamente depois de 1924) é, pois, uma figura do passado.

Como afirma J. Jomier: «A Médié, du vivant de Mahomet, l'Islam fut une véritable théocratie. Des oracles nouveaux pouvaient à tout moment annoncer au peuple des ordres venus d'en haut. C'est Dieu, dans la pensée des fidèles, qui conduisait les siens, sous la houlette de leur chef. Après la mort de Mahomet, il est difficile de parler purement et simplement de théocratie. Le Coran devint alors la loi suprême; mais ses nombreux silences durent être peu à peu complétés. Un ensemble législatif prit ainsi corps. A l'époque où l'empire arabe se morcelait, l'Islam était devenu, suivant l'expression de Louis Gardet, une «Nomocratie» (du grec *nomos*: loi). Pendant des siècles, l'autorité suprême allait être, théoriquement au moins le texte du Coran, vu au milieu de l'ensemble législatif ainsi élaboré.» (op. cit. pp. 29-30).

Podemos dizer, em síntese, que as datas mais notáveis da história do Islão foram as seguintes:

630 — Maomé conquista Meca.

632 — Morte de Maomé.

634 — A Arábia é pacificada depois da revolta de 632.

As grandes conquistas do Islão processaram-se com a ordem cronológica que se segue:

1. Conquista da Síria-Palestina (634-640).

2. Para Oeste: conquista do Egípto (a partir de 639); da Cirenaica (643); e da Tunísia (674).

3. Para Leste: Iraque (a partir de 637), sendo de destacar as ocupações de Bassorá, de Cufa e de Mossul. A partir de Bassorá as expedições militares dirigiram-se para o Nordeste e o centro da Ásia e para Sudeste para o golfo de Oman. De salientar também a conquista da Pérsia (642).

4. Contra Bizâncio, sendo de sublinhar a vitória de 654 ou 655 em que a frota bizantina foi completamente destruída.

5. Progresso para a Ásia: a primeira invasão da Transoxiânia teve lugar em 672-674; do Turquestão chinês em 713; da Índia a partir de 698 e 700.

6. Para Bizâncio: a cidade é atacada em 673 até 677, mas só passados alguns séculos ela será tomada.

7. Para Oeste e Espanha: a África do Norte é atacada a partir de 669-670 novamente; em 711 a Espanha é objecto de uma expedição importante, sendo de destacar a ajuda dos berberes e a acção de Tarique (cujo nome ficou ligado ao de Gibraltar, em árabe *Gebel Tarique*, «montanha de Tarique»). A situação interior da Espanha em que reinava um certo despotismo religioso que provocara grandes descontentamentos, especialmente entre os judeus, veio a favorecer bastante os muçulmanos.

Em 714 os árabes chegaram a Narbona. Em 732 um raide é feito a Poitiers mas Carlos Martel opôs-se-lhe vitoriosamente. Os europeus consideram Poitiers como a vitória que salvou a sua civilização. Por seu turno, os árabes defendem que se perdeu então uma boa oportunidade de fazer adiantar o processo da Renascença da Europa. «Le cas de Poitiers est un point sur lequel musulmans cultivés sont très chatouilleux, spécialement dans les manuels scolaires», escreve Jomier.

8. O séc. IX representa uma fase de estagnação nas conquistas árabes. É então que nas diversas regiões do império se formam estados independentes. Assiste-se a uma série de reajustamentos políticos. Os muçulmanos retiram-se da região da Índia e sobretudo os turcos começam a aparecer no quadro do Islão. Contudo há mesmo assim uma progressão importante do Islão no Mediterrâneo embora no norte de Espanha tenha havido uma forte oposição.

São de referir neste período as conquistas ou expedições militares contra as Baleares, a Sicília, Nápoles, Bari, Tarento, etc.

Como assinala Jomier, é nesta época que se assiste ao surgimento da fisionomia cultural do Islão enquanto no início ele era puramente militar e religioso. A bagagem da civilização árabe dos nómadas era elementar; compreendia a experiência e a sabedoria que dá a vida ao meio dos homens

e da natureza. O gosto da poesia e da língua estava muito desenvolvido entre eles; daí o sucesso do Alcorão cuja forma literária é excelente. Quanto ao resto, eles são acompanhados por não muçulmanos (10% do exército que tomou o Egipto parece ter sido composto de judeus e de cristãos). E recorreram a arquitectos cristãos para a construção de muitos edificios, como para a cúpula da rocha em Jerusalém, magnífica construção elevada sobre o sítio do antigo templo de Salomão por fins do séc. VII; e para a belíssima mesquita de Ibn Tolôn no Cairo de fins do séc. IX. Mas a pouco e pouco a cultura muçulmana desenvolve-se, nomeadamente em Bagdad, na corte dos califas, e em Córdova.

São de recordar alguns aspectos desse florescimento que immortalizou os árabes para sempre. Os sábios muçulmanos misturam-se com os cristãos, com os judeus e os sabeus. Fazem-se traduções de obras notáveis da ciência grega e levam-se a cabo investigações que as discutem e as completam, em especial no que toca a observações de índole médica e astronómica. E se Bagdad e Córdova se podem comparar a Bizâncio, convém todavia dizer que elas estão muito acima do nível da Europa ocidental cristã que apresentava ainda muitos aspectos de barbarização.

A sociedade muçulmana atinge um apogeu impressionante. Sábios como al-Biruni acompanham os exércitos árabes nas expedições à Índia. Na Itália, a escola de Salerno utiliza a ciência médica dos gregos e dos árabes. Na península hispânica os contactos culturais multiplicam-se e os cristãos traduzem (muitas vezes com o auxílio dos judeus) muitas obras de filosofia e de ciência greco-árabe. As escolas de língua para aprender o árabe multiplicam-se. Na Sicília, sobretudo, depois da reconquista da ilha pelos normandos, Palermo torna-se um centro de irradiação da cultura árabe em direcção à Europa, designadamente no domínio da arquitectura, das ciências, etc.

9. A reconquista cristã da Europa. Durou desde o ano de 800 até 1492. No séc. XI a Espanha encontra-se conquistada na sua metade. Por fins do séc. XIII só subsiste no Sul o reino de Granada que viria a cair em 1492.

10. Bizâncio depois de vários assaltos de diversas proveniências apelou para o Ocidente e tiveram então lugar as cruzadas. Logo a seguir seriam os mongólios a criar sérias dificuldades aos árabes. Em 1258 Bagdad caiu mas a pouco e pouco eles seriam islamizados entre fins do séc. XIII e no séc. XIV.

11. Os turcos otomanos conquistaram Constantinopla em 1453. E a partir de então a Europa sentiu a força das suas armas. Nos Balcãs, na Hungria, na Polónia, em Viena, etc., foi bem patente o poder turco que

só encontraria resistência em Malta (1565 e 1614). No séc. XVIII os otomanos começaram a retirar e, entretanto, viria a independência dos países anteriormente ocupados, como a Grécia, os Balcãs, etc.

12. Depois de várias vicissitudes, os muçulmanos fizeram valer a sua força e a sua determinação na Índia, tornando-se Nova Delhi a capital do império muçulmano a Oriente. No séc. XIII os sultões dessa cidade dominavam já todo o Norte da Índia. Durante o séc. XIV os raids feitos levam as tropas árabes até ao extremo meridional da península. No séc. XIV toda aquela região estava controlada pelos muçulmanos. Alguns territórios alcançariam a independência sob a autoridade dos sultões muçulmanos locais, enquanto Nova Delhi brilharia com toda a sua glória desde fins do séc. XVI até ao séc. XVII. Neste século uma reacção hindu no séc. XVII retirou aos muçulmanos uma boa parte das suas conquistas, praticamente todo o centro da península, desde as costas de Oman até ao golfo de Bengala.

13. Indonésia. — Em fins do séc. XIII começou a fazer-se sentir a presença muçulmana nesta região com o estabelecimento do Islão a Noroeste de Samatra, facto a que se refere Marco Polo. Java torna-se-ia depois um importante centro de irradiação do Islão para outros sítios. No séc. XVII os holandeses aparecem aí, sendo de salientar o papel que tiveram a Companhia das Índias Orientais e a governação directa a partir dos Países-Baixos. A islamização da Indonésia seria bastante facilitada pelos próprios holandeses.

Actualmente, a península indiana (Índia e Paquistão) e a Indonésia são as duas regiões do mundo onde vivem os grupos mais numerosos de muçulmanos.

14. África Negra. — Hoje devem viver neste continente cerca de 100 milhões de muçulmanos. A penetração do Islão aí ficou a dever-se a dois factores: a um movimento na direcção Leste-Oeste, partindo das costas orientais de África sempre em contacto comercial com a Arábia e a Índia; e a um outro movimento que se dirigia de Norte para Sul a partir do Sahara.

Os historiadores árabes falam amiúde da penetração do Islão em África, embora nem sempre haja unanimidade. Cidades como Mogadiscio, Kilwa, Mombaça, Pata, Zanzibar, Zeila, Djibuti, Madagascar, etc., são das mais importantes em todo este processo de islamização do continente africano^(*).

(*) Sobre a história dos árabes e do Islamismo, vid. bibliografia no fim deste trabalho.

*O MUNDO MUÇULMANO NAS VÉSPERAS
DO RENASCIMENTO MODERNO (fins do séc. XVIII)*

Assim como a Europa conheceu o seu renascimento nos sécs. XV e XVI também o mundo muçulmano teve o seu a partir de fins do séc. XVIII. Uma estátua colocada defronte da Universidade do Cairo em Gizê lembra às actuais gerações dos jovens que elas são as do despertar actual (*nahda*, em árabe) do Egipto e dos países muçulmanos. Depois dos períodos brilhantes de Bagdad (sécs. IX e X), de Córdoba (sécs. X e XI), do Cairo (entre 1350 e 1500), de Istambul, na Pérsia dos Sefévidas e de Nova Delhi (séc. XVI), o Islão como que adormecera.

Fora um passado rico de acontecimentos e de realizações, de descobertas e de criações. Um apogeu a todos os títulos notáveis. Nos domínios da arte, da cultura, da literatura, das ciências da época, ainda em estreita ligação com o pensamento grego antigo. O comércio tivera também uma fase de extraordinário florescimento até porque o Próximo Oriente muçulmano desempenhara um papel importante nas relações entre a Índia e a Europa. Mas tudo ou quase tudo começava a entrar em decadência numa altura em que nada a fazia prever.

Algumas causas para explicar esse declínio da civilização árabe podem ser apresentadas: a reconquista da Espanha pelos cristãos, as invasões mongólicas, o avanço dos Romanos, etc.

O comércio decaiu imenso. A cultura e as ciências como que se eclipsaram. E os mestres limitavam-se a repetir e a elaborar compilações de obras já feitas. Escreve Jomier a este respeito: «L'on constate partout absence de curiosité, absence d'invention et méfiance vis-à-vis de tout ce qui est original. En littérature même, la poésie reproduisait des clichés, la langue devenait académique et réservée à une classe de lettrés. On avait tendance à considérer le savoir comme un ensemble de connaissances à apprendre par coeur, comme un héritage mort que l'on se transmettait matériellement sans se douter que penser, c'est vivre, c'est inventer, c'est découvrir.»⁽¹⁰⁾

Na obra *Classicisme et déclin culturel dans l'Histoire de l'Islam*, aparecida em 1957, e que é o resultado das comunicações apresentadas no simpósio de Bordéus em 1956, cuja organização se ficou a dever a um grupo

⁽¹⁰⁾ J. JOMIER, op. cit., p. 46.

dos melhores especialistas em Orientalística, deparamos com as seguintes causas: umas de carácter económico e outras de carácter religioso.

Quanto às primeiras, há a referir a importância que teve a descoberta do Cabo da Boa Esperança em fins do séc. XV, a qual constituiu um duro golpe no comércio árabe. Depois foi a dominação turca com todas as implicações dela resultantes: anarquia, divisões internas, lutas, etc.

Quanto às segundas, deve salientar-se que, enquanto a Europa assistiu a um desenvolvimento cultural intenso depois da Renascença, o Islão permanecia à margem dessa evolução. Criou-se como que um fosso enorme entre a civilização ocidental e a muçulmana. Mas a aurora iria despontar já no séc. XVIII.

Ao longo dos séculos, mesmo nos períodos mais obscuros, a fermentação espiritual mantivera-se sempre viva e actuante. O Islão que é, simultaneamente, um movimento político e religioso, ou seja, uma religião inseparável de uma organização política e de uma civilização, crescera no decorrer dos tempos apoiado constantemente pela força dos seus princípios religiosos. A *shahâda* ou afirmação de que Deus é único e de que Maomé é o seu enviado (*rasûl Allah*) (*lâ ilaha illa Allah wa-Muhammad rasûl Allah*), a oração ritual (*as-sala*, nome de origem siríaca), a esmola (*zaka*), o jejum (*saum*) do Ramadão e a peregrinação a Meca (*hadjdj*) eram no séc. XVIII como no passado cumpridos fervorosamente.

De uma importância particular se revestiram as confrarias, grupos de fiéis que se reuniam à volta de chefes espirituais, e que são uma reminiscência dos primitivos *sufis*. A elas se deve o fomento do sentimento religioso embora não tivessem faltado críticas severas por parte dos reformadores, por exemplo, pelo facto de eles terem favorecido o fatalismo e desviado os seus membros da acção sob todos os aspectos.

A celebração das festas muçulmanas é outro elemento relevante do Islão. O primeiro dia do ano, a evocação do nascimento do profeta e da sua ascensão ao céu, da orientação do Qibla em Medina e da adopção da Kaaba de Meca como direcção da oração, o mês do Ramadão — são algumas das mais célebres.

Se no plano da vida de piedade o Islão do séc. XVIII anima a vida pública, já o mesmo não sucede no concernente ao da inteligência. Aqui a situação não é tão brilhante e o contraste com a Europa é flagrante. As escolas situadas quase sempre nas mesquitas limitavam-se a um tipo de ensino

muito elementar em que a aprendizagem do Alcorão de cor ocupava um lugar marcante. Além das ciências religiosas, entravam também as outras mas dominavam sempre as primeiras. Também se estudavam as tradições (*hadith*) e os comentários do Alcorão bem como o direito canónico muçulmano (*fiqh*) segundo as quatro escolas: a malekita, a shafi'ita a hanefita e a hanbalita, que tiram os seus nomes dos seus fundadores: Imam Mâlik b. Anas († 795), Imam al-Shafi'i, Abu Hanîfa († 767) e Imam Ibn Hanbal († 855). Este último enveredou por uma linha caracterizadamente tradicionalista e de índole rigorosa, extremista e ortodoxa. O wahhabismo, movimento nascido na Arábia no séc. XVIII e ainda oficial na Arábia Saudita, depende do hanbalismo. Não desenvolveremos este aspecto rico de conteúdo e de interesse para não alongar o presente trabalho⁽¹⁾.

O RENASCIMENTO MODERNO

Não há dúvida de que o renascimento religioso que hoje se verifica nos países islâmicos é antes de mais uma reacção contra a ignorância ou abandono das coisas relativas à fé. É sobretudo uma tentativa de fazer apologética e catequização.

Intimamente ligado à ignorância e ao desinteresse pelas coisas religiosas está o renascimento político e cultural. Convém dizer que a decadência era essencialmente de índole política e cultural, pois a prática religiosa no séc. XVIII era de uma maneira geral boa.

O desejo de despertar manifestou-se nestes dois domínios e ficou a dever-se ao contacto com a Europa, quer a oriental quer a ocidental.

Foi graças aos orientalistas que recomeçou o contacto com a Europa e o mesmo se pode dizer dos missionários. Em alguns mosteiros da Síria e do Líbano são instaladas as primeiras tipografias no séc. XVIII. Alguns intelectuais sírios vêm a Roma nesta época e trabalham na publicação e tradução de obras manuscritas.

Um acontecimento que teve grande importância foi a expedição de Bonaparte ao Egipto (1798-1801)⁽²⁾. Também a obra de Muhammad Ali

⁽¹⁾ Pensamos publicar brevemente um estudo sobre este e outros temas abordados neste artigo.

⁽²⁾ Bem podemos imaginar a impressão causada pela presença de sábios franceses, membros da expedição de Bonaparte, e pelo emprego da imprensa que montaram junto ao Nile para imposição das suas publicações.

nomeado pachá do Egipto em 1806, deve aqui ser recordada. Deu ao país o sentido do brio nacional, levou a cabo um notável trabalho de modernização do Egipto, criando escolas secundárias para futuros oficiais, engenheiros, médicos, etc., e mandando para os países europeus muitos bolseiros. Em 1822 foi criada a primeira tipografia no Cairo. O movimento de modernização não mais pararia até aos nossos dias.

Um facto a não esquecer é a inauguração do canal do Suez e as consequências que veio a ter com um controlo financeiro da Inglaterra e da França. Contudo, a oposição dos tradicionalistas ao movimento de modernização era enorme.

Mas o renascimento islâmico fez-se notar noutros países. A Turquia e a Tunisia são exemplos significativos desse despertar para o futuro, sendo de salientar a acção de Midhat Pachá (1822-1883), de Khayr ed-Dîn Pachá († 1890) e, sobretudo, de Mustafá Kemal Ataturk († 1938) que inaugurou definitivamente o movimento nacionalista na Turquia.

A fermentação intelectual e política dava também os seus sinais no Irão, no Afeganistão, na India, na África Negra, na Indonésia, no Magrebe, etc. Os contactos comerciais com a Europa desempenharam neste ponto um papel muito relevante.

Tiveram uma importância especial no renascimento muçulmano as correntes reformadoras. Sabemos que no islamismo não há um magistério oficial como na Igreja Católica. O Alcorão é a base de tudo assim como a tradição. Os doutores muçulmanos (*ulémas*) apoiaram-se sempre em ambos.

Os reformadores procuravam purificar o Islão de todas as coisas que, no decurso dos séculos, tinham sido acrescentadas ou inventadas.

Vejamos quais foram essas correntes. Em primeiro lugar, temos os wahhabitas, nome derivado de Muhammad ben'Abd el-Wahhâb (1703-1787), que estão na linha da escola jurídica de Ibn Hanbal, a escola mais escrita do Islão.

Djamâl ad-Dîn al-Afghâni (1839-1897)⁽¹³⁾ é indiscutivelmente a figura mais em evidência do reformismo islâmico no séc. XIX. Escreveu, entre outras, a obra *Refutação dos Materialistas*, preparou o lançamento da revista

⁽¹³⁾ Vid. sobre este autor o artigo publicado na *Encyclopédie de l'Islam* com abundante bibliografia na parte final. A revista *Orient*, de Paris, publicou a partir de 1962 várias traduções de artigos de Djâmâl al-Dîn aparecidos em 1884 em *O Elo Indissolúvel*.

O Elo Indissolúvel, viajou imenso pela Europa (França e Inglaterra) e desenvolveu uma extraordinária obra de reforma religiosa e política. Acerca dele escreve Jomier: «La personnalité de Djamâl ad-Dîn a été vraiment exceptionnelle. Son autorité s'est exercé ou a tenté de s'exercer sur l'ensemble des pays musulmans: Afghanistan, Inde, Perse, Turquie, pays arabes. En Europe, il a voulu agir sur les centres mêmes où était élaborée la politique de colonisation. A Londres, il a plaidé en faveur du Soudan en révolte; en Russie il a pris fait et cause pour les musulmans de l'Empire, etc. Il a employé toute la gamme des moyens révolutionnaires modernes, sauf ceux qui sont proprement marxistes. Il a fait fond sur les sociétés secrètes et franc-maçonnerie; il a influencé l'opinion publique par des campagnes de presse, a exercé des pressions économiques par le boycottage du tabac. Il n'a même pas reculé devant des tentatives d'assassinat. A sa mort, l'horizon restait encore très sombre. C'est petit à petit seulement que le grain semé par lui allait germer.»⁽¹⁴⁾

Muhammad Abdoh (1849-1905)⁽¹⁵⁾, discípulo de Afghâni, nasceu no Egipto e estudou na Azhar do Cairo. Depois de várias vicissitudes, foi nomeado em 1899 grande mufti do Egipto, o lugar mais elevado a que pode chegar um homem de lei muçulmana. Ficaram célebres os seus cursos de exegese corânica na Azhar os quais vieram a ser o fundamento do *Comentário corânico dito do Manâr*. Outras Universidades vieram a ser criadas entretanto no Egipto: a Universidade Livre do Cairo (1908) e a Universidade de Estado (1925).

Jomier sintetiza deste modo a acção de Abdoh: «L'Iman Mohammad Abdoh ne laissa après lui aucun groupe de disciples organisés. Son action se confondit avec celle de l'ensemble de l'élite musulmane ouverte d'alors. Elle contribua à répandre dans le pays l'idée de la nécessité d'une réforme profonde, réforme dont le retour au Coran devait être l'élément de base, en même temps que l'ouverture au monde moderne, à ses sciences, et à ses techniques et la lutte contre les facteurs de decadence (pharisaïsme, abus de polygamie, etc.)»⁽¹⁶⁾

⁽¹⁴⁾ J. JOMIER, art. cit., p. 82.

⁽¹⁵⁾ Vid. sobre Abdoh o artigo da *Encyclopédie de l'Islam*; LAOUS, *Essai sur les doctrines sociales et politiques d'Ibn Taymiya*, Cairo, 1939 (esta obra aborda bastante os reformadores modernos); OTHMAN AMIN, *Muhammad 'Abduh. Essai sur les idées philosophiques et religieuses*, Cairo, 1944 (em francês); J. JOMIER, *Le commentaire coranique du Manâr*, Paris, 1954

⁽¹⁶⁾ J. JOMIER, op. cit., p. 86.

Outro grande reformador foi Rachîd Ridâ (1865-1935), discípulo de Abdoh. Nasceu perto de Tripoli e pregou desde muito novo nas mesquitas da região baseando-se bastante na revista *O Elo Indissolúvel*. Partiu depois para o Cairo e aí redigiu os 35 tomos da revista *al-Manâr* entre 1898 e 1935. As suas ideias encontraram grande eco nas «elites» muçulmanas. Notável se revelou o trabalho feito sobre a interpretação do Alcorão. Insistia em que o autêntico reformismo não se podia fazer sem um retorno ao livro sagrado muçulmano.

O reformismo começou então a ganhar terreno com uma rapidez impressionante. Para isso muito contribuiu a maturação política, a instrução das «elites» quer «in loco» quer nas Universidades europeias, as rivalidades internas dos ocidentais e a acção comunista, a proclamação do princípio do direito de os povos disporem de si; tudo isto são elementos a ter em consideração neste fenómeno da renascença islâmica:

Dentro deste problema há que assinalar ainda os Irmãos Muçulmanos (fundados ca. de 1928) e as ideias reformadoras na África setentrional, na Argélia, no Marrocos e na Tunísia. Por toda a parte se verifica uma onda de movimentação reformadora.

Os grandes centros da vida muçulmana no mundo árabe moderno foram a Al-Azhar, a Dâr al-'Olum (fundada no Cairo em 1872), as Universidades de Estado; de referir também as edições de livros e discos, a rádio e a televisão.

Na Índia e no Paquistão, Estados criados em 1947, apareceram algumas figuras notáveis, como Ahmmad Khân e Muhammad Iqbal, e foram criados os grupos dos Ahmadiyya com os seus dois ramos, o dos Qadyanitas e o do Lahore.

Na África Negra são de salientar as confrarias, sendo a dos Qâdiriyya e a dos Tijâniyya, assim como os ismaelitas de Aga Khân, os Babistas e os Behaistas os mais representativos.

Em tudo isto o Alcorão ocupa sempre um lugar primordial. Os reformadores apelam incessantemente para o livro sagrado muçulmano. Só o retorno ao Alcorão pode resolver todos os problemas que existem e que afligem os crentes. É vasta a literatura sobre o Alcorão e as suas qualidades excelentes, nomeadamente o seu carácter miraculoso e inimitável. Os modernos procuram nele novos argumentos para mostrar o carácter inimitavelmente miraculoso do livro e ainda novas directrizes práticas para a vida privada

e pública a fim de poderem obedecer integralmente a Deus e obter assim a vitória final.

São três os tipos de comentários: os de orientação religiosa, os literários e os científicos. Estes últimos tendem a provar que o Livro dá resposta a todas as questões inclusive às ciências exactas modernas. Por exemplo, a rotação da Terra à volta do Sol, o sputenik, a bomba de hidrogénio, etc.

O ISLÃO E ALGUMAS QUESTÕES ACTUAIS

Como se sabe, na Europa do séc. XIX deu-se uma importância enorme ao valor da razão e à experimentação, na linha do que já vinha dos séculos anteriores. Os reformadores islâmicos começaram também a demonstrar que o Islão era uma religião da razão segundo a sua perspectiva apologética. Mas deve dizer-se que tal ideia está de acordo com a tradição. Efectivamente, o Alcorão dá um interesse muito notável à inteligência⁽¹⁷⁾.

O Islão é uma religião sem sacerdócio, sem sacramentos. O homem encontra-se diante de Deus tendo o Alcorão como guia. O homem é reduzido às suas forças naturais. A razão no domínio de *Deo uno* e o Alcorão são as duas fontes de certeza absoluta. No resto tudo é relativo. Mas sempre se procura apelar para o Alcorão. O que não quer dizer que não haja uma abertura grande para as coisas terrenas.

Quanto às causas segundas ou às leis científicas, os muçulmanos dizem que é Deus com a sua onipotência que tudo regula neste mundo.

Os reformadores opõem-se terminantemente ao fatalismo e ao ocasionalismo medieval. Um aspecto a não esquecer é o facto de ainda hoje muitos muçulmanos defenderem a superioridade do Alcorão sobre todas as outras culturas. Ou seja, ensinam que tudo se encontra no Alcorão e que o que lá não se encontra não tem valor.

No que respeita à história dizem que ela tem como finalidade instruir. A história islâmica é a única que conta. Fora dela não há que procurar apoio. E tudo começa com a vinda de Maomé. A apologética pretende demonstrar que as primeiras guerras foram de tipo defensivo e que as outras civilizações dependeram do Islão. É um aspecto negativo a vincar.

O homem criado por Deus deve reconhecê-lo como onipotente e justo. Premeia os bons e castiga os maus.

(17) Vid. a bibliografia final sobre as questões ventiladas nesta parte do artigo.

Hoje os reformadores só admitem um pecado como merecedor do inferno eterno: o da perda da fé. A natureza humana é em si boa não havendo lugar para o pecado original. O Islão é a religião da natureza humana. Não se opõem ao desenvolvimento e às riquezas, ensinando tão-só que o homem não deve esquecer-se de agradecer a Deus os benefícios que dele recebe.

Outro ponto importante é o relativo aos milagres. Os reformadores insistem em que não se deve por tudo e por nada fazer falar de intervenções especiais de Deus na história.

Uma questão sempre importante quando se fala do Islão é o concernente ao papel da mulher. Hoje os reformadores defendem aspectos diferentes dos do passado. Assim opõem-se à poligamia e ao divórcio dando à mulher uma outra dimensão mais de acordo com as aspirações modernas.

A fraternidade muçulmana de índole política e religiosa é um aspecto fundamental do Islão. Todos são iguais diante de Deus. No Alcorão e nas tradições encontramos muitos argumentos a favor desse ponto. Mas vem ao de cima a superioridade dos muçulmanos que ocupam o primeiro lugar na sociedade humana.

Fazia-se uma distinção entre os pagãos e politeístas e entre os cristãos e os judeus. Estes tinham certas facilidades. Eram considerados de outra forma ao contrário do que sucede com os pagãos e os protestantes. Os cristãos eram mais considerados que os judeus.

Os reformadores hoje falam de conversões livres e actualmente não se impõe a adesão ao Islamismo. Há a tolerância religiosa nos diversos Estados islâmicos. O problema que se levanta é o tocante à centralização que comporta todo o sistema socialista. Um Estado moderno socialista procura a unidade apoiando-se numa mística, base de toda a sua propaganda. Em muitos Estados o marxismo anima toda a vida social. Nos países muçulmanos que recusam o marxismo qual será a mística que servirá de base ao socialismo? Será um nacionalismo superior que exaltará os valores comunitários muçulmanos? Neste caso, a escola, a imprensa, a rádio, a televisão, as colecções de livros — tudo se inspirará largamente no Islão que animará toda a vida dos cidadãos.

O direito religioso ocupou sempre um lugar de destaque na mentalidade muçulmana tradicional, podendo comparar-se ao judaísmo rabínico no que toca ao espírito de casuística.

Os autores reformadores tratam do direito muçulmano com muita sobriedade e lealdade, procurando discernir o que é propriamente de origem corânica e o que é o resultado da especulação dos homens.

Rachid Ridâ distingue entre o que constituem as observâncias religiosas (*ibádât*), em que domina o Alcorão, e o âmbito do profano, como a política, o direito, etc., em que a determinação do lícito e do ilícito deve ter em consideração as circunstâncias.

Também o *Comentário de Manâr* e Muhammad Abdoh se ocuparam imenso do tema do direito, manifestando sempre muitas reticências quanto a numerosas tradições muçulmanas que, segundo eles, não têm valor de espécie alguma. O que dizem é que se deve dar valor à autêntica tradição, ao testemunho oral genuíno.

Podemos concluir dos autores reformadores que o que essencialmente pretendem é estabelecer uma unidade à volta das prescrições jurídicas em ordem a acabar com as diversificações exageradas, ou seja, fazer regressar à pureza primitiva.

Procuram assim restringir a questão antigamente tão em voga relativa aos artigos ou preceitos que revogavam outros. Em vez disso, preferem falar de evolução ou então dar uma interpretação diferente aos vários pontos em debate com base no Alcorão.

Mas o que também convém pôr em evidência é o seguinte: as múltiplas prescrições jurídicas dão o ensejo de fazer apologética do Islão, ou seja, os reformadores desejam a todo o transe partir do direito muçulmano para defender a doutrina do Alcorão.

Antes de mais, interessa mostrar que é possível estabelecer uma *unidade* da comunidade eliminando tudo aquilo que antes se prestava a diferenciar e diversificar. Não, o Islão é uno na prática religiosa e nas normas que orientam a vida do crente. Há pois que determinar a unidade de gestos e oração, da orientação para Meca, do horário do jejum, do ritual de todos os peregrinos que se dirigem ao monte Arafat, etc.

O Islão é também a religião da *higiene*. Isso porque as abluções antes das orações e o exercício físico que comportam as inclinações e as prostrações no decurso das preces revelam uma preocupação de higiene do crente. E o mesmo se pode dizer da proibição do álcool.

O Islão é a religião da *democracia*. O Alcorão fala de conselho e de deliberação entre os muçulmanos (vid. a sura 42, 36-38) e de consulta dos com-

panheiros de Maomé (vid. a sura 3, 153-159). E não esquecem ainda a liberdade dos súbditos.

O Islão é a religião da *paz*. Os países árabes encontram-se de uma maneira geral numa situação de neutralidade positiva entre as forças de Leste e do Ocidente.

O Islão é a religião do *socialismo*. Este aspecto foi tido em grande consideração pelos apolegetas dos nossos tempos. Na época dos inícios do «socialismo árabe» havia que provar que esta nova perspectiva política está na linha do autêntico islamismo.

Numa palavra, a perfeição no que toca à inteligência, à ciência, à democracia, ao socialismo — tudo isto está de acordo com a doutrina muçulmana. A apologética procurou assim provar que o Islão é actual e se encontra de acordo com a civilização moderna.

O socialismo árabe foi demonstrado antes de mais a partir da fraternidade muçulmana e de certos pontos da legislação, ocupando aqui um lugar primordial o concernente à *Zaka* ou dízimo ritual. Tratava-se da caixa de fundos a favor dos pobres. Ricos e pobres deviam dar-se as mãos para que não houvesse diferenças entre uns e outros. Seria uma espécie de *Winterhilfe* ou previdência nacional.

Rachîd Ridâ afirma que os judeus e os europeus contribuíram para a difusão do comunismo pelo facto de explorarem a mão-de-obra barata dos mais humildes e desprotegidos.

Dois problemas que sempre suscitaram discussão entre os especialistas dizem respeito à escravatura e aos juros. Também aqui os reformadores procuram demonstrar que o Islão não defende a escravatura e no que diz respeito aos juros dão várias interpretações em ordem a mostrar que a sua religião não está desfasada da vida contemporânea. Basta lembrar as posições de Rachîd Ridâ, de Muhammad Abdoh e do cheik al-Banna.

A guerra santa é outra questão muito debatida quando se fala do Islão. O mundo divide-se em «casa do Islão» e «casa do mundo». Em 1884 *O Elo Indissolúvel* dizia: «Deus não completou ainda para nós a realização da sua promessa; só cumpriu uma parte. É fatal que ele a complete pela supremacia do Islão sobre o universo, incluindo a Europa que nos é hostil.»

Mas para atingir esse objectivo não é necessário recorrer à guerra. Há meios pacíficos, segundo alguns, para lá chegar. Embora outros, na linha

dos pensadores medievais (v. g., Ibn Khaldun) falecido em 1406, falem da guerra como de um mecanismo fatal.

Os apologetas muçulmanos falam do Islão como sendo a religião da força. A luta ou *djihâd*, porém, que antes, no passado, fora de carácter bélico pode hoje revestir formas diferentes. A luta política, a propaganda, o apelo à opinião pública internacional, etc. — tudo isso são meios que estão ao alcance dos árabes para imporem a sua religião. E esse dever incumbe à comunidade, pois trata-se de uma obrigação colectiva (*fard kifâya*).

E quando se fala das guerras do passado, dizem que elas tiveram uma dimensão defensiva. De facto, no tempo de Maomé muito disso aconteceu. Tratava-se de defender a doutrina islâmica contra certas forças que lhe eram hostis.

Quanto às guerras de expansão, há duas interpretações: segundo uns o Islão lançou um apelo às outras religiões para que se convertessem e elas não o fizeram; segundo outros, a guerra legal está prevista para protecção da propaganda islâmica e como resposta aos ataques de que eram vítimas os muçulmanos. As independências dos últimos tempos são interpretada como resposta as aspirações dos povos árabes. Havia necessidade de reagir para poderem manter a sua religião. Mas é possível que para além das teorias houvesse igualmente um desejo de viver colectivo. Neste pormenor relativo às guerras não convém omitir que os apologetas muçulmanos aludem por vezes ao que sucedeu na história do cristianismo com as cruzadas e a inquisição.

Acerca do proselitismo, deve dizer-se que a difusão do islamismo é um dever importante para os adeptos do Islão. Por um lado, havia que provar que a Sagrada Escritura está cheia de erros. Os Evangelhos (e não o Evangelho) não podem ter descido do céu à pessoa de Jesus, pois trata-se de mais do que um. Por outro lado, procuram na Bíblia argumentos a favor do Islão por exemplo as promessas feitas a Ismael. Os Ahmadiyya falam dos textos bíblicos messiânicos, desde as bênçãos de Jacob até ao Salmo 45 (44). Maomé é o profeta anunciado na Sagrada Escritura. Nota-se essa preocupação a cada passo. V. g., na sura 61, 6 Ahmad' é Maomé, o mesmo se podendo dizer do Paráclito do Evangelho.

Acerca da pessoa de Cristo, referido tão elogiosamente no Alcorão, dizem que era um simples homem, para o que aduzem vários textos evangélicos

Por exemplo, em Jo. 17 faz-se a distinção entre Deus e o enviado de Deus, fórmula que recorda aos muçulmanos a *shahâda*, na qual se fala de Deus único e do seu profeta.

O Evangelho relata que Jesus foi enviado apenas aos filhos de Israel (v. g., Mat. 15, 24), portanto sem uma dimensão universalista.

Ainda nesta linha apologética, focam as conversões ao islamismo e a importância da língua árabe, idioma do Alcorão e dos países árabes.

A apologética muçulmana dirige-se também aos defensores das confrarias e ao culto dos santos. Os reformadores atacam-nos porque não têm na devida consideração o Alcorão, porque veneram os cheiks, porque rendem cultos aos santos, etc. Isto é frequente nos escritos de Ridâ e de Abdoh.

Criticam ainda os charlatães, o exagero em certas festas, etc., pois nada disso contribui para manter a autêntica fisionomia do Islão.

Se perguntarmos qual é a posição da crítica moderna face ao Alcorão, há a dizer, antes de mais, que não há razão para afirmar que existe incompatibilidade entre o Islão e a civilização moderna. A razão, a ciência, a paz, a democracia, a higiene, etc. — tudo isto se encontra no Islão. O que importa, dizem os apoletas reformadores, é que se liberte a religião de certas excrescências que lhe são alheias.

O Islão corresponde às aspirações da natureza humana. Aceita-se a existência de Deus Criador, uma comunidade política e religiosa, as virtudes da honra, da generosidade, etc. A Lei Muçulmana regula a vida do homem em todos os pormenores.

Além disso, o Islão é uma religião que traz ao crente a paz interior e uma calma absoluta. O homem sente-se plenamente realizado nesta vivência quotidiana. Não se faz qualquer referência à ordem sobrenatural, ao nascimento espiritual do homem, etc. Os mistérios do cristianismo não aparecem.

No início o Islão não foi objecto de grandes disputas entre os cristãos. O que mais intrigou foi o Alcorão e a sua origem. Os muçulmanos afirmavam que ele tinha uma origem divina. Os cristãos não aceitavam tal ponto de vista.

Duras e de consequências terríveis foram as polémicas medievais entre os adeptos de uma e de outra religião. Mas mesmo assim não se devem esquecer algumas figuras, como Francisco de Assis e Raimundo Lúo que estabeleceram relações estreitas com os muçulmanos.

Com a Renascença o islamismo começou a ser considerado como uma religião tipo natural⁽¹⁸⁾.

Nos sécs. XVII e XVIII desenvolveram-se extraordinariamente os estudos islamológicos na Europa. Discutia-se se o Alcorão era ou não da autoria de Maomé, concluindo-se que no fundo não era dele mas só apenas a forma. Ao contrário, os muçulmanos continuavam a pugnar pela autoria total de Maomé. Nos nossos dias ficou célebre a tese de Louis Massignon († 1962), segundo o qual o Alcorão nada contém que vá contra o cristianismo. Por outro lado, defendeu a tese da inspiração real do Alcorão.

Não é possível através da crítica externa estabelecer a verdadeira origem do Alcorão. Só a crítica interna pode ser utilizada. O Alcorão depende fortemente do judaísmo. Isso parece não oferecer dúvidas. Mas não se pode falar de dependência textual propriamente dita. O monoteísmo, a alusão a determinadas figuras bíblicas — eis alguns exemplos dessa dependência. Mas no Alcorão Deus é apresentado de forma diferente do que sucede na Bíblia. A transcendência divina é considerada de forma mais realista, minimiza-se o homem em relação ao Criador e a maneira humana da existência e da acção de Deus não aparece no Alcorão.

Quanto à escatologia, também há diferenças significativas, por exemplo no que toca às batalhas ou lutas cósmicas. Mas no fundo é evidente que os relatos corânicos pressupõem uma base bíblica ou rabínica.

Quanto à moral, nota-se que o decálogo é o fundamento do Alcorão. Os preceitos vétero-testamentários aparecem a cada passo no livro sagrado dos muçulmanos.

Certas palavras, certas expressões recordam igualmente a terminologia bíblica ou rabínica. Assim, o temor de Deus, a face de Deus, etc. Termos como *sala* (oração), *zaka* (dízimo ritual), *Alcorão* têm uma origem síriaca.

(18) De notar, contudo, que autores, como Lefèvre d'Étaples, manifestaram uma atitude hostil face ao Islão (cf. GUY BEDOUELLE, *Le «Quincuplex Psalterium» de Lefèvre d'Étaple. — Un guide de lecture*, Genebra, 1979, pp. 195-200).

Já depois da palestra apresentada no Instituto de Defesa Nacional, tivemos conhecimento de que se ia realizar no Centro de Linguística da Universidade Clássica de Lisboa no mês de Maio um seminário dirigido pelo insigne arabista da Universidade de Évora, Prof. Ade Sidarus, sobre «Na pegada das origens catalãs do Livro da Corte Imperial». Os temas de fundo relacionados com o assunto eram os seguintes: Polémica e apologia medievo-cristã contra judeus e muçulmanos; Os estudos árabes e islâmicos na Idade Média peninsular; Raimundo Lulo: obras apoloéticas e originalidade literária; O teatro medieval peninsular; O género literário da *altercatio* na polémica filosófico-religiosa; As missões peninsulares nos sécs. XII e XIV; A Catalunha dos sécs. XIII e XIV: cultura orientalística e expansão mediterrâneo-oriental; Jaime II: política e casamentos políticos; e Relações luso-catalãs na idade Média

Mas há diferenças grandes entre a tradição bíblica e a tradição corânica. Por exemplo, no que respeita ao sentido do pecado e ao tema do amor divino. Nunca o Alcorão fala de amor humano como ponto de comparação quando se trata de Deus, nem da noção de Pai.

Numa palavra, estas diferenças conduziram à ruptura entre o judaísmo e o Islão primitivo em Medina quando se verificou a mudança de orientação da oração ou *qibla*.

Verifica-se que no Alcorão há alusões a toda uma série de noções que apareceram na Bíblia, em épocas muito variadas, ou seja, não traduzem uma fase única da história bíblica. Só com um trabalho metuculoso é possível situar exactamente no tempo a sua formação.

Quanto ao Novo Testamento, os muçulmanos dizem que o Islão é o verdadeiro herdeiro do cristianismo, mantendo-se fiel ao espírito de Jesus. A mesma atitude se encontra entre os autores racionalistas que só aceitam a pessoa de Jesus como simples homem.

É difícil elaborar um estudo deste género, pois os textos corânicos são resumidos, omissos. Por exemplo, na sura 43, 61 diz-se: «Ele é o sinal da hora.» Esta passagem é de difícil interpretação.

Entre os textos corânicos que falam de Jesus, podemos distinguir entre os de Meca e os Medina, sendo estes mais numerosos e mais densos. Em todos eles se fazem referências muito elogiosas à pessoa de Jesus. Mas nega-se sempre a sua divindade, a sua crucifixão. Jesus é um simples enviado de Deus (*rasûl*). Além disso, predisse a vinda de Maomé (61,6). Não há lugar no Alcorão para o mistério da SS. Trindade, nem para a salvação pela cruz. A unidade de Deus, ou melhor a sua unicidade, é constantemente afirmada no Alcorão. Cristo não é Salvador e único Salvador. Aqui reside a diferença maior entre o cristianismo e o Islão. Escreve Jomier a propósito dos textos corânicos que abordam a questão de Cristo e do cristianismo: «En face des textes coraniques sur le Christ et le christianisme, la critique musulmane reste toujours très traditionnelle. A vrai dire, comment ne le serait-elle pas? Le Coran est considéré comme l'ultime révélation, Mahomet comme le sceau des prophètes, c'est-à-dire comme le dernier de la lignée après lequel il n'y aura plus que le jugement dernier (Coran 33, 40).

Accorder davantage à Jésus serait mettre en question toute l'interprétation traditionnelle de la foi.» (18)

TEXTOS SOBRE JESUS CRISTO

Fase de Meca

- 19, 1-15 — Anunciação e nascimento de João Baptista.
- 16, 36 — Anunciação a Maria.
- 43, 57-65 — Negação da divindade de Jesus.
- 21, 91 — Virgindade de Maria.

Fase de Medina

- 2, 81 — Deus deu sinais a Jesus.
- 2, 254 — Idem.
- 3, 31-48 — Infância de Maria — história de Zacarias.
- 3, 37-56 — Os anjos anunciam a Maria um Verbo. Vid. v. 40.
- 4, 156 — Morte de Jesus sem crucifixo.
- 4, 169 — Texto importante sobre Jesus. É o enviado (*rasûl*).
- 5, 19 — Carácter mortal de Jesus.
- 5, 76-81 — O Messias é apenas um enviado (*rasûl*).
- 5, 109-120 — Passo importante sob vários aspectos.
- 61, 6 — Jesus anuncia de vinda de Maomé.
- 9, 30-31 — Condenam-se os cristãos que dizem que o Messias é Filho de Deus.
- 33, 40 — Maomé é o selo dos profetas.

Numa próxima ocasião pensamos desenvolver os referidos textos para mostrar a aproximação existente entre o islamismo e o cristianismo e as diferenças que separam as duas religiões.

(18) J. JOMIER, op. cit., pp. 212-213. Sobre o judaísmo no Alcorão, vid. GEIGER, *Was hat Mohammed aus dem Judentum aufgenommen?*, Bona, 1835; SIDERSKY, *Les origines des légendes musulmanes dans le Coran*, Paris 1933; J. JOMIER, *Bible et Coran*, Paris 1959; SPEYER, *Die biblischen Erzählungen im Qoran*, Hildesheim, 1961.

Alguma bibliografia sobre Cristo e Maria em relação com o Islão: M. HAYEK, *Le Christ de l'Islam*, Paris, 1959; J. HENNINGER, *Spuren christlichen Glaubenswahrheiten im Koran*, Schöneck-Beckenried, 1951; J.-M. ABD EL-JALIL; *Marie et l'Islam*, Paris, s/d; ANAWATTI, *Islam and the Immaculate Conception*, in «The Dogma of the Immaculate Conception», University Press of Notre Dame Press, 1958. No trabalho que temos em preparação sobre o islamismo tencionamos desenvolver o aspecto relativo às afinidades entre as três religiões monoteístas.

O PONTO DE VISTA DE UM ESPECIALISTA MUÇULMANO

Numa publicação aparecida na obra *Les Grandes religions face au monde d'aujourd'hui — Recherches et débats* 37 (Fayard, Paris, 1961), Mahmoud Hussein, grande especialista da doutrina muçulmana, defende, como os reformadores a que fizemos referência atrás, a importância do Islão na sociedade moderna. Depois de dissertar acerca do papel notável que esta religião teve na história do mundo, trata das alterações profundas que a época contemporânea trouxe em todos os domínios incluindo o religioso. As crenças religiosas e nomeadamente a fé em Deus não foram poupadas. Este processo teve o seu início com o Humanismo, filho da Renascença, e continuou com o racionalismo e as ciências modernas, até chegar ao materialismo histórico. As próprias doutrinas do nacionalismo desempenharam neste problema um papel fundamental. Procurava-se substituir a religião pela ciência, negando-se o valor da transcendência e sobrepondo-se às crenças religiosas as leis da física e da matéria. O materialismo tudo tenta explicar pelas forças económicas. A religião é o ópio do povo e não há mais lugar para um Ser absoluto e transcendente. À natureza humana deu-se uma representação científica sem qualquer conotação espiritual.

O islamismo foi afectado por tudo isto. Depois de um período maravilhoso nos domínios da filosofia, da ciência, da arte, da literatura e da fundação de uma sociedade de modelo único, seguiu-se com a tomada de Bagdad um período de declínio. Isso sucedeu em 1258 quando os mongólios ocuparam Bagdad. Veio depois a subjugação dos países árabes pela Europa e a dominação do Ocidente. A pressão do Ocidente foi fortíssima em todas as áreas, desde a religiosa à da cultura e da espiritualidade. Depois foi o nacionalismo e a introdução de costumes e leis ocidentais.

Mas os muçulmanos souberam reagir. E logo procuraram estabelecer o equilíbrio entre as esferas espiritual e material. A afirmação de Deus único e senhor do universo liga-se a concepção do homem como criatura que deve dominar a natureza. Há uma ligação entre Deus, o homem e a natureza. Estas palavras de Iqbal são bastante elucidativas: o papel do homem é o de assumir as aspirações mais profundas do universo que o rodeia, é determinar o seu próprio destino e o do mundo, quer adaptando-se ele mesmo às forças naturais quer colocando toda a sua energia em ordem a modelá-las para os seus próprios fins, para os seus objectivos.

Sendo assim, não há razão para apoiar a crítica humanística nem para defender a oposição da ciência e da religião. O Islão dá grande importância à ciência e ao estudo. No Alcorão há passagens que o manifestam claramente. Na sura 96, 5 lê-se: «Ele ensinou ao homem o que o homem não sabia.» E na sura 2, 159: «Na criação dos céus e da terra, na alternativa da noite e do dia, no navio a correr pelo mar, com o que é útil aos homens, e na água que Deus faz descer do céu e que dá vida à terra, depois de parecer morta, e por onde Ele dispersou todas as espécies de animais, na mudança dos ventos e das nuvens encarregadas de prestar serviços entre o céu e a terra, em tudo isto há, evidentemente, prodígios para quem os compreende.»

Embora o Islão apele para a necessidade de acreditar em certas verdades transcendentais, sendo Allah o fim supremo, nada nele se opõe à razão e à ciência. O Alcorão alude frequentemente à razão: «Não vás atrás do que ignoras» (17,38).

A tradição igualmente insiste na importância do estudo e da ciência.

Draper no seu livro *The Intellectual Development of Europe* e Georges Savton em *An Introduction of the History of Science* focam igualmente estes aspectos. O último, tratando do séc. X, diz que o desenvolvimento essencial da humanidade foi realizado pelos muçulmanos, referindo os grandes nomes da cultura árabe, como o filósofo Al-Farabi, o matemático Abu Kamil e Ibrahim Ibn Sinan, o geógrafo e enciclopedista Al Masudi e o historiador Al-Tabari.

Por seu turno, Briffault em *Making of Humanity* escreve que nem Roger Bacon nem, mais tarde, o seu homónimo têm direito de se atribuir o mérito de ter introduzido o método experimental. Roger Bacon não foi na Europa cristã senão um dos discípulos da ciência e do método científico do Islão; e ele não cessou de afirmar que o conhecimento da ciência árabe era para os seus contemporâneos o único caminho do verdadeiro conhecimento. As discussões para saber quem foi o criador do método experimental fazem parte de uma imensa empresa de mistificação acerca das origens da civilização europeia. O método experimental dos árabes era, na época de Bacon, difundido em toda a Europa e ardentemente estudado e aplicado. O que a nossa ciência deve à dos árabes não são descobertas sensacionais ou teorias revolucionárias; ela deve muito mais à cultura árabe: ela deve-lhe a sua própria existência.

A religião não é de forma alguma o ópio do povo. Não se pode falar de evasão, de fuga às realidades materiais. Nem se pode dizer que o Islão defenda uma separação entre a vida pública e a vida privada. O mesmo se pode aplicar à questão da laicização e ao problema da separação entre religião e Estado.

Muhammad Hussein põe em destaque o enorme contributo dado pelo Islão para a unidade do género humano pelo facto de condenar as diferenças de raça, cor ou país, e defender a fraternidade entre todos os homens. A única diferença que estabelece é entre aqueles que praticam o bem e aqueles que praticam o mal.

O Islão reconhece, além disso, o carácter profético não só de Maomé como de outros profetas. Lê-se na sura 2, 130: «Dizei: "Cremos em Deus, no que nos foi revelado e no que foi revelado a Abraão, Ismael, Isaac, Jacob e às doze tribos, no que foi dado a Moisés e a Jesus, no que foi dado aos profetas pelo seu Senhor. Não fazemos diferenças entre eles. Entre-gamo-nos a Deus".» Pois o essencial encontra-se nas suas mensagens.

Embora o proselitismo seja um ponto importante no Islão, o que é certo é que não se devem fazer conversões empregando a violência. Lê-se na sura 10, 99: «Se Deus quisesse, todos os que estão sobre a terra creriam. Queres obrigá-los a tornarem-se crentes?». E em 16, 125: «Chama os homens para o caminho do teu Senhor, por meio de sabedoria e das boas exortações. Discute com eles de maneira honesta, porque o Senhor conhece muito bem os que se afastam do seu caminho e os que o seguem.» E em 109, 6: «Vós tendes a vossa religião e eu tenho a minha religião» (falando aos incrédulos). É o mesmo o Deus do Islão e do cristianismo e do judaísmo.

É certo que em muitos aspectos é necessário levar a cabo um trabalho de adaptação aos novos condicionalismos. Mas o Islão será capaz de o fazer. Diz Muhammad Hussein: «Les principes fondamentaux de l'Islam ont été d'un grand soutien pour les Musulmans. Mais, ces principes mis à part, il y a beaucoup d'éléments dans les constructions juridiques, politiques, économiques et sociales du monde musulman, qui demandent à être revus et réformés. Personne, à notre époque, n'a plaidé plus énergiquement cette cause, que le poète philosophe de l'Islam, Mohammed Iqbal. Ces réformes peuvent amener Musulmans à mieux s'adapter aux conditions modernes. Des esprits critiques ont reconnu non seulement «la merveilleuse vitalité» de l'Islam, mais aussi son extraordinaire faculté d'assimilation. Que les

Musulmans assimilent ce qu'il y a de meilleur en Occident: «Prenez ce qui est bon, rejetez ce qui est mauvais», c'est un excellent précepte. Grâce à cette assimilation, et sans porter atteinte aux principes fondamentaux de l'Islam continuera à jouer dans la vie des hommes, le grand rôle qu'il a joué dans le passé.»⁽²⁰⁾

O ISLÃO EM ÁFRICA

Tem sido notável a expansão do Islão em África. E. Duperray, na revista *Ad Lucem*, n.º 77 (Junho-Julho de 1961), elaborou um interessante estudo sobre a religião muçulmana em África. Hoje já não se pode dizer que ela se confina ao Saará. No continente negro há uma média de nove convertidos ao Islão por um ao cristianismo. A expansão muçulmana estende-se até à África do Sul. Na Cidade do Cabo há 23 mesquitas. As estatísticas não fornecem com exactidão o verdadeiro número de muçulmanos que há em África. É difícil fazer uma estimativa rigorosa.

Ao penetrar em África o Islão sofreu transformações profundas, pelo que não se pode dizer que ele é o mesmo no Norte do continente como no Sul. Por exemplo, o animismo influenciou-o imenso.

A aceleração da penetração do islamismo em territórios africanos pode explicar-se por quatro factores: 1 — A Europa exerceu uma enorme influência no século passado em África, o que teve como consequência uma mudança radical da situação política, social e religiosa. Incrementaram-se os meios de comunicação, desenvolveram-se as cidades, desapareceram muitos costumes e práticas locais; 2 — O Islão quando se encontra em minoria mantém uma atitude rígida, não se assimila facilmente e não hesita em empregar os meios que julga mais convenientes para se impor; 3 — A ressurreição dos Estados muçulmanos no Norte de África, principalmente depois do declínio e da queda do império turco; 4 — Há um conjunto de circunstâncias que favorecem imenso a introdução da religião islâmica. O Islão possui possibilidades de adaptação que outras religiões não têm. O seu credo é simples; os deveres que impõe são fáceis de cumprir. As práticas animistas não constituem obstáculo à moral islâmica. O exemplo da poligamia é flagrante. A hierarquia familiar está de acordo com os costumes africanos

⁽²⁰⁾ Sobre esta questão e a anterior, vid. a obra de Y. MOUBARAC, *L'Islam*, pp. 127-153

Depois, o regime tribal também se adapta facilmente. O sistema feudal, o ritmo da vida quotidiana, o modo de implantar a religião, o sentido de comunidade, os trajos, etc. E não se fala de colonização e exploração. E a ajuda dada pelos países setentrionais à independência de alguns Estados africanos. O Islão está assim associado aos ideais e aos objectivos que são caros a quase todos os africanos. É certo que isto varia de região para região.

O reverso da medalha pode ser que o Islão pode pretender impor-se em África. O que não se pode dizer é que o Islão seja um estádio intermédio entre o animismo e o cristianismo. Nunca aconteceu que um povo em massa se tivesse convertido a outra religião.

TENDÊNCIAS ACTUAIS DO ISLÃO SEGUNDO MOUBARAC

Há três segundo este autor: uma conservadora ou puritana, outra moderada ou laicizante e, finalmente, uma terceira de índole reformadora⁽²¹⁾.

A primeira é característica da Arábia e em países em que se alia a certas formas de nacionalismo.

A segunda é representada pelo islamismo turco, uma parte do indiano e por uma série de populações muçulmanas de outros países, principalmente do Próximo Oriente que propende para uma maneira de adaptação à civilização ocidental. Refira-se aqui a figura do egípcio Taha Hussein.

A terceira é aquela que procura adaptar-se ao mundo moderno, mas mantendo uma fidelidade estrita às origens. E aqui encontramos homens de grande envergadura, como Jamal al-Dín Afghâni († 1897), pioneiro revolucionário, homem de acção poderoso; o cheik Muhammad 'Abdu († 1905); e o polemista e lutador, Rachîd Ridâ († 1935). Todos eles tentaram abandonar pura e simplesmente os desenvolvimentos adventícios do Islão posterior, como as superstições populares e uma simplificação das tradições proféticas, o abandono de sistematizações teológicas, ou jurídicas, enfim tudo aquilo que prejudicava a pureza primitiva do Islão. Aplicaram o livre exame, como os reformadores protestantes, um exercício da razão que explicita os dados primitivos da revelação segundo as exigências da actualidade.

É uma espécie de mutazilismo. Não pode haver contradição entre a razão e a fé. Há que fazer uma rigorosa exegese dos textos corânicos.

(21) Op. cit., pp. 141-147.

O ISLÃO E O MARXISMO

Vejamos algo sobre o que se passa nos domínios político e social. Como é que o Islão enfrenta certas questões que se levantam nestes campos⁽²²⁾?

Trata-se de países subdesenvolvidos de uma maneira geral. Por exemplo, como se situa o Islão em relação ao marxismo? Este assunto tem sido estudado por especialistas, como A. Benningsen e H. Carrère. Escreve o primeiro: «A atracção incontestável que exerce o bloco soviético sobre o Dar-ul-Islam e particularmente sobre o Médio Oriente é um dos factos mais graves da época actual. As razões são múltiplas, mas os observadores — mesmo os mais atentos — reduzem-nos em geral quer ao nacionalismo nascido duma hostilidade violenta ao Ocidente quer ao desejo de obter uma ajuda económica ou militar da Rússia. Na realidade, existem motivos mais profundos. A média ou pequena burguesia, classe que aumenta no Médio Oriente, volta-se para o comunismo porque ela vê nele uma maneira de conseguir um dia a sua hegemonia; o quadro burocrático e o ideal de planificação do mundo soviético parecem-lhe como garantias de estabilidade e meios de resolver os problemas económicos quase intrigantes do seu país. A jovem inteligência muçulmana é tentada pela aparência modernista da ciência e do pensamento marxistas; não é senão uma reacção, certamente, contra os quadros medievais que paralisam ainda o pensamento islâmico, mas ela é tanto mais perigosa quanto é certo que os seus promotores já procuraram — sem sucesso —, no pensamento liberal e democrático do Ocidente, o meio de ascender a uma cultura nacional moderna. O marxismo parece-lhes desde agora a única via possível. A propaganda soviética encorajou fortemente esta tentação do comunismo esforçando-se por estabelecer que a religião islâmica pode perfeitamente desenvolver-se num regime comunista respeitoso de todas as crenças; que o triunfo do socialismo e mais ainda do comunismo é o mais seguro garante das culturas nacionais; que a planificação pode só resolver as dificuldades económicas dos países subdesenvolvidos.»⁽²³⁾

Vejamos em síntese a opinião de Y. Moubarac. Diz que antes de mais se confirmam tais considerações pelo facto de os partidos comunistas no Irão (Tudeh), na Síria e no Líbano terem conhecido uma ascendência notável,

⁽²²⁾ Ibid.

⁽²³⁾ A. BENNINGSEN, *Islam et communisme peuvent-ils coexister?*, in «Confluent», Rabat, número de Março de 1957; e o art. de H. CARRÈRE D'ENCAUSSE, número de Fevereiro de 1957, sobre a implantação soviética no Próximo Oriente.

ao passo que as potências ocidentais contam apenas com elementos conservadores, principalmente feudais, que só conseguem sobreviver nesses países graças a elas próprias. Organizações políticas como a Liga Árabe ou o Pacto de Bagdad não fazem senão o jogo dos elementos referidos. E assim tudo se volta contra aquelas potências.

Moubarac diz que de um dia para o outro os estados muçulmanos podem tornar-se marxistas. O que não quer dizer que seja fácil uma perda da islamização. Mas afirma que o islamismo resistiria menos a uma ofensiva desse género do que o cristianismo, uma vez que não distingue entre a esfera temporal e espiritual. O domínio corre o risco de acontecer mais facilmente com a materialização tecnicista de uma sociedade muçulmana comunizada. Para isso, há o testemunho da russificação dos povos muçulmanos da URSS. E interroga-se sobre o futuro das juventudes do Médio Oriente tocadas pelo marxismo, o mesmo perguntando acerca da China.

Mas escreve mais adiante: «On voit dans de telles perspectives l'importance relative de drames comme celui de l'Algérie ou de problèmes comme celui de la Guinée. Cette importance est relative non au sens qu'elle manque d'intérêt, mais en ce sens qu'elle ne saurait être estimée dans le cadre restreint d'un pays, ni même de toute une région. Il importe absolument de situer drames et problèmes dans l'ensemble de l'évolution du monde musulman et du monde tout court, pour adopter à leur égard une ligne raisonnable. Si les puissances intéressées ne sont pas capables d'ébaucher une politique vraiment planétaire et d'entrer dans une ère toute nouvelle de coopération avec les pays considérés comme sous-développés, toutes les solutions que l'on trouvera seront culbutées par la poussée nationaliste de ces pays. Si l'on ne donne pas à tout un monde non seulement de quoi manger à sa faim, mais encore de satisfaire un certain nombre d'aspirations communautaires, c'est sa sécession que l'on doit obtenir plus au moins tard au lieu de son intégration.» (24)

Moubarac é de opinião que se torna imperioso satisfazer as aspirações em questão mesmo se os grupos humanos que as manifestam não se encontram em estado de assimilar imediatamente e plenamente exigências que o seu exercício implica no plano da técnica e da cultura. É necessário, diz, considerar como adquirido o que está ainda em via de realização.

(24) Y. MOUBARAC, op. cit., pp. 150-151.

Efectivamente a modernização dos países islâmicos está avançada em muitos pontos. Não só na Turquia. O regime parlamentar está implantado em todos os países muçulmanos, exceptuando o Afeganistão e o Iémen, e a ideia do califato está praticamente abandonada.

Salvo na Arábia, uma laicização do direito inspirado em Estados europeus está em via de realização, estando salvaguardado o estatuto pessoal das diversas comunidades religiosas.

Por vezes, ainda aflora a ideia de teocracia, mas no Líbano coexistem cristãos e muçulmanos.

E Moubarac conclui dizendo que se torna necessário dar a devida importância aos movimentos de juventude e ao movimento feminista, dando à mulher a sua emancipação total. Na Tunísia está abolida a poligamia. O sindicalismo também merece ocupar o devido lugar.

Mas não faltam autores que defendem peremptoriamente a contradição radical entre o Islão e uma ideologia ateia como é a marxista. E falam até do perigo que poderá vir a constituir uma maioria muçulmana dentro dum Estado orientado pelo materialismo histórico e dialéctico, como é o caso da URSS. Hoje calcula-se que o número de muçulmanos existentes nesse país é de um quinto da população total e que no fim deste século esse número passará para um terço. De tal forma que no séc. XXI poderá vir a sobrepor-se a toda a população o núcleo constituído pelos muçulmanos⁽²⁵⁾.

Especialistas destas matérias olham com uma certa curiosidade o futuro do mundo árabo-islâmico dadas as circunstâncias peculiares que o caracterizam e a situação em que se encontra.

Mas o que parece não oferecer dúvidas é que há, quer se queira quer não, que respeitar a identidade própria dos povos árabes e dos muçulmanos, os seus valores específicos e a sua mentalidade autêntica.

E à luz da história, especialmente da mais recente, vemos que serão esses povos (e só eles) a escolher o seu destino, o seu futuro, num clima de liberdade total e sem qualquer espécie de tutelas, paternalismos ou imposições, venham donde vierem.

Fracassadas completamente as hipóteses colonizadoras e de dominação de qualquer índole, conclui-se hoje que importa considerar os países árabes

(25) Não abordamos neste momento o que se tem passado no Irão nos últimos tempos, onde a ideia de reforma total no Islão numa perspectiva de retorno às fontes está a marcar o processo em curso, rejeitando-se em absoluto qualquer orientação de tipo materialista.

e islâmicos com objectividade e realismo, A partir de todos os tipos de intercâmbio só devemos esperar o enriquecimento mútuo das partes em causa, a realização plena dos povos e das pessoas em concreto.

Países considerados como fazendo parte do Terceiro Mundo, com características muito particulares, eles anseiam pela paz, pela justiça e pelo progresso mas nunca a troco da sua liberdade e da sua autonomia.

Hão-de ser essas nações e esses povos a decidir conscientemente, livremente, o seu destino. Que nunca o progresso, os interesses materiais ou as ideologias sirvam para esmagar ou desvirtuar os seus legítimos interesses e as suas justas aspirações humanas, dignas de todo o respeito e apoio. E a religião é um factor importantíssimo impossível de eliminar por ideologias ateias. O monoteísmo islâmico é um valor de muito peso que resistirá a todos os contratempos.

O ISLAMISMO NO MUNDO

Os números que a seguir se indicam não são oficiais. Trata-se de estimativas que, contudo, não devem andar muito longe da realidade. São dados em milhões (arredondados).

AFRICA

Marrocos	18
Argélia	18
Tunísia	6
Líbia	2,5
Egipto	38
África Negra	100
	<hr/>
	182,5

ASIA

Jordânia	2,5
Síria	7,5
Iraque	11,5
Líbano	2
Arábia Saudita	9,5
Iémen do Norte	7

Iémen do Sul	2
Emiratos	0,5
Koweit	1
Omã	1
Catar	0,2
Bahrein	0,3
Irão	35
Afeganistão	17,5
Paquistão	75
Índia	63
China	20
Indonésia	130
Malásia, Filipinas, etc.	12
URSS	50
Israel	0,5
	<hr/>
	448,5

EUROPA, AMÉRICA E OCEANIA

Turquia	42
Outros	0,5
	<hr/>
	42,5

Calcula-se em cerca de 700 milhões o número de muçulmanos existentes em todo o mundo.

PAISES ÁRABES E ISLAMIZADOS ⁽²⁶⁾

MARROCOS

458 730 km² — 18 830 hab. — Rabat (262 000), Casablanca (300 000), Marraquexe (270 000), Fez (320 000), Meknés (245 000), Tânger (190 000), Udja (156 000), Tetuão (140 000).

⁽²⁶⁾ Sobre cada país indicamos por ordem a superfície, a população, as cidades principais (em primeiro lugar a capital), a religião praticada, a situação educacional e o regime político vigente. Todos estes elementos são apresentados de forma sintética devendo ser completados para uma visão exacta.

Religião — Maioria muçulmana.

Educação — Alfabetismo (1971): 21,4%.

Política — Monarquia.

ARGÉLIA

2 381 741 km² — 17 910 000 hab. — Argel (1 200 000), Constantina (280 000), Orão (325 000), Annaba (180 000), etc.

Religião — Mais de 99% muçulmana sunita.

Educação — Alfabetismo (1971): 32,7%.

Política — Estado socialista de partido único.

TUNISIA

163 610 km² — 6 070 000 hab. — Tunes (808 000).

Religião — Muçulmana.

Educação — Alfabetismo (1966): 24,4%.

Política — O poder é exercido por um presidente vitalício.

LIBIA

1 759 540 km² — 2 512 000 hab. — Tripoli (551 477), Bengazi (140 000), Misurata (103 302), etc.

Religião — Muçulmana sunita.

Educação — Alfabetismo: 2 Universidades.

Política — Conselho Revolucionário Militar como poder executivo.

EGIPTO

1 001 499 km² — 38 740 000 hab. — Cairo (7 500 000), Alexandria (2 320 000), Giza (853 700), Suez (368 000), Port Said (342 000).

Religião — Muçulmana 93%.

Educação — 20,9% alfabetismo: uma Universidade.

Política — República.

LÍBANO

10 400 000 km² — 3 060 000 hab. — Beirute (938 940), Tripoli (145 000), Sidon (60 000).

Religião — 57% muçulmanos (sunitas e chiitas).

Educação — 80% de alfabetismo: 5 Universidades.

Política — República.

SÍRIA

185 180 km² — 7 840 000 hab. — Damasco (836 668), Aleppo (639 428), Homs (215 423), etc.

Religião — 88% muçulmana (sunita na grande maioria).

Educação — 3 Universidades.

Política — Democracia Popular Socialista.

JORDÂNIA

97 738 km² — 2 779 000 hab. — Aman (750 000).

Religião — 80% sunitas.

Educação — 2 Universidades.

Política — Monarquia.

IRAQUE

434 924 km² — 11 910 hab. — Bagdad (2 800 000), Mossul (892 000), Basora (854 000), Kirkuk (478 000).

Religião — 95% muçulmanos — 2/3 chiitas e o restante zunita.

Educação — 6 Universidades.

Política — Conselho de Comando da Revolução, a mais alta autoridade do país. O BAAS é o partido socialista do renascimento árabe, cujos ramos sírio e iraquiano ocupam actualmente o poder em Bagdad e em Damasco.

IRÃO

1 648 000 km² — 34 270 000 hab. — Teerão (4 496 159), Isfahan (671 825), Tabriz (598 576), Shiraz (416 408), Abadan (296 081).

Religião — Chiitas — Os Baha'i com ca. de 62 200 adeptos.

Educação — 207 Universidades e centros de ensino superior.

Política — República Islâmica.

AFEGANISTÃO

647 497 km² — 17 450 000 hab. — Cabul (749 000).

Religião — 99% muçulmanos.

Educação — 2 Universidades e 12 centros de ensino superior.

Política — Comité Central do Partido Democrático do Povo como autoridade suprema.

PAQUISTÃO

803 940 km² — 75 280 000 hab. — Islamabad (77 318), Carachi (3 498 634),
Lahore (2 165 372).

Religião — 97,1% muçulmanos.

Educação — 15% alfabetismo: 15 Universidades.

Política — Regime Parlamentar Federal.

INDIA

3 287 590 km² — 625 820 000 hab. — Nova Deli (301 801), Deli (3 287 883),
Calcutá (3 148 746), Bombaim (5 970 575).

Religião — 82% hindus; 11% muçulmanos.

Educação — 120 Universidades, 212 escolas de Medicina, 1572 escolas nor-
mais, 3000 centros de ensino superior.

Política — República Federal Soberana.

ARABIA SAUDITA

2 149 690 km² — 9 520 000 hab. — Riade (667 000), Meca (367 000), Hufuf
(150 000), Medina (198 000).

Religião — Islamismo sunita.

Educação — 6 Universidades.

Política — Monarquia.

REPÚBLICA ARABE DO IEMEN (Iémen do Norte)

200 000 km² — 7 080 000 hab. — Sana (447 898).

Religião — Islamismo sunita e chiita.

Educação — 1 Universidade.

Política — Soberania popular e a lei islâmica como base do Estado iemenita.
Conselho de Comando.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA POPULAR DO IEMEN (Iémen do Sul)

287 683 km² — 1 800 000 hab. — As Shaab (30 000), Adem (285 373).

Religião — Islamismo sunita.

Política — Conselho Supremo do Povo.

EMIRATOS ÁRABES UNIDOS

83 600 km² — 240 000 hab. — Abu Dhabi (150 000).

Religião — Islamismo sunita.

Educação — 20,9% alfabetismo: 1 Universidade.

Política — Conselho Supremo e Conselho Nacional da União. Os emiratos são: Abu Dhabi, Dubai, Sharjan, Umm al Kaiwah e Ras al Kaimah.

CATAR

10 360 km² — 190 000 hab. — Doha (Al Dawhah) (140 000), Dukhan, Umm Said, Al Jamaliyah.

Religião — Ramo wahabita do Islão.

Política — Emir chefe do governo.

Educação — Ca. de 800 jovens fazem os estudos universitários no estrangeiro.

Economia — 22 520 milhões de petróleo.

OMÃ

212 457 km² — 820 000 hab. — Mascate (50 000), Matrah (14 000), sur (12 000).

Religião — Seita ibadi do Islão e 25% de sunitas.

Política — Sultanato.

Educação — O ex-sultão opusera-se tenazmente a qualquer inovação.

Economia — Petróleo: 15 740 milhões de toneladas.

KOWEIT

17 818 km² — 1 130 000 hab. — Al-Koweit (295 270), Mina al-Ahmadi (100 000).

Religião — Sunitas e chiitas.

Política — Emirato, monarca da linhagem al-Sabah.

Educação — 66,9% de alfabetos.

Economia — 101 674 milhões de toneladas de petróleo.

BAHREIN

598 km² — 270 000 hab. — Manama (90 000), Muharraç (38 000), Rifa'a (9500), Isa (em construção).

Religião — Sunitas e chiitas.

Política — Monarquia desde 1971.

Economia — Petróleo.

INDONÉSIA

1 919 270 km² — 143 280 000 hab. — Jacarta (4 564 000).

Religião — Mais de 90% muçulmanos.

Educação — 28 Universidades.

Política — República.

TURQUIA

779 452 km² — 42 130 000 hab. — Ancara (1 701 004), Istambul (2 547 364), Esmira (636 834), Adana (475 384), Bursa (346 103), Gaziantep (300 882).

Religião — 98% sunitas. Judeus (0,1%) quase todos sefarditas, descendentes dos judeus expulsos de Espanha no séc. XV.

Educação — Alfabetismo (1974): 51,4%. 18 Universidades.

Política — República.

RIQUEZA PETROLIFERA DO MUNDO ARABE

Os países árabes, pelo menos alguns, tornaram-se objecto de uma atenção muito particular nos últimos tempos devido à sua enorme riqueza petrolífera. Pertencem ao chamado Terceiro Mundo, expressão que foi utilizada pela primeira vez em 1956 por A. Sauvy no seu trabalho *Le Tiers Monde: Sous-développement et développement*. As causas do atraso em que se encontram em muitos domínios podem sintetizar-se em quatro: o excepcional crescimento demográfico, factores económicos peculiares, condicionalismos sociais especiais e situações políticas peculiares.

Calcula-se que nos países industrializados a população no ano 2000 será de 1000 milhões de habitantes nas cidades e de 300 milhões nas zonas rurais, ao passo que nos países do Terceiro Mundo rondará os 2000 milhões e 2750 milhões, respectivamente. Normalmente as sociedades que compõem o Terceiro Mundo não possuem uma classe média definida e numerosa, situando-se entre os extremos da riqueza e da miséria. A independência de muitos desses países foi obtida só após o termo da II Guerra Mundial. Não existem regimes democráticos quase sempre, sendo geralmente Estados de partido único. Os índices de analfabetismo são bastante elevados. Todos estes factores estão intimamente entrelaçados entre si, como facilmente se compreende.

A ordem de produção de petróleo mundial era há pouco a seguinte, segundo estimativas não oficiais (em milhões de toneladas):

URSS	565 303
EUA	427 076
Arábia Saudita	390 056
Irão	284 659
Iraque	123 613
Venezuela	111 354
Koweit	101 674
Líbia	93 749
Emiratos	89 874
Indonésia	81 483
Canadá	61 869
México	57 332
Inglaterra	50 275
Argélia	49 820
Egipto	24 003
Argentina	23 147
Catar	22 520
Austrália	21 305
Noruega	17 346
Omã	15 740
Roménia	14 652

A organização OPEP, criada em 1960, apresentava em 1974 o seguinte quadro relativo às exportações de ramos:

Arábia Saudita	27,7
Irão	19,3
Koweit	8,8
Iraque	6,9
Líbia	6,6
Emiratos	5,8
Argélia	4,3
Catar	1,8
	<hr/>
	80,4

Pertencem ainda à OPEP a Venezuela, o Equador e o Gabão. A Síria, o México, o Omã, o Egípto e a Tunísia não pertencem àquela organização. 70% do petróleo comercial pertencem aos países que fazem parte da OPEP. Calcula-se em 29,1 milhões de barris de petróleo produzidos por dia por esses países (cerca de 63%). Os países ocidentais produzem 17,1 e a URSS, a China e outros países de Leste 13,8.

Em 1978 a URSS produziu 11,4 milhões de barris por dia; os EUA 8,66; a Arábia Saudita 7,8; o Irão 5,3; e o Koweit 1,9.

Quanto ao petróleo bruto (reservas), eis alguns números (em milhões de barris):

Arábia Saudita	166 000
URSS	71 000
Koweit	66 000
Emiratos	32 000
EUA	29 000

Manuel Rodrigues
Professor

BIBLIOGRAFIA

Obras de Carácter Geral

- H. LAMMENS, S. J. — *L'Islam, croyances et institutions*, Beirute, Imprimerie Catholique, 1926 (depois reeditada).
- H. MASSÉ — *L'Islam*, Paris, A. Colin, 1930 (depois reeditada).
- D. SOURDEL — *L'Islam*, Paris, P. U. F., col. «Oue sais-je», 1949 (depois reeditada).
- L. GARDET — *Connaitre l'Islam*, Paris, Fayard, 1958 (depois reeditada).
- ID. — *La Cite musulmans, d'aujourd'hui*, Paris, L'Orante, 2.ª ed., 2 vols., 1959-1960.
- A. GUILLAUME — *L'Islam*, col. «Penguin Books», 2.ª ed., 1956.
- F. PAREJA, S. J. — *Islamologia*, Roma, Herder, 1951 (reedit.).
- GAUDEFROY-DEMOMBYNES — *Les institutions musulmans*, Paris, Flammarion, reed. em 1963.
- I. GOLDZIHNER — *Vorlesungen über den Islam*, 1940 (trad. para francês com o título: *Le Dogme et la Loi de l'Islam*, Paris, Geuthner, reed. em 1958).
- J. SAUVAGET — *Introduction à l'histoire de l'Orient musulman*. Éléments de bibliographie, ed. refundida e completada por CL. CAHEN, Paris, A. Maisonneuve, 1961.
- ID. — *Memento chronologique d'histoire musulmane*, *ibid.*, 1950.
- J.-M. 'ABD EL-JALIL — *Aspects intérieurs de l'Islam*, Paris, Seuil, 1949.
- ID. — *Brève histoire de la littérature arabe*, Paris, Maisonneuve-Besson, 1947.
- L. MASSIGNON — *Annuaire du monde musulmane*. 4.ª ed., em colaboração com V. MONTEIL, Paris, 1954.
- D. e J. SOURDEL — *La civilization de l'Islam classique*, Paris, Arthaud, 1968 (com abundante e selecta bibliografia).
- M. BENNABI — *Vocation de l'Islam*, Paris, Seuil, 1954.
- Y. MOUBARAC — *Le monde arabe. Bilan du monde*, Paris, Casterman, t. I., 1958.
- ID. — *L'Islam*, Paris, Casterman, 1962.
- J. JOMIER — *Introduction à l'Islam Actuel*, Paris, Cerf, 1964. Desta obra e da referida antes, de Y. MOUBARAC, nos scrvimos abundantemente no presente trabalho.
- A. MIQUEL — *L'Islam et sa civilization*, Paris, A. Colin, 1958 (há versão portuguesa).
- H. BLACHÈRE — *Histoire de la littérature arabe*, 3 vol., Paris, 1952-1966.
- G. E. VON GRUNEBaum — *L'identité culturelle de l'Islam*, trad. fr., Paris, 1974.
- J. BERQUE — *L'Égypte. Impérialisme et révolution*, Paris, 1967.
- ID. — *Langages arabes du présent*, Paris, 1974.
- H. CORBIN — *En Islam iranien*, 4 vols., Paris, 1971-1973.

Sobre Maomé

- R. BLACHÈRE — *Le problème de Mahomet*, Paris, P. U. F., 1952.
- T. ANDRAE — *Mahomet, sa vie, sa doctrine*, trad. francesa, Paris, Maisonneuve, 1945.
- W. MONTGOMERY WATT — *Mahomet à la Mekke; Mahomet à Médine*, 2 vols., trad. francesa, Paris, A. Maisonneuve, 1955-1958.
- M. GAUDEFROY-DEMOMBYNES — *Mahomet*, Paris, Albin Michel, 1957.
- J. CHELHOD — *Introduction à la Sociologie de l'Islam*, Paris, Besson Chantemerle, 1958.
- M. HAMIDULLAH — *Le Prophète de l'Islam*, Paris, Vrin, 1959, 2 vols.
- CH. LEDIT — *Mahomet, Israël et le Christ*, Paris, Colombe, 1952.
- M. RODINSON — *Mahomet*, Paris, 1961.
- A. GUILLAUME — *The Life of Muhammad, a translation of Ibn Ishaq's sirat rasûl Allah*, Oxford, Oxford University Press, 1955.
- E. DINET e AL-HADJ SLIMAN BEN BRAHIM — *Vie de Mahomet*, Paris, Maisonneuve, 1947.

Versões do Alcorão

- E. MONTET — *Le Coran*, Paris, Payot, 1929 (depois reeditada).
 R. BLACHÈRE — *Le Coran*, Paris, Maisonneuve, 1957.
 HAMIDULLAH — *Le Coran*, Paris, 1959.
 KASIMIRSKI — *Le Coran*, Paris, Garnier-Flammarion, 1970.
 SI BOUBAKEUR HAMZA — *Le Coran*, Paris, Fayard-Denoël, 2 vols., 1972.
 S. VALY MAMEDE — *Alcorão*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1978.
 J. PEDRO MACHADO — *Alcorão*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1979. Trata-se de uma notável versão, muito criteriosa e com notas bastante esclarecedoras e rigorosamente fundamentadas. A introdução da autoria de Suleiman Valy Mamede reveste-se também de grande interesse.
 J. CORTÈS-J. JOMIER — *El Coran*, Madrid, 1979.

Bíblia e Alcorão

- J. JOMIER — *Bible et Coran*, Paris, Cerf, 1959.
 D. MASSON — *Le Coran et le Révélation judéo-chrétienne*, 2 vols., Paris, Maisonneuve, 1959.
 J.-M. 'ABD EL-JALIL — *Marie et l'Islam*, Paris, Bauchesne, 1952.
 M. HAYER — *Le Christ et l'Islam*, Paris, Seuil, 1959.

Filosofia, Teologia e Mistica muçulmanas

- L. MASSIGNON — *La Passion d'al-Halláj*, Paris, 1922. Reed., 1975.
 ID. — *Lexique technique de la mystique musulmane*, 2.^a ed., Paris, Vrin 1954.
 L. GARDET e G. ANAWATI — *Introduction à la Théologie musulmane*, Paris, Vrin, 1948.
 ID. — *Mystique musulmane*, trad. do italiano, Paris, Vrin, 1961.
 L. GARDET — *Expériences mystiques em terres non chrétiennes*, col. «Sagèsse et Cultures», Paris, Alsatia, 1953.
 ID. — *Thèmes et textes mystiques*, ibid., 1958.
 ID. — *Recherches de l'absolu selon les mystiques chrétienne, musulmane et indienne*, Mardins de Dar el-Salam, 1951.
 ID. — *Les grands problèmes de la théologie musulmane, Dieu et la destiné de l'homme*, Paris, Vrin, 1967.
 I. GOLDZIEHER — *Le Dogme et la Loi de l'Islam*, Paris, Geuthner, nova ed., 1958.
 A. HADAWI — *La transmission de la philosophie grecque au monde arabe*, Paris, Vrin, 1968.
História da Filosofia, Ideias, Doutrinas, sob a dir. de F. CHATELET, vol. II. *A Filosofia Medieval*, Lisboa, 1974.

Revistas

- Revue des Etudes Islamiques* (R. E. I.), Paris Geuthner.
Arabica, Leiden, Brill.
Mardis de Dar el-Salam, Cairo-Paris.
Cahiers de l'Orient contemporain, Paris, G. Maisonneuve.
Études méditerranéennes, Paris, Seuil.
Institut des Belles Lettres Arabes de Tunis (IBLA), Padres Brancos, Tunis.
Mélanges de l'Institut Dominicain d'Études Orientales du Caire (MIDEO), Cairo.
Proche-Orient Chrétien, Seminário de Santa Ana, Jerusalém
Studia Islamica, Paris, Larousse.
Oriente Moderno, Roma.
The Muslim World, The Hartford Seminary Foundation, Connecticut, USA.

Sobre temas árabes e islâmicos encontram-se excelentes estudos em obras de carácter mais geral, como: História das Religiões, História das Civilizações, Dicionários de Teologia, etc.

A *Encyclopédie de l'Islam*, publicada pela Editora E. J. Brill, de Leiden, em francês, inglês e alemão, é uma obra indispensável para estes estudos. Dela existe uma edição manual em alemão e em inglês: *Hand-Wörterbuch des Islam*, Leyden, 1941, e *Shorter Encyclopedia of Islam*, 1953.

Uma segunda edição da *Encyclopédie de l'Islam*, só em francês e em inglês, está em curso de publicação.

De grande importância se reveste a série «Études musulmanes», sob a direcção de E. Gilson e L. Gardet, da Editora J. Vrin, de Paris, na qual se incluem, entre outras, obras de L. Gardet, L. Massignon, R. Arnaldez, Y. Moubarak, F. Jabre, M. Hamiduallah, G.-C. Anawati, I. Madkour, M. Bernand, M. Arkoun, S. El-Saleh e J. L. Michon.

Também se revestem de enorme interesse as actividades dos vários Centros e Institutos de Estudos Árabes e Islâmicos, como é o caso do Instituto Hispano-Árabe de Cultura de Madrid, cujos boletins informativos nos põem ao corrente das suas realizações e da bibliografia mais actualizada.

Entre nós, têm publicado excelentes trabalhos relativos à história, à cultura e à linguística e a outros aspectos os Drs. José Pedro Machado, António Dias Farinha, Pedro da Cunha Serra, e Adel Sidarus e Garcia Domingues.

Mas impõe-se a criação dum Centro de Estudos Árabes (e de um Instituto de Estudos Orientais) bem como nas Faculdades de Letras um curso de Filologia Semítica.

Um país como o nosso que tanto deve à civilização árabe não pode continuar alheio a estes estudos e investigações. É uma situação que importa modificar quanto antes.

Manuel Augusto Rodrigues

Professor da Faculdade de Letras da Universidade
de Coimbra

**BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRÁFEGO
MARÍTIMO DOS AÇORES**

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRÁFEGO MARÍTIMO DOS AÇORES

1. *CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS*

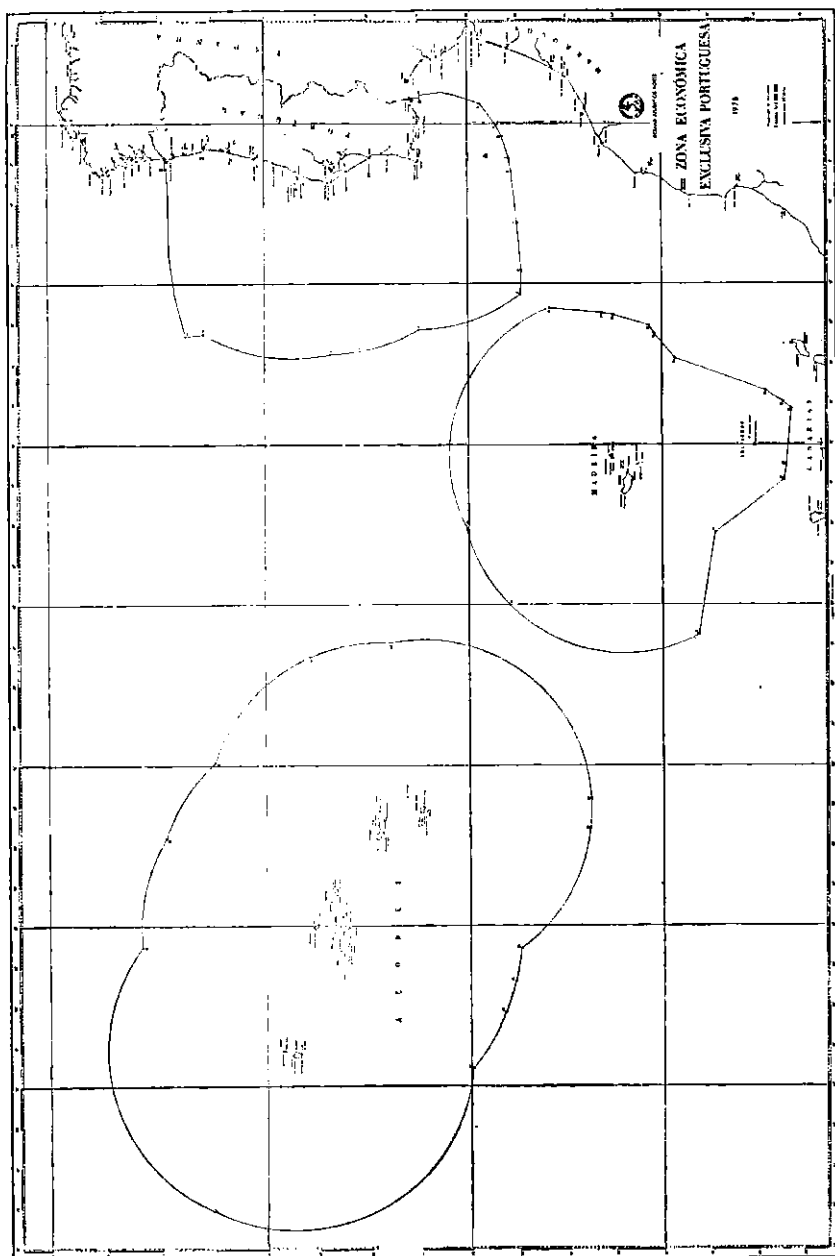
Quando de uma recente viagem de estudo às Ilhas Adjacentes, integrado no Curso de Defesa Nacional de 1979, fui, mais uma vez, alertado para a importância do mar como elemento de coesão do conjunto nacional.

Sobre o triângulo Continente-Madeira-Açores têm sido tecidas as mais variadas considerações, recorrendo a teses da geoestratégia, da economia e da história. E não admira que assim seja, pois o regresso às fronteiras antigas levou muitos a pensar que estava descoberto um espaço, englobando potencialidades não exploradas, que poderiam constituir a base de um auspicioso desenvolvimento futuro.

É necessário que os Portugueses tomem consciência da importância do seu espaço nacional, englobante de uma vasta zona marítima, mas será conveniente não deixar transpor para o plano mítico uma realidade que somente poderá concretizar-se mercê de um trabalho aturado e de um esforço colectivo que representa, na época que vivemos, a missão histórica mais transcendente que se propõe aos Portugueses, depois da gesta dos Descobrimentos e da conquista

De momento, a realidade mostra-nos que Portugal fez muito pouco no sentido de se dedicar a tal missão. A desculpa mais frequente para tal atitude é a falta de recursos. É certo que somos uma pequena potência. Aliás, sempre o fomos, mesmo na época áurea de quinhentos, o que se constata facilmente pela diminuta influência que exercemos nas grandes decisões europeias.

Ser uma pequena potência deve ser cada vez mais motivo de orgulho e não sentimento de inferioridade, porquanto, no contexto mundial, as pequenas potências estão adquirindo novos graus de liberdade, maior peso nas decisões colectivas e são portadoras das formas mais perfeitas de organi-



zação social e política. Há muitos anos KJELLEN (considerado o pai da geopolítica) defendeu que as pequenas potências têm um papel histórico-cultural a desempenhar no concerto mundial, pela sua função medianeira e estabilizadora face às grandes potências.

Outro aspecto positivo deste reencontro nacional no espaço e no tempo é o facto de ser possível definir com rigor uma área geográfica de influência nacional, com a qual os Portugueses se identificam e que estão empenhados em defender.

Certo de que, onde se encontrem portugueses, seja nos EUA, seja na África do Sul ou na Austrália, se projectam os interesses nacionais e até se pode afirmar que também se projecta a nação portuguesa. Mas o mesmo acontece com outros povos e quicá mais numerosos. O que nos define, identifica e distingue dos outros é o território próprio, é a entidade política autónoma.

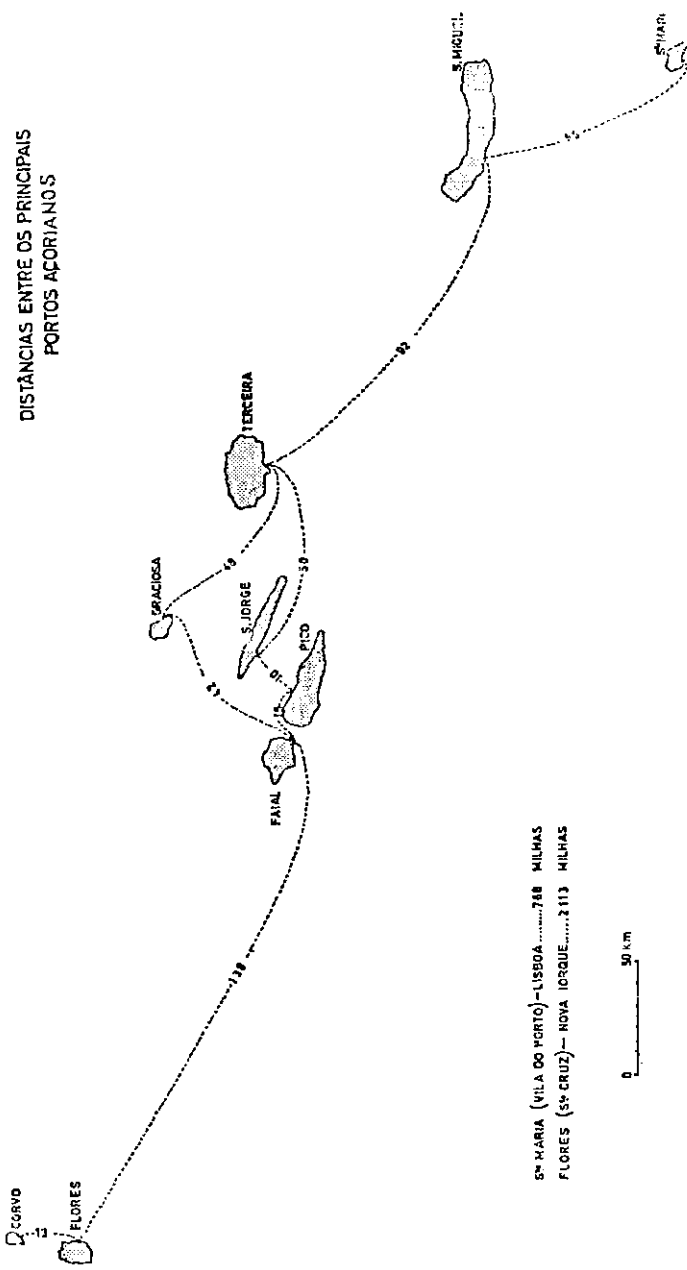
Julgo, pois, poder afirmar que o espaço definido pelo Continente, Ilhas Adjacentes e áreas marítimas circundantes define o espaço próprio de Portugal no momento presente.

Esse espaço é sem dúvida importante para outras potências, o que significa que nele se projectam interesses alheios. E assim verificamos que esse espaço é importante para os EUA como área de manobra e como zona de acesso à Europa e ao Médio Oriente e como potencial «glácis» da América para a hipótese de uma derrocada europeia face à potência continental. Mas esse espaço é igualmente importante para a União Soviética porque constitui uma área privilegiada de ataque às linhas de abastecimento da Europa e da América e também excelente área de manobra para o exercício da sua estratégia indirecta em relação ao Terceiro Mundo. Finalmente os Europeus descobriram que essa área constitui a sua retaguarda e para a CEE apresenta potencialidades económicas e de comunicação.

Diversos articulistas têm chamado a atenção para os aspectos citados pelo que não aprofundarei o assunto ⁽¹⁾. Somente, à guisa de conclusão, direi que essa área, sendo tão importante para diversas potências, entre as quais se incluem as duas grandes potências, em vez de se poder considerar uma henesse ou um promissor futuro, terá de ser olhada como uma

(1) Virgílio de Carvalho — Reflexões sobre balizas mestras para o pensamento estratégico naval português, em «Baluarte» n.º 13, Maio de 1979.

Fernando Fonseca — A Geopolítica e o Mar, «Bol Soc. Geografia», 1974.



vulnerabilidade nacional. No fundo trata-se da história singela da criança que detém um bolo demasiado apetecido pelos mais graúdos.

Por isso que se deva perguntar se possuímos capacidade para defender tal área? Esta pergunta deve ser posta a todos os portugueses conscientes, mas sem dúvida o deverá ser mais incisivamente aos membros das Forças Armadas.

Deixo esta pergunta flutuando sobre um pano de fundo sombrio para fazer realçar um aspecto muito particular dessa vulnerabilidade nacional. E assim irei abordar, de uma forma sucinta, o problema das comunicações marítimas nacionais focalizadas para a área dos Açores.

2. A INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA DOS AÇORES

Nos Açores três portos avultam pela importância das obras realizadas, pelo tráfego que deles se serve e pelo abrigo que facultam à navegação.

São eles os portos de PONTA DELGADA, da HORTA e de ANGRA DO HEROÍSMO.

PONTA DELGADA

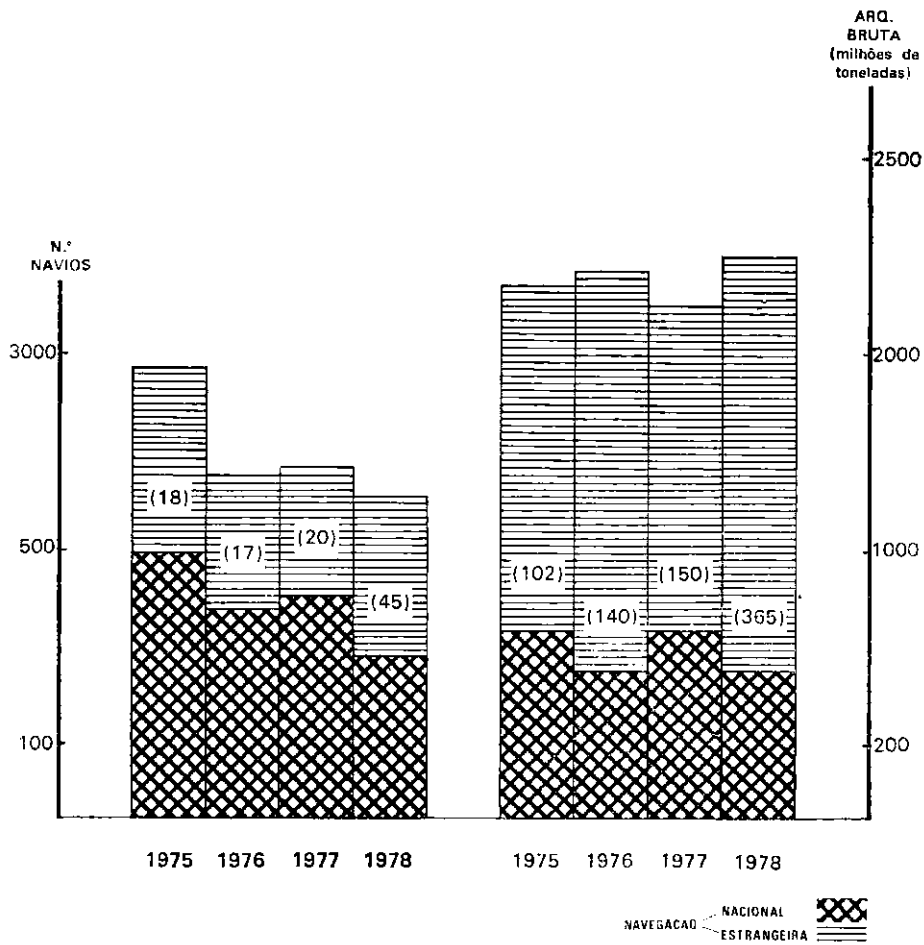
O porto de PONTA DELGADA é de longe o melhor equipado e de maior tráfego. Tem o privilégio de se situar na ilha mais populosa e de maior actividade industrial e agrícola.

Em 1978 o seu movimento total de mercadorias ultrapassou 400 000 toneladas, sendo quase 2/3 importadas, ao passo que as mercadorias exportadas constituem o restante terço. O número de passageiros ultrapassou ligeiramente, no mesmo ano, 10 000 passageiros. Há 10 anos, o tráfego de passageiros era 3 a 4 vezes superior. A decadência desse tráfego deveu-se à concorrência do tráfego aéreo e ao desaparecimento progressivo dos navios de passageiros nacionais. Fenómeno semelhante se passou em relação aos restantes portos principais dos Açores.

HORTA

O porto da HORTA dispõe de um abrigo para a navegação e situa-se na posição mais central do Arquipélago. Gozou de posição privilegiada na era do carvão e do cabo telegráfico. Decaiu, perdeu importância, mas o interesse

PORTO DE PONTA DELGADA
 NAVEGAÇÃO NACIONAL
 E ESTRANGEIRA



NOTA: Entre parênteses indicam-se o número e a arqueação dos navios de países da Europa Oriental, com predomínio para os navios russos.

pela sua posição estratégica dá-lhe primazia em relação aos restantes portos. A Marinha atribui-lhe prioridade e a preferência como base futura.

O seu movimento de carga situa-se a grande distância do de PONTA DELGADA, totalizando em 1978 cerca de 60 000 toneladas, das quais 45 000 importadas e cerca de 6000 passageiros.

Através do porto da HORTA efectua-se um intenso tráfego local e costeiro que inclui cerca de 160 000 passageiros transportados entre a HORTA e o PICO.

ANGRA DO HEROÍSMO

Finalmente, dos três portos principais ANGRA DO HEROÍSMO é o mais dotado pela natureza mas o menos desenvolvido artificialmente; o seu movimento de carga ronda as 30 000 toneladas e cerca de 10 000 passageiros.

PORTOS SECUNDÁRIOS

Três ilhas estão, portanto, razoavelmente servidas. E as restantes? Na maioria dos casos não se tratam de portos, mas sim de simples fundeadouros em costa aberta, somente alguns dispõem de pequenas obras acostáveis que servem o tráfego local e costeiro. As condições de operação são difíceis. A sua lista porém é extensa:

Assim de ocidente para oriente teremos:

- Na ilha do CORVO um só fundeadouro.
- Na ilha das FLORES os portos das LAJES e St.ª CRUZ.
- Na ilha do PICO os portos das LAJES e RIBEIRAS e CAIS e MADALENA.
- Na ilha de S. JORGE os portos VELAS e CALHEITA.
- Na ilha da GRACIOSA os portos de St.ª CRUZ, FOLGA e PRAIA.
- Na ilha de St.ª MARIA o porto de VILA DO PORTO.

Estão previstas obras portuárias nas FLORES, no PICO, S. JORGE, na GRACIOSA e VILA DO PORTO.

Convém referir que a valorização da infra-estrutura portuária irá ter reflexos muito positivos, primeiro na vida de relação, auxiliando a quebrar o isolamento das pequenas ilhas, depois terá reflexos importantíssimos no desenvolvimento harmónico do território por permitir a exportação directa, evitando transbordos e a consequente oneração de custos dos fretes.

PERSPECTIVAS DUM GRANDE PORTO EM PRAIA DA VITÓRIA

Finalmente aprecio aquilo que se pode considerar o projecto do futuro em infra-estruturas portuárias dos Açores, o projecto do porto de PRAIA DA VITÓRIA.

Actualmente PRAIA DA VITÓRIA constitui um pequeno porto artificial com um tráfego predominantemente militar, que se vier a concretizar-se o projecto existente poderá ser um dos maiores portos do Atlântico, dedicado ao «transhipment».

Tal projecto permitiria constituir o maior plano de água protegido dos Açores com extensos terraplenos e cais.

A sua construção orçaria em alguns milhões de contos, grande parte a concretizar através da compensação que o Governo Americano deverá entregar pela utilização da Base das Lajes.

Não havendo na ilha da Terceira movimento que justifique tal porte levanta-se desde logo a pergunta para quê obra tão grandiosa. A resposta que recebi é de que se destina ao «transhipment» e constituiria uma futura fonte de rendimentos para os Açores.

Reconhece-se que a posição central dos Açores no Atlântico favorece tal intenção; porém, a menos que a NATO se interesse por este porto como futura base naval, não se vê, a médio prazo, que os fluxos normais de petróleo que hoje possuem portos importantíssimos no Sul da Irlanda e no Canal da Mancha se vão afastar para os Açores perdendo tempo e aumentando a distância.

É um facto que os portos da Península, como VIGO e SINES, não conseguiram até este momento captar o «transhipment» destinado à Europa. Como se poderá pensar que os Açores sejam um concorrente sério nesse campo?

O meu cepticismo no campo económico no que se refere ao «transhipment» que possa a vir a utilizar o porto da PRAIA DA VITÓRIA é com-

pensado por aquilo que julgo ser a grande potencialidade de tal porto, o seu valor militar associado à da Base Aérea das Lajes, constituindo núcleo de importância vital para os países NATO na defesa das comunicações marítimas. E como em ANGRA DO HEROÍSMO não vale a pena efectuar grandes obras portuárias, pois aproveite-se a PRAIA DA VITÓRIA que além de utilização militar passará a ser frequentada pelas frotas de pesca que operam na área.

3. ANÁLISE DO TRÁFEGO MARÍTIMO DOS AÇORES

Os produtos principais exportados pelos Açores utilizando a via marítima são por ordem de importância:

- Leite e produtos derivados;
- Gado vivo e abatido;
- Peixe (em conservas).

Por sua vez os principais produtos importados são:

- Produtos refinados de petróleo;
- Cimento;
- Adubos;
- Produtos alimentares;
- Manufacturas.

Uma constatação imediata se extrai das estatísticas: a grande desproporção entre a tonelage de mercadorias importadas e as exportadas, superior a 3 para 1 (em 1978 — 630 000 para 170 000 toneladas).

Os fluxos principais do tráfego são entre os portos do Continente, com predominância para Lisboa, e os portos de PONTA DELGADA, ANGRA e HORTA.

Além do tráfego de mercadorias deve acrescentar-se o de passageiros, hoje muito menor que há dez anos, em virtude da concorrência do transporte aéreo. A sua importância não decaiu nas ligações internas do arquipélago, sendo um importante factor de relação. O desaparecimento dos navios de passageiros constitui uma perda irreparável e que urge remediar com meios marítimos rápidos adequados à época actual (em 1978 o total de passageiros embarcados e desembarcados foi da ordem dos 300 000).

ÁÇORES — MOVIMENTO MARÍTIMO DOS PRINCIPAIS PORTOS
— ESTATÍSTICA COMPARATIVA —

		1974	1975	1976	1977	1978
NAVIOS ENTRA- DOS (NÚMERO)	P. DELGADA	1043	1106	848	806	811
	HORTA	507	519	636	703	693
	A. HEROÍSMO	396	358	311	305	331

ARQUEAÇÃO BRUTA RES- PECTIVA (MILHARES DE TONELADAS)	P. DELGADA	3241	2862	3060	2585	2985
	HORTA	811	834	884	1087	950
	A. HEROÍSMO	390	313	308	323	338

PASSAGEIROS EMBARCADOS E DESEMBAR- CADOS (TOTAL)	P. DELGADA	12 746	10 500	7 668	13 522	11 722
	HORTA	144 978	154 832	163 892	173 136	172 803
	A. HEROÍSMO	38 094	32 690	30 699	63 611	68 848

CARGA EMBAR- CADA E DESEM- BARCADA (TONELA- DAS)	E	P. DELGADA	88 229	81 945	91 316	93 396	128 524
	D		388 406	236 524	257 743	264 884	283 180
	E	HORTA	13 715	11 048	8 404	14 074	14 876
	D		37 818	32 808	38 439	39 848	46 581
	E	A. HEROÍSMO	12 395	11 145	10 591	12 322	13 759
	D		67 838	63 914	84 934	88 992	93 793

AÇORES — MOVIMENTO MARÍTIMO
DOS PORTOS SECUNDARIOS (1978)

	N.º navios	Arq. bruta	Passageiros	Carga	
				Emb.	Desemb.
VILA DO PORTO	121	33.7	377	560	37 667
PRAIA DA VITÓRIA	57	535	769	1 214	120 606
ST.º CRUZ — GRACIOSA	34	14.4	721	921	1 328
PRAIA — GRACIOSA	101	13.2	9 061	—	167
FOLGA — GRACIOSA	15	—	930	—	167
VELAS — S. JORGE	453	157	11 094	2 777	10 574
CALHETAS — S. JORGE	78	27.3	595	2 399	4 435
S. ROQUE — PICO	308	?	6 095	1 009	15 953
LAJES — PICO	25	?	—	1 520	8 997
ST.º CRUZ — FLORES	47	61	1 545	1 043	5 658
LAJES — FLORES	1	0.6	—	158	—
CORVO	33	21	322	131	355
TOTAIS	1272	982	31 509	11 732	205 907

NOTA: Valores aproximados.

A navegação explorando o tráfego dos Açores mantém-se sob a cláusula de «reserva de tráfego», do que resulta não ser livre o transporte marítimo, mas sim reservado à bandeira nacional ou a navios estrangeiros afretados a armadores nacionais. O armamento nacional que em tempos explorava em exclusivo este tráfego tem vindo a sofrer reduções progressivas em quantidade e qualidade, do que resulta o recurso a navios estrangeiros afretados.

Assim, ao passo que em 1974 e 1975 se dedicaram a este tráfego 22 navios nacionais e 2 estrangeiros fretados, havia recentemente (20 de Junho de 1979) 7 navios nacionais em viagem de ou para os Açores, 2 navios nacionais em viagem interilha e 6 navios fretados em viagem de e para os Açores. E se excluirmos o transporte dos produtos refinados de petróleo em que a SOPONATA tem garantido quase em exclusivo o transporte, na carga geral o armamento nacional cada vez responde menos às necessidades nacionais e regionais.

Este sintoma preocupante põe em dúvida se já teriam sido tomadas as medidas necessárias para inverter tal tendência e garantir que o tráfego marítimo seja assegurado, e bem, predominantemente por navios nacionais.

Em 1978 produziu-se um facto que teve as mais graves consequências para os Açores. Tratou-se da longa greve da marinha mercante que durou de 9 de Julho a fins de Setembro. O Governo Regional como medida de emergência teve de recorrer ao fretamento de navios estrangeiros face aos riscos de rotura de abastecimento de produtos essenciais, medida esta portadora de potenciais riscos políticos e económicos para o País.

Por último gostaria de referir o papel que a Marinha tem vindo a desempenhar em prol das populações dos Açores. Após o período da descolonização passaram a estar disponíveis meios navais, cuja atribuição a tarefas de apoio às ilhas tem sido muito solicitada e apreciada. Assim e a partir de 1975 têm actuado todos os anos equipas de mergulhadores da Armada que, sob a orientação das Juntas Autónomas dos Portos da Horta e de Angra do Heroísmo, se têm encarregado de destruir rochas e melhorar as obras submersas de diversos portos. Também foram atribuídas duas lanchas de desembarque médias para apoiar a ligação entre o Faial e o Pico. Frequentes vezes se tem deslocado aos Açores uma lancha de desembarque grande, para efectuar o transporte, para as ilhas sem infra-estrutura portuária, de grandes máquinas de engenharia. Os navios de guerra em comissão nos Açores, nor-

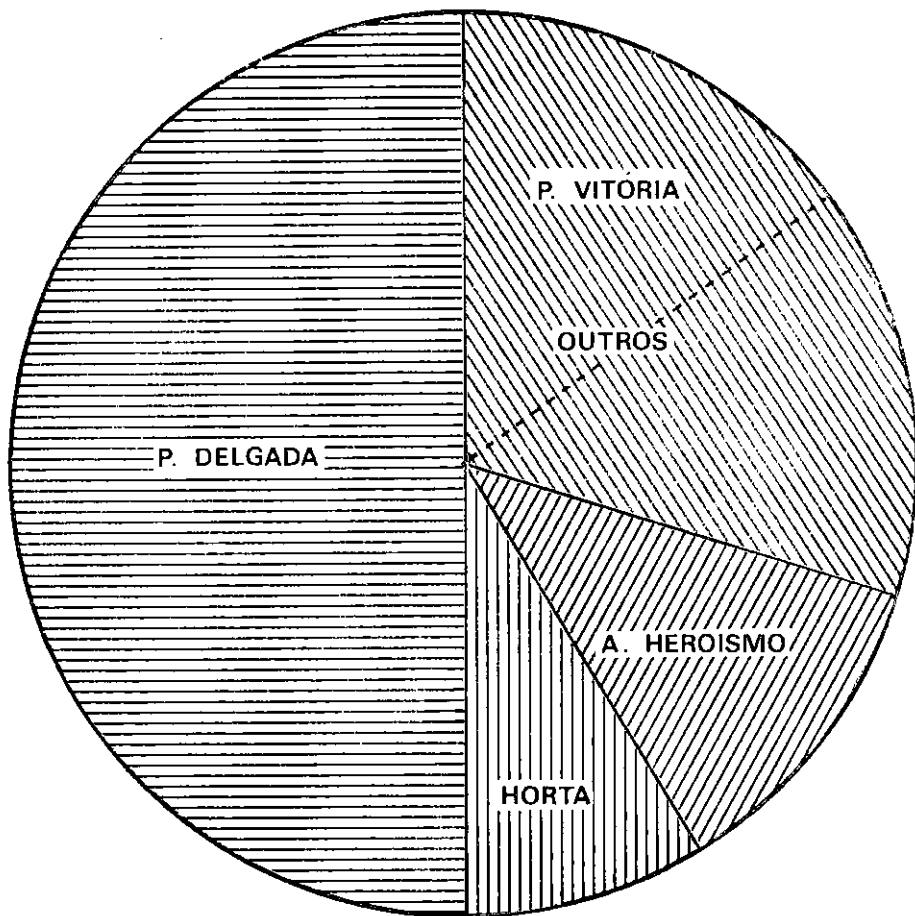


Diagrama do movimento de carga dos diversos portos dos Açores (1978)

malmente corvetas, efectuam o transporte de contingentes militares e fazem evacuações de urgência, quando necessário.

Em face do que antecede pode concluir-se:

- 1.º O tráfego marítimo dos Açores se apresenta descompensado entre o transporte de ida e o de regresso, o que onera a exploração comercial dos meios empenhados.
- 2.º Grande volume de tráfego é de carga geral, o que facilita a utilização dos navios não especializados, com excepção dos transportadores de produtos refinados de petróleo, dos transportadores de carnes congeladas e de frutas.
- 3.º A inexistência de infra-estrutura portuária obriga a utilizar o transbordo ou navios tradicionais.
- 4.º A decadência do tráfego de passageiros é devida à concorrência do transporte aéreo e ao desaparecimento dos navios de passageiros.
- 5.º O tráfego interilhas tem tendência a intensificar-se para o que contribui a melhoria de alguns portos secundários.
- 6.º O apoio que a Marinha de Guerra dá, apesar de cobrir áreas de muito interesse, não é contínuo e deveria constituir uma reserva para períodos de crise.

4. *ALGUMAS CONSIDERAÇÕES À GUIZA DE ADVERTÊNCIA*

Se, tal como disse atrás, confluem na área dos Açores os interesses de diversas potências é o momento de perguntar o quê e em que extensão estarão essas potências a jogar em termos de estratégia indirecta?

E cabe também no âmbito deste artigo apresentar como corolário da pergunta anterior uma outra:

Não será através da degradação das ligações marítimas e aéreas que mais rapidamente se faz sentir aos Açorianos que o Governo Central é incapaz de resolver os problemas regionais?

A estratégia indirecta neste campo específico actuaria pela criação de dependência de outras potências, o que mais tarde poderia favorecer o exercício da coacção política por parte dessas potências.

E a propósito, cito que os países da CEE têm-se mostrado particularmente sensíveis à penetração que as marinhas mercantes dos países da Europa de Leste conseguiram no mercado do tráfego marítimo europeu. Os respectivos Governos acordaram medidas para reduzir essa dependência que consideram uma grave vulnerabilidade.

E o nosso Governo que medidas tomou?

Mas mesmo que não se pense em tais termos, ocorre uma outra questão, que é a de saber em que medida o nosso Governo tem protegido e impulsionado o desenvolvimento da importante região açoriana e os legítimos interesses dos seus habitantes, que hoje dentro e fora dos Açores rondam 1 milhão.

A coesão nacional e a integridade do território passam pelo desenvolvimento harmónico das suas partes. Nos Açores o factor insularidade, ligado ao estágio de atraso relativo e à noção muito divulgada e, quiçá verdadeira, da falta de preocupação dos sucessivos governos pelos problemas regionais é gerador de um estado psicológico facilmente explorável por interesses alheios.

Por isso que vejo como sinal de esperança as recentes decisões no sentido de dotar os Açores com melhores infra-estruturas portuárias, aeroportuárias e de telecomunicações.

Esses empreendimentos poderão libertar os Açores do isolamento forçado em que têm vivido em relação ao exterior e dentro de si, proporcionando um maior grau de integração da economia açoriana na economia nacional.

Mas só poderemos tirar completo rendimento das obras portuárias se possuirmos uma marinha mercante capaz de as utilizar intensamente e oferecendo os serviços adequados, pois não valerá a pena ter os matadouros frigoríficos de grande capacidade a funcionar, se não houver navios frigoríficos para transportar a carne.

Segundo a minha óptica pessoal, a melhoria dos transportes marítimos dos Açores tem mais a ver com o aumento da eficiência da exploração dos meios existentes do que com o aumento do armamento, sem descuidar, evidentemente, a obtenção de navios frigoríficos de média tonelagem para transporte de carne, lacticínios e frutas.

5. OBJECTIVO DO PRESENTE TRABALHO

Todo o arrazoado que deixo escrito tem como objectivo mostrar que em termos de segurança nacional existe uma vulnerabilidade bem caracterizada no que se refere aos transportes marítimos dos Açores, que urge remediar antes que seja explorada por potências com interesse na área.

Também pretendo mostrar que o desenvolvimento das infra-estruturas de apoio à navegação, conjuntamente com a reestruturação dos transportes marítimos, poderá contribuir decisivamente para a melhoria e desenvolvimento daquele pedaço tão querido da terra portuguesa, facilitando a coesão nacional, e dando maior felicidade aos seus habitantes.

E como em matéria de interesses nada melhor do que ouvir atentamente aquilo que os Açorianos terão a dizer nesta matéria.

Julgo poder afirmar que o desenvolvimento regional é factor de maior desenvolvimento nacional.

Os transportes marítimos, sendo essenciais para que o desenvolvimento regional se processe em bom ritmo e de acordo com o interesse nacional, devem constituir preocupação importante a nível nacional.

Dimensioná-los adequadamente e explorá-los com eficácia, será a melhor forma de reduzir a vulnerabilidade da insularidade açoriana.

Por isso considere necessário e oportuno chamar a atenção para o problema.

Cruz Júnior

Contra-Almirante

CURSO DE DEFESA NACIONAL
ACTIVIDADE NUCLEAR DO INSTITUTO
DA DEFESA NACIONAL

CURSO DE DEFESA NACIONAL

ACTIVIDADE NUCLEAR DO INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

1. Terminou em 12 de Junho último o Curso de Defesa Nacional de 1980 (CDN/80) frequentado por 21 auditores, 10 civis e 11 militares. O Curso de Defesa Nacional de 1979 (CDN/79), por seu turno, havia sido frequentado por 20 auditores, 5 civis e 15 militares. O Instituto de Defesa Nacional (IDN) proporcionou, assim, a 41 auditores, 15 civis e 26 militares (ver Anexo A), através da sua actividade *nuclear* ou essencial, um período de informação e de reflexão conjunta sobre os problemas de defesa nacional, com ênfase para os seus aspectos estratégicos e para a interacção dos seus factores condicionantes. Contribuiu, assim, para a formação e preparação dos referidos auditores com vista à sua participação na vida pública e, designadamente, à sua actividade profissional no âmbito alargado da defesa nacional.

2. Já em 1972 e 1973, o então Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (criado pelo Decreto-Lei n.º 48 146, de 23 de Dezembro de 1967, por iniciativa esclarecida e prospectiva do General Luís da Câmara Pina) havia organizado dois Cursos de Defesa Nacional, com uma duração de 8 semanas, frequentados o de 1972 por 45 auditores, 16 civis e 29 militares e o de 1973 por 40 auditores, 17 civis e 23 militares. Estes Cursos tiveram por finalidade ministrar aos participantes os «conhecimentos (...) especialmente orientados para a preparação, coordenação e condução das actividades da defesa nacional nos diversos aspectos que ela envolve» e pretendiam contribuir para «a formação de uma mentalidade aberta à complexidade da estratégia geral».

3. Quando, em Fevereiro de 1979, foi difundido o Programa Inicial do CDN/79, o Almirante Leonel Cardoso, então Director do IDN, definiu os *conceitos básicos* das actividades do Instituto, apontando, como um dos seus *objectivos* o «reunir militares e civis responsáveis pelos problemas de

defesa, ou a eles de qualquer forma ligados, promovendo assim a necessária aproximação entre os dois sectores da vida nacional e um melhor conhecimento e compreensão dos problemas mútuos e dos seus condicionamentos». E concluía: «pretende-se que — da reflexão conjunta sobre assuntos que hoje cobrem áreas político-militar, socioeconómica e ideológica-psicológica que, normalmente, se encontram fora das respectivas esferas da acção profissionais — resulte, tanto para os auditores como para os assessores, um alargamento do seu horizonte intelectual, uma melhoria da sua capacidade de diálogo e o sentimento de que se encontram melhor apetrechados para tomar decisões que lhes venham a competir».

4. Para ser cumprido o *objectivo* anteriormente referido, o IDN sempre preconizou que os auditores dos CDN deveriam ser designados, prioritariamente, entre os civis e militares que desempenhassem, ou se encontrassem designados para desempenhar, cargos importantes relacionados com a defesa nacional e, ainda, entre os civis e militares que pudessem ter particular influência no esclarecimento da opinião pública e no desenvolvimento cultural no âmbito da defesa nacional e das Forças Armadas. E, relativamente aos perfis dos auditores dos CDN, o IDN sugeriu:

- a. Que os civis, dos sectores público e privado, que viessem a ser designados para frequência dos CDN, fossem personalidades qualificadas, de um grupo etário susceptível de garantir uma razoável experiência e um aproveitamento futuro (em cursos homólogos no estrangeiro este grupo situa-se entre os 35 e os 55 anos), e cuja actividade estivesse, ou viesse a estar, relacionada com a defesa nacional;
- b. Que entre os civis da Administração Pública fossem designados representantes dos Departamentos mais ligados aos problemas da defesa nacional, tais como os Ministérios da Defesa Nacional, Negócios Estrangeiros, Educação, Finanças e Plano, Indústria e Tecnologia e Administração Interna;
- c. Que entre os civis dos organismos dos sectores público e privado fossem designados representantes de áreas relevantes para o estudo dos problemas de defesa nacional, ou a eles de alguma forma ligados, tais como, as Universidades, a Banca, a Indústria, a Igreja e a Comunicação Social;

- d. Que fosse atendida a «distribuição geográfica» dos auditores civis, de modo a contrariar a tendência para a *concentração* nos sediados em Lisboa;
- e. Que os militares designados, tendo em atenção a sua experiência e, sobretudo, as suas futuras funções, tivessem previamente frequentado os Cursos Superiores dos Institutos dos ramos respectivos.

A designação dos auditores civis do IDN, no efectivo estabelecido pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas, tem sido da competência dos Ministérios, da Igreja e das Confederações e Centrais Sindicais. Admite-se, entretanto, a possibilidade futura de uma percentagem de candidaturas directas.

O IDN tem solicitado que a designação dos auditores dos CDN, tanto militares como civis, se verifique com uma antecedência mínima de três meses em relação ao início dos Cursos, de forma a possibilitar a preparação dos auditores, em especial no respeitante aos assuntos dos primeiros e segundos períodos. Para o efeito, o IDN tem fornecido alguns elementos de consulta próprios e posto à disposição dos auditores designados a bibliografia e documentação existentes na sua Biblioteca (cerca de 2000 volumes).

5. Os programas do CDN têm obedecido ao seguinte esquema geral:

a. *1.º período — Introdução* (cerca de 20% do tempo disponível — 4 semanas no CDN/80).

(1) *Finalidade*

Rever, actualizar e concertar os conhecimentos dos auditores relacionados com o quadro teórico, histórico e conceptual, para uma doutrina de defesa nacional.

(2) *Assuntos gerais expostos e debatidos*

- (a) Conceitos de poder, potencial e força;
- (b) Conceitos de guerra e paz;
- (c) Introdução à estratégia contemporânea;
- (d) A estratégia de dissuasão actual;
- (e) A estratégia indirecta;
- (f) Introdução às teorias geopolíticas e geoestratégicas;

- (g) Fundamentos e conceitos para uma doutrina global de defesa nacional;
- (h) As Forças Armadas, a Sociedade e o Poder;
- (i) O terrorismo e a defesa nacional;
- (j) As informações, a democracia e a defesa nacional;
- (l) A Constituição e a defesa nacional — Princípios fundamentais de uma Lei de Defesa Nacional.

b. 2.^o período — *Quadro internacional* (cerca de 20% do tempo disponível — 4 semanas no CDN/80).

(1) *Finalidade*

Rever e actualizar os conhecimentos dos auditores relacionados com o quadro da actual problemática das relações internacionais.

(2) *Assuntos gerais expostos e debatidos*

- (a) Evolução das relações internacionais no século XX;
- (b) Os sistemas culturais e as relações internacionais;
- (c) Política externa dos EUA e da URSS;
- (d) Quadro económico-financeiro internacional;
- (e) Relações ESTE-OESTE;
- (f) Diálogo NORTE-SUL;
- (g) Problemática política actual da Espanha e do Brasil;
- (h) A Igreja e o mundo contemporâneo;
- (i) O mundo árabe-islâmico e a segurança internacional;
- (j) Fundamentos da Aliança Atlântica;

c. 3.^o período — *Potencial estratégico nacional* (cerca de 55% do tempo disponível — 13 semanas no CDN/80).

(1) *Finalidade*

Avaliar e discutir os factores do potencial estratégico nacional, visando a detecção e caracterização das potencialidades e vulnerabilidades deles decorrentes.

(2) *Factores considerados*

- (a) Factor físico;
- (b) Factor humano;
- (c) Factor sociocultural;
- (d) Factor político-administrativo;
- (e) Factor económico;
- (f) Factor científico-tecnológico;
- (g) Factor militar.

(3) *Portugal e o mundo contemporâneo*

- (a) Aliança Atlântica;
- (b) Comunidade Económica Europeia;
- (c) Países de expressão portuguesa.

(4) *Visitas do CDN/80*

- (a) Banco de Portugal;
- (b) Petrogal;
- (c) Base Aérea n.º 6 (Montijo);
- (d) Comando-Geral da GNR;
- (e) Comando-Geral da GF;
- (f) Comando-Geral da PSP;
- (g) Unidade Naval Operacional (N. R. P. «Sacadura Cabral») em exercícios no mar;
- (h) Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- (i) Oficinas Gerais de Material Aeronáutico;
- (j) Fábrica Nacional de Munições de Armas Ligeiras;
- (l) 1.ª Brigada Mista Independente (St.ª Margarida);
- (m) Comando da Área Ibero-Atlântica.

(5) *Viagens*

- (a) Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores (CDN/79) e Região Norte do Douro (CDN/80);
- (b) Bélgica (CDN/80):
 - Colégio da Europa (Bruges);
 - Universidade de Louvain-la-Neuve;

- CEE e Delegação Portuguesa;
- OTAN e Delegação Portuguesa.

No decurso destas viagens foram contactados responsáveis pelo governo e administração locais, empresas e complexos industriais, comandos e unidades militares, proporcionando-se aos assessores e auditores uma informação concreta e actual de diferentes sectores com interesse para a defesa nacional.

d. 4.^o período — *Conclusões* (cerca de 5% do tempo disponível — 1 semana no CDN/80).

(1) *Finalidade*

- (a) Realizar, em grupos de trabalho, uma síntese conclusiva da reflexão realizada no decurso dos períodos anteriores, focalizada sobre um tema-base proposto para cada CDN.

(2) *Tema-base*

- CDN/79: «A Estruturação da Defesa Nacional»;
- CDN/80: «Que Defesa Nacional para 1990?».

6. Com excepção para as visitas e viagens, os CDN decorrem em sessões diárias, entre as 10H00 e as 13H00, com almoço-convívio facultativo nas instalações do IDN.

Os auditores, na sua quase totalidade, mantêm as suas funções profissionais habituais, situação que exige, com vista a um rendimento compatível com a finalidade e objectivos anteriormente enunciados, uma esclarecida compreensão das entidades responsáveis pela designação dos auditores e, da parte destes últimos, um empenhamento consciente e decididamente participativo.

Anexos:

A — Auditores que terminaram os Cursos de Defesa Nacional do Instituto da Defesa Nacional.

- B — Conferencistas e participantes nas sessões de trabalho realizadas no Instituto da Defesa Nacional no decurso dos Cursos de Defesa Nacional.
- C — Actividades do Instituto da Defesa Nacional de Janeiro a Julho de 1980.

Guilherme de Sousa Belchior Vieira

Brigadeiro

Subdirector e Chefe do Departamento de Estudos do IDN

Anexo A

AUDITORES QUE TERMINARAM OS CURSOS DE DEFESA NACIONAL
DO INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

1. **Curso de Defesa Nacional de 1979 (CDN/79):** 12 semanas — De 19 de Março a 8 de Junho de 1979.

a. *CIVIS*

Doutor Afonso Carlos da Silva Costa — Adjunto do Director-Geral do Ensino Superior do Ministério da Educação e Investigação Científica;

Doutor Alfredo Fontes Agostinho Falcão — Assessor do Secretário de Estado do Planeamento do Ministério das Finanças e do Plano;

Padre António Lopes Amador — Adjunto da Chefia do Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas;

Engenheiro Joaquim Martins Ferreira do Amaral — Director-Geral das Indústrias Electromecânicas do Ministério da Indústria e Tecnologia;

Mário António da Mota Mesquita — Director do «Diário de Notícias».

b. *MILITARES*

(1) *Exército*

Brigadeiro Manuel Riberio Franco Charais — Membro do Conselho da Revolução;

Brigadeiro Amadeu Garcia dos Santos — Membro do Conselho da Revolução;

Coronel António Eduardo Domingos Mateus da Silva — Inspector da Arma de Transmissões;

Coronel Alberto da Maia Ferreira e Costa — Adjunto do Director da Arma de Engenharia;

Coronel José Manuel Caldeira de Pina Castelo Branco de Carvalho Figueira — Chefe do Estado-Maior da Guarda Fiscal;

Coronel António de Oliveira Baptista e Silva — Director de Instrução do Centro de Instrução da Guarda Nacional Republicana;

Tenente-Coronel José Manuel Gonçalves — Comandante da Escola Prática da Polícia de Segurança Pública;

Tenente-Coronel António João Soares — Comandante do Batalhão Operacional do Regimento de Infantaria de Queluz.

(2) *Marinha*

Contra-Almirante Henrique António Chambel Serpa Quaresma Abreu e Silva Matos de Vasconcelos — Comandante da Escola Naval;

Contra-Almirante Abílio Freire da Cruz Júnior — Director do Serviço de Pessoal;

Capitão-de-Mar-e-Guerra Vasco Fernando Leote de Almeida e Costa — Membro do Conselho da Revolução.

(3) *Força Aérea*

- Brigadeiro José Luís de Azevedo Barreto Sachetti — Director do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea e Comandante da Academia da Força Aérea;
Brigadeiro Hélder Andrade Pinheiro de Freitas — Director do Serviço de Instrução da Força Aérea;
Brigadeiro José da Silva Cardoso — Adjunto do Subchefe do Estado-Maior da Força Aérea (Logística);
Coronel Jorge Ribeiro Cardoso — Membro do Conselho da Revolução.

2. **Curso de Defesa Nacional de 1980 (CDN/80):** 22 semanas — De 14 de Janeiro a 12 de Junho de 1980.

a. *CIVIS*

- Doutor Alberto dos Santos Ramalheira — Membro do Conselho de Administração do Banco de Portugal;
Doutor António Carlos Sousa da Fonseca — Gerente Comercial designado pela Confederação do Comércio Português;
Professor Doutor António Manuel Pinto Barbosa — Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa;
Carlos António de Carvalho — Secretário Nacional da CGTP-Intersindical Nacional;
Fernando António de Almeida Balsemão — Adjunto do Subdirector da Informação da RTP-1;
Doutor Joaquim Rosa da Paixão — Inspector Superior de Medicina do Ministério dos Assuntos Sociais;
Doutor José Manuel Severino de Andrade — Director do Gabinete de Informação e Relações Públicas do Ministério da Administração Interna;
José Manuel Torres Couto — Secretário-Geral da UGT;
Embaixador Mário Soares de Oliveira Neves — Presidente da Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha e da Comissão Internacional para Uso e Aproveitamento dos Rios Fronteiriços (Ministério dos Negócios Estrangeiros);
Padre Sérgio Augusto Gonçalves Pereira — Capelão da Armada.

b. *MILITARES*

(1) *Exército*

- Brigadeiro Fernando Rui Moçuita da Costa Passos Ramos — Inspector da Arma de Artilharia;
Brigadeiro Carlos Manuel de Azevedo Pinto Melo e Leme — Professor do Instituto de Altos Estudos Militares;
Coronel Júlio Simões de Sousa da Silva — Chefe da Repartição de Planeamento e Orçamento da Divisão de Administração Financeira do Estado-Maior-General das Forças Armadas;

Coronel Armindo Carlos de Oliveira Afonso — Membro do Grupo de Trabalho para o Estudo Geoestratégico do País (Estado-Maior do Exército);

Coronel Pedro Júlio Pezarat Correia — Membro do Conselho da Revolução.

(2) *Marinha*

Contra-Almirante Adriano de Carvalho — Chefe da Divisão de Logística do Estado-Maior-General das Forças Armadas;

Contra-Almirante Aurélio Fernando de Castro e Silva Junqueira — Subdirector do Instituto Superior Naval de Guerra;

Capitão-de-Mar-e-Guerra Eduardo Manuel de Almeida Rebelo da Silva — Director do Grupo de Projecto do Sistema Integrado de Informação Logística (Estado-Maior-General das Forças Armadas);

Capitão-de-Fragata Victor Manuel Trigueiros Crespo — Membro do Conselho da Revolução.

(3) *Força Aérea*

Coronel Abel Agostinho Pacheco da Silva Mendes — Chefe do Serviço de Inspeção Administrativa da Direcção do Serviço de Intendência e Contabilidade da Força Aérea;

Tenente-Coronel José Bernardo do Canto e Castro — Membro do Conselho da Revolução.

Anexo B

**CONFERENCISTAS E PARTICIPANTES NAS SESSÕES DE TRABALHO
REALIZADAS NO INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL NO DECURSO
DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL (*)**

1. Curso de Defesa Nacional de 1979 (CDN/79)

a. 1.º período

Capitão-de-Mar-e-Guerra Baptista Comprido
Dr. Magalhães Mota
Brigadeiro Rocha Simões (Assessor do IDN)
Brigadeiro Paulino Correia (Assessor do IDN)
Doutor Medeiros Ferreira
Doutor Bernardino Gomes (Assessor do IDN)
Capitão-de-Mar-e-Guerra Guerra Corujo (Assessor do IDN)
Coronel Abel Cabral Couto
Professor Manuel Antunes
Professor Mário Pinto (Assessor do IDN)
Coronel Ferreira Valença (Assessor do IDN)
General Lopes Alves
Professor Borges Macedo
Contra-Almirante Coelho da Fonseca
Coronel Fernando Pinto Simões
Capitão-de-Mar-e-Guerra Ferraz Sachetti (Assessor do IDN)
General Ramires de Oliveira
Doutor Rui Vilar
Tenente-Coronel Espírito Santo
General Franco Pinheiro
Engenheiro Ângelo Correia
Doutor Lourenço Martins
Coronel Ramires Ramos
Major Oliveira Marques
Joaquim Gomes
Brigadeiro Lopes Cavalheiro
Doutor Jaime Gama
Coronel Henrique dos Santos
Doutor António Reis
Doutor Lucas Pires
Capitão-de-Fragata Correia Jesuíno

(*) Esta relação não inclui aqueles, e muitos foram, que realizaram exposições e acompanharam as diversas visitas dos CDN.

b. 2.º período

Professor Pierre Hassner (Fundação Nacional de Ciências Políticas — Paris)
Tenente-Coronel Melo Antunes
Ministro da Defesa Nacional
Embaixador Jorge del Pino (Ministério dos Assuntos Exteriores Espanhol)
Doutor Victor Constâncio
General William Knowlton (Representante dos EUA no Comité Militar da OTAN)
Professor Jorge Miranda
Doutor Vital Moreira
Doutor José Luís Nunes
Engenheiro Azevedo Coutinho
Carreira Marques

c. 3.º período

Primeiro-Ministro
Coronel Sá Seixas
Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros
Professor Pulido Valente
Professor Lloyd Braga
Doutor Almeida Costa
Professor Rocha Trindade (Assessor do IDN)
Doutor Pinto Balsemão
Secretário de Estado da Administração Pública
Doutor Manuel Lucena
Padre Marques da Silva
Doutor Carlos Macedo
Brigadeiro Fausto Morais
Vice-Primeiro-Ministro
Engenheiro Gomes da Silva
Engenheiro Nobre da Costa
Engenheiro Soares Carneiro
Capitão-de-Mar-e-Guerra Soeiro de Brito
Vice-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
Vice-Almirante Barahona Fernandes
Doutor Limpo Serra
Engenheiro Esteves Cardoso
Coronel Roriz Rubin
Coronel Paixão Ribeiro
Coronel Themudo Barata (Assessor do IDN)
Professor Mendes Mourão
Engenheiro de Saint Germain (Director do Centro de Prospectiva e de Avaliação do
Ministério da Defesa Nacional Francês)

Ministro dos Negócios Estrangeiros
Doutor Costa Lobo
General Dias Costa Gomes
Embaixador Teixeira Guerra
Doutor Fausto Quadros
Doutor João Salgueiro (Assessor do IDN)
D. Manuel Nunes Gabriel

2. Curso de Defesa Nacional de 1980 (CDN/80)

a. 1.º período

Brigadeiro Belchior Vieira
Professor Mário Pinto (Assessor do IDN)
Professor Rocha Trindade (Assessor do IDN)
Doutor João Salgueiro (Assessor do IDN)
Doutor Bernardino Gomes (Assessor do IDN)
Professor Borges Macedo
Coronel Ferreira Valença (Assessor do IDN)
Professor Marques Guedes
Coronel Abel Cabral Couto
Doutor Medeiros Ferreira
Capitão-de-Mar-e-Guerra Baptista Comprido
Capitão-de-Mar-e-Guerra Virgílio de Carvalho
General Henrique Troni (Assessor do IDN)
Brigadeiro Rocha Simões (Assessor do IDN)
Brigadeiro Cravo da Silva
Brigadeiro Paulino Correia (Assessor do IDN)
General Ramires de Oliveira
Doutor João Cravinho
Tenente-Coronel Espírito Santo
General Lopes Alves
Coronel Fernando Pinto Simões
Doutor Magalhães Mota
Brigadeiro Firmino Miguel
Contra-Almirante Cruz Júnior (Auditor do CDN/79)
Doutora Maria Carrilho
Doutor Castro Lopo
Brigadeiro Soares Carneiro
Tenente-Coronel João Soares (Auditor do CDN/79)
General Franco Pinheiro
Doutor Lourenço Martins
Coronel Ramires Ramos

Brigadeiro Gonçalves Seródio
Coronel Maia e Costa (Auditor do CDN/79)
Tenente-Coronel Manuel Gonçalves (Auditor do CDN/79)
Brigadeiro Lopes Cavalheiro
Major Oliveira Marques
Coronel Carvalho Figueira (Auditor do CDN/79)
Coronel Baptista e Silva (Auditor do CDN/79)
Professor Jorge Miranda
Doutor Vital Moreira
Coronel Loureiro dos Santos
Professor Manuel Antunes
Ministro da Defesa Nacional

b. 2.º período

Professor Pierre Hassner (Fundação Nacional de Ciências Políticas — Paris)
Professor Adriano Moreira
Embaixador dos EUA
Embaixador da URSS
Professor Jacinto Nunes
Professor Manuel Augusto Rodrigues
Doutor Victor Cunha Rego
Padre João Seabra
Tenente-Coronel Melo Antunes
Capitão-de-Mar-e-Guerra Hosier (Comandante da Escola OTAN-SHAPE)
Tenente-Coronel Sare (Escola OTAN)
Capitão Scott (Escola OTAN)
General Arozarena Girón (Director do Centro Superior de Estudos da Defesa Nacional
— Madrid)

c. 3.º período

Coronel Sá Seixas
Secretária de Estado da Emigração
Professor Vitorino Magalhães Godinho
Professor Eduardo Lourenço
Ministro da Educação Nacional
Professor Jorge Gaspar
Doutor António Barreto
Capitão-de-Mar-e-Guerra Almeida e Costa (Auditor do CDN/79)
Mário Mesquita (Auditor do CDN/79)
Doutor Manuel Lucena
Doutor Marcelo Rebelo de Sousa
Engenheiro Soares Carneiro

Engenheiro Sidónio Pais
Capitão-de-Mar-e-Guerra Soeiro de Brito
Coronel Mateus da Silva (Auditor do CDN/79)
Vice-Almirante Barahona Fernandes
Engenheiro Esteves Cardoso
Doutor Limpo Serra
Capitão-de-Mar-e-Guerra Vasco Viegas
Brigadeiro Silva Cardoso (Auditor do CDN/79)
Ministro dos Transportes e Comunicações
Brigadeiro Garcia dos Santos (Auditor do CDN/79)
Contra-Almirante Matos de Vasconcelos (Auditor do CDN/79)
Ministro das Finanças e do Plano
Doutor Júlio Neves
Doutor Jorge Jordão
Brigadeiro Graças de Andringa
Vice-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
Professor Mendes Mourão
Coronel Themudo Barata (Assessor do IDN)
Brigadeiro Conceição Espadinha
Coronel Paixão Ribeiro
Capitão-de-Mar-e-Guerra Silva Forte
Engenheiro Pires Miranda
Engenheiro Nobre da Costa
Engenheiro Gomes da Silva
Director-Geral da Cooperação
Coronel Araújo Pereira
Doutor Afonso Costa (Auditor do CDN/79)
Ministro dos Negócios Estrangeiros
Primeiro-Ministro

Anexo C

**ACTIVIDADES DO INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
DE JANEIRO A JULHO DE 1980**

1. Curso de Defesa Nacional de 1980 (CDN/80)

- 22 semanas (de 14 de Janeiro a 13 de Junho de 1980).
- Auditores: 11 civis + 11 militares = 22.

2. Estágio Interforças de 1980 (EIF/80)

- 5 semanas (de 1 a 31 de Julho de 1980).
- Estagiários: 16 brigadeiros e coronéis do Exército + 13 capitães-de-mar-e-guerra da Marinha + 8 coronéis da Força Aérea.

3. Ciclo de Conferências «As Regiões Autónomas no Contexto da Defesa Nacional»

- 6 conferências
- «Importância Estratégica das Regiões Autónomas» pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Virgílio de Carvalho (14 de Fevereiro de 1980);
- «História e Cultura dos Açores» pelo Dr. José Guilherme Reis Leite, Secretário Regional da Educação e Cultura dos Açores (21 de Fevereiro de 1980);
- «História e Cultura da Madeira» pelo Dr. Carlos Levis da Câmara Gonçalves, Secretário Regional da Educação e Cultura da Madeira (28 de Fevereiro de 1980);
- «Problemática Actual da Madeira» pelo Presidente do Governo Regional da Madeira (7 de Março de 1980);
- «Problemática Actual dos Açores» pelo Presidente do Governo Regional dos Açores (13 de Março de 1980);
- «Política do Governo para as Regiões Autónomas» — a realizar pelo Primeiro-Ministro.

4. Ciclo de Conferências «Quadro Internacional»

- «A Estratégia Ocidental na Década 80» pelo Prof. Samuel Huntington (10 de Março de 1980);
- «URSS-EUA: Da *Détente* entre as Superpotências à Confrontação» pelo Prof. Jahn Otto Johansen (Noruega) (22 de Maio de 1980);
- «O Conselho da Europa e a Problemática da Integração e Unidade da Europa» pelo Prof. Jerzy Lukaszewski (17 de Junho de 1980);

5. Participação na 9.ª Conferência de Comandantes (Colégio de Defesa NATO/Roma)

- 21 a 23 de Maio de 1980.

6. **Participação no «Defense Planning Training Course» organizado pelo Management Training Center, Otto-Brunn/Germany (Industrieanlagen-Betriebsgesellschaft)**
— De 14 a 30 de Abril de 1980.
7. **Participação na Mesa-Redonda organizada pela Association pour L'Études des Problèmes de L'Europe (Londres)**
— Tema em debate «Segurança: Regional ou Global?» — 13 e 14 de Março de 1980.
8. **Participação no III Seminário do Instituto de Cuestiones Internacionales (INCI), de Madrid, em S'Agaró**
— Tema: «Opções Espanholas de Segurança» — de 24 a 27 de Abril de 1980.
9. **Participação na Conferência Internacional de Oxford de 1980 do Departamento de Estudos Externos da Universidade de Oxford no St. Johns College**
— Tema: «Desintegração da Ordem Internacional?» — de 29 de Junho a 11 de Julho de 1980.
10. **Contacto com a Escola Superior de Guerra (Rio de Janeiro)**
— De 25 a 28 de Março de 1980.
11. **Debate no Instituto Universitário de Vila Real**
— Noite de 27/28 de Março de 1980.
12. **Conferência e debate no Curso de Relações Internacionais da Universidade Livre de Lisboa**
— Tema: «Que política de Defesa Nacional para a década 80?» — 9 e 15 de Maio de 1980.
13. **Participação na Instrução de Aperfeiçoamento de Quadros do Regimento de Infantaria de Queluz**
— Conferência e debate sobre «Funções e Actividades do IDN» e Conceitos de Segurança e Defesa Nacional» — 1 de Fevereiro de 1980.
14. **Participação nos Cursos de Promoção e de Actualização para Capitães da Escola Prática de Infantaria**
— Conferência e debate sobre «Conceitos de Segurança e Defesa Nacional/Objectivos Nacionais Permanentes» — 17 de Julho de 1980.

15. «Briefings»

— **Oficiais de Informação Pública/ACE (SHAPE)**

— 20 de Maio de 1980.

— **Colégio de Defesa NATO**

— 27 de Maio de 1980.

— **Colégio de Defesa da Tailândia**

— 9 de Junho de 1980.

16. Edição dos n.º 13 e 14 da Revista «Nação e Defesa»

EXECUÇÃO GRÁFICA

DO CENTRO GRÁFICO DO EXÉRCITO — CEGRAF/EX

14-00000